

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

LUCIENE PEIXOTO TAVEIRA

A FÁBRICA CODORNA: CONFLITOS, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NA  
(RE)CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS - 1997-2008

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à banca  
examinadora da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, como exigência  
parcial para obtenção do título de MESTRE  
em **História Social**, sob a orientação da  
Profa. Dra. **Estefânia Knotz Canguçu  
Fraga**

SÃO PAULO

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Banca Examinadora

---

---

---

À minha irmã Maria Margarida,  
de quem eu tenho muita saudade.  
Aos meus avós, Guilhermina,  
Antônio e Maria, pelas  
lembranças dos colos  
aconchegantes e ao meu primo  
Hélio.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga, orientadora desta pesquisa, pela competência e dedicação.

Ao CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio proporcionado.

Aos meus pais Áurea e Antônio, por me darem todo suporte de vida e a quem eu tanto amo.

Às minhas amigas Adriana e Célia, pela companhia constante e pelo suporte técnico.

Ao meu amigo Gustavo, pelas caminhadas ao entardecer e pela paciência em me escutar.

Às minhas amigas Lúcia e Vera, pela guarita em São Paulo, pela generosidade, pelos eternos papos filosóficos e pelas baladas paulistas.

Ao meu amigo Zaluar, pelas leituras.

À minha amiga Fernanda, pelas leituras e suporte técnico.

Ao meu amigo Maurício, pela cumplicidade.

À Lucidnéia, pela leitura.

Aos meus depoentes.

Todas essas pessoas, cada uma a sua maneira, ajudaram a escrever estas histórias e, sem o apoio do CNPq, seria impossível a realização da pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação está situada na área de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Compreende uma investigação das experiências e justificativas dos membros do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Itajubá, em 1997 e 1998, durante as tentativas de tombamento, como patrimônio histórico do município, do imóvel da antiga Fábrica de Tecidos Codorna. Compreende, também, uma reflexão sobre as memórias de antigos operários da fábrica a partir das suas experiências de vida.

O objetivo da pesquisa é uma reflexão sobre as experiências de diversos sujeitos na construção de suas memórias e dos significados em torno da fábrica, que funcionou, entre os anos de 1914 e 1966, na cidade de Itajubá, Minas Gerais.

Palavras-chave: Fábrica Codorna – Itajubá – Minas Gerais – Patrimônio – Memória – História.

## **ABSTRACT**

This dissertation is set in the field of Social History of the Pontifical Catholic University of São Paulo. It comprises an investigation on the experiences and justifications of the members of the Historical Heritage Council of the city of Itajubá in the years of 1997 and 1998 during the attempts to register the old building of Codorna Textile Factory as Historical Heritage. It also comprehends a reflection regarding the memories of the old factory workers based on their life experiences.

The goal of this study is to reflect on the experience of several subjects in the construction of their memories and in the meanings surrounding the factory, which operated between 1914 and 1966 in the city of Itajubá, Minas Gerais.

Keywords: Fábrica Codorna – Itajubá – Minas Gerais – Heritage – Memory – History.

## SUMÁRIO

	PÁG.
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I – A FÁBRICA DE TECIDOS CODORNA</b> .....	22
1.1 A fábrica e a cidade na primeira metade do século XX .....	23
1.2 Os processos: entre o público e o privado .....	33
<b>CAPÍTULO II – “ITAJUBÁ FICOU MAIS POBRE EM SUA MEMÓRIA E HISTÓRIA”</b> .....	45
2.1 As experiências dos conselheiros.....	46
2.2 Quem fala sobre patrimônio.....	57
<b>CAPÍTULO III – A CODORNA PARA OS ANTIGOS OPERÁRIOS</b> .....	61
3.1 Trajetórias de vida.....	62
3.2 “Ir pra lá e vir pra cá”.....	74
3.3 “Eles foram um pai, sabe?” .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>DEPOIMENTOS ORAIS</b> .....	91
<b>FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS</b> .....	92
<b>FONTES IMAGÉTICAS</b> .....	94
<b>LOCAIS DE PESQUISA</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	95
<b>ANEXOS</b> .....	98



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação está situada na área de História Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O trabalho realizado debruça-se sobre a questão da memória, um campo permeado por tensões e conflitos, em permanente (re)construção.

O que despertou meu interesse pela pesquisa foi a tensão criada durante os processos de tombamento, como patrimônio<sup>1</sup> histórico e cultural do município, do prédio onde funcionou, entre os anos de 1914 e 1966, uma antiga fábrica de tecidos, a Codorna, pertencente à Companhia Industrial Sul Mineira, na cidade de Itajubá. Foi quando, pela primeira vez, prestei atenção ao imóvel e ao espaço físico que ele ocupava dentro da malha urbana, bem como os seus possíveis significados para a memória e a história da cidade. Localizado em uma área central e extremamente valorizada, que depois de ter abrigado diversas atividades econômicas, encontrava-se com parte de seu espaço físico inutilizado, o imóvel tornou-se alvo de disputas entre interesses imobiliários locais e interesses dos membros do Conselho de Patrimônio Histórico da cidade.

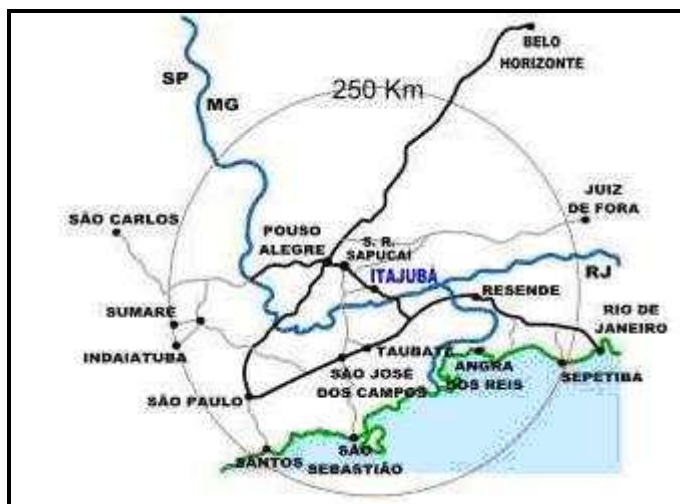
Cidade localizada no sul do Estado de Minas Gerais, Itajubá possui uma área de 290,45 Km<sup>2</sup> de extensão, e atualmente conta com uma população de 90.812 habitantes. Encontra-se próxima dos principais centros urbanos da região sudeste. Localizada nas encostas da Mantiqueira, apresenta uma topografia montanhosa em sua maior parte.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> “Etimologicamente, ‘patrimônio’ vem do latim *patrimonium* e está associado à ideia de uma propriedade herdada do pai ou de ouro ancestral. No contexto das narrativas nacionalistas de preservação histórica do Brasil, a palavra é usada para significar uma determinada espécie de ‘propriedade nacional’. [...] a ‘propriedade’ é o que define a pessoa. Em outras palavras, sou um indivíduo, no sentido moderno do termo, na medida em que sou proprietário de algum bem. Assim, as nações modernas, que são ‘indivíduos coletivos’ ou ‘coleções de indivíduos’ [...] individualizam-se ao assumirem suas propriedades, particularmente, suas propriedades culturais, seus ‘patrimônios’”. Ver: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura - IPHAN, 2002, p. 78-79.

<sup>2</sup> De acordo com o IBGE de 2006, Itajubá possui o equivalente a 312,65 hab./km<sup>2</sup>, numa taxa anual de crescimento de 1,26% habitantes por ano, conta com 219,75Km<sup>2</sup> de área rural e 70,70Km<sup>2</sup> de área urbana. A área urbana possui uma altitude média de 842m. A sede de Itajubá situa-se, segundo as coordenadas geográficas, 22° 30' 30" latitude sul e 45°27'20" W.Gr. A topografia de Itajubá é do tipo ondulada-montanhosa. O território apresenta-se plano (10%), ondulado (12%) e montanhoso em sua maior parte (78%). O município é privilegiado em relação à localização, não só por estar inserido numa rede urbana formada por prósperas cidades de porte médio, cujo acesso é feito pela BR459, mas também devido à sua posição em relação às grandes capitais da região sudeste: Belo Horizonte (445 Km), São Paulo (261 Km) e Rio de Janeiro (318 Km). A cidade possui 57 bairros limitando-se, ao norte, com os municípios de São José do Alegre e Maria da Fé; ao sudeste, Wenceslau Brás, e sudoeste, com o de Piranguçu; a oeste, Piranguinho, e a leste com

Figura 1: localização geográfica do município de Itajubá



Disponível em: <<http://www.itajuba.mg.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

A pesquisa tem por tema as experiências e práticas desenvolvidas por diversos sujeitos na reconstrução de suas memórias e na atribuição de significados em torno da fábrica de tecidos Codorna e do bairro Boa Vista, antigo bairro operário.

Esta pesquisa tem a intenção de problematizar quais memórias o Conselho Municipal de Cultura de Itajubá queria preservar, ao tentar tomba-lo como patrimônio histórico o prédio da antiga fábrica de tecidos em 1997 e 1998, e as memórias que os antigos operários fabris (re)elaboram cotidianamente a partir de suas vivências e experiências de vida, e que não foram consideradas pelos antigos conselheiros.

No trabalho, não proponho uma reflexão sobre as políticas de tombamento e de preservação empreendidas pelos órgãos públicos, federal, estadual ou municipal no Brasil ao longo da história. Proponho investigar as experiências dos antigos conselheiros e quais os valores que foram atribuídos por eles ao prédio da antiga fábrica de tecidos Codorna, como forma de justificarem o seu tombamento como patrimônio local. Investigo, também, como os antigos operários fabris (re)constroem suas memórias a partir das lembranças do tempo em que trabalhavam na fábrica.

Muito se fala e se reflete que vivemos numa sociedade marcada pela aceleração do tempo presente, pelo instantâneo, pelo efêmero e pela crescente

---

Delfim Moreira, exercendo influência direta sobre 14 municípios da microrregião, sendo a sua população equivalente a 0,47% da população mineira. Em 1997 e 1998, o município de Itajubá possuía 78.444 habitantes. Disponível em: <<http://www.itajuba.mg.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

“diminuição de densidade temporal entre os acontecimentos e a sua percepção”.<sup>3</sup> É o tempo da aceleração da história que nos leva a um sentimento de ruptura com o passado e ao sentimento de que a relação entre o passado e o presente vivido está ficando cada vez mais residual.<sup>4</sup> Neste momento, o tema da memória está cada vez mais em voga. Lembrar o passado é essencial para a construção de nossas identidades atuais e para as indagações de nosso presente. É a partir do presente que lembramos o passado. Nesse sentido, estamos entendendo a memória como processo subordinado à dinâmica social e cuja elaboração só ocorre a partir do presente para responder às solicitações do presente.<sup>5</sup>

Partindo das reflexões de Déa Ribeiro Fenelon, nas quais, através das experiências e vivências sociais, os diversos sujeitos deixam suas marcas ao longo do tempo histórico e diversas memórias são tecidas e (re)significadas<sup>6</sup>, percebi que tanto o prédio onde funcionava a antiga fábrica e o espaço ao seu redor, no que ainda restam de vestígios do passado, constituem-se em “lugares da memória” para diversos grupos sociais. O que restou da materialidade física do espaço da “antiga fábrica Codorna” e do “antigo bairro operário”, em suas diversas temporalidades e cruzamentos, se constituiu e se constitui em suportes para tecer as memórias e as histórias que diversos sujeitos têm da própria cidade. Numa relação complexa e dinâmica, passado e presente se entrecruzam. O reconhecimento do indivíduo ou do grupo social de que existem vestígios do passado no presente possibilita a emergência de diversas memórias e histórias. Ainda, a evocação do passado através das reminiscências, faz emergir as diversas experiências sociais vividas por diferentes sujeitos, em cujas lembranças homens e mulheres (re)constroem a imagem de si próprios e afirmam o seu sentido de identidade.

A definição da problemática só foi possível, porque dialoguei com uma pluralidade de visões e experiências de diversos sujeitos sociais. Para esta reflexão,

---

<sup>3</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo. O esquecimento da violência*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/num4/ass02/pag01.html>>. Acesso em: 27 maio 2008.

<sup>4</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória; patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico e Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura de São Paulo, 1992.

<sup>5</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, n. 34, 1992, p. 9-24.

<sup>6</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: CRUZ, Heloisa de Faria (Coord.). *Cidade. Pesquisa em História 1*. São Paulo: Programa de Estudos de Pós-Graduados em História da PUC/SP, São Paulo: Olho D'Água, 1999, p. 7.

foram incorporados os depoimentos dos antigos operários que trabalharam na fábrica, entre o final dos anos de 1930 e 1966, as entrevistas dos antigos conselheiros e as justificativas presentes nos processos elaboradas pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá para o tombamento do imóvel.

As tentativas de tombamento do prédio da antiga fábrica têxtil ocorreram em dois momentos. O primeiro foi em 1997 e o segundo em 1998, mas nenhuma foi levada a cabo. Como têm demonstrado diversas experiências de práticas voltadas para processos de tombamentos, os conflitos tornam-se agudos quando se trata de uma propriedade privada. Localizado em uma área central e extremamente valorizada da cidade, o prédio da antiga fábrica de tecidos Codorna, que, depois de ter abrigado diversas atividades econômicas, encontrava-se com parte de seu espaço construtivo inutilizado. Logo, o imóvel tornou-se alvo de disputas entre interesses imobiliários e interesses dos membros do Conselho de Patrimônio Histórico da cidade. Portanto, todo o processo para o tombamento do imóvel em questão se deparou com as resistências dos seus proprietários que, na defesa dos seus interesses privados, elaboraram discursos e práticas que tiveram como objetivo impugnar o tombamento.

Se, de um lado, temos a resistência dos proprietários por entenderem que o tombamento do imóvel como patrimônio histórico do município significaria a violação do direito de propriedade e um empecilho ao desenvolvimento e ao progresso local, de outro, temos o esforço do Conselho Municipal para tombar a Codorna e assim garantir a preservação da memória e a história da cidade. Na percepção do Conselho, o prédio da antiga fábrica Codorna deveria ser tombando por se tratar de uma importante edificação que apresentava uma expressiva representação arquitetônica, histórica e cultural para o município. Para evitar qualquer tipo de descaracterização da edificação, o tombamento do prédio e as limitações impostas ao seu entorno seriam o instrumento jurídico para preservá-lo.<sup>7</sup> Aqui, coloca-se um questionamento: qual memória que o Conselho pretendia preservar com o

---

<sup>7</sup> O tombamento se constitui em “um instrumento legal, aplicado por ato administrativo cuja competência é atribuída, pelo Decreto-lei n. 25/37, ao Poder Executivo. Por meio do tombamento, o valor cultural do bem é reconhecido e se institui sobre ele um regime especial de proteção, considerando-se a função social do mesmo.” Qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de um bem cultural. O inciso LXXIII do art. 5 da Constituição Federal “garante que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da suculência; [...]”.

tombamento? Partindo das reflexões de Maria Clementina Pereira Cunha, não estaria o Conselho justificando o tombamento em nome da preservação de uma memória que reside em poucos lugares e pertence a muito poucos?<sup>8</sup>

Muitas vezes, práticas sociais e políticas públicas, ao cristalizarem determinadas memórias, ao elegerem uma única leitura possível do passado, ou, ainda, ao entenderem o passado como algo a ser constantemente superado, rumo ao progresso inexorável, excluem e silenciam as “outras memórias” e negam o “direito à memória” de diversos sujeitos. Nesse campo, os conflitos e as tensões são retirados da história, as experiências de vida de diversos sujeitos são desqualificadas e esvaziadas de significados. Outros significados e qualificações lhes são atribuídos. Ora eles são vistos como desordeiros e vagabundos, ora como vítimas e ignorantes, ou, simplesmente, não aparecem nas narrativas oficiais legando-lhes o direito à memória. Numa sociedade desigual, os grupos sociais dominantes conseguem articular formas e instrumentos que produzem a “invisibilidade” e a “inaudibilidade” de homens e mulheres que trabalham, amam, odeiam, rezam, choram, riem, constroem sonhos e atribuem significados para a sua condição de “ser/estar” no mundo e em relação uns com os outros.

Dialogando com Yara Aun Khoury, o enfoque desta pesquisa está voltado para as experiências sociais dos indivíduos que constroem cotidianamente a história incorporando suas dimensões individual e social, diferenças de classe, de gênero, de geração e diferenças culturais. Sendo assim, a história é abordada como um processo que é construído pelos próprios homens de forma dinâmica, complexa e contraditória. Diante disso, refletimos e dialogamos a partir de uma “diversidade de perspectivas e pontos de vista, como possibilidades alternativas colocadas no social”<sup>9</sup> e construídas no cotidiano. Dentro dessa perspectiva, os sujeitos históricos deixam de ser pensados de forma abstrata e vazia.

Como nos diz Agnes Heller:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em

---

<sup>8</sup> CUNHA, Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O direito à memória; patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico e Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura de São Paulo, 1992, p. 9.

<sup>9</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. In: *Projeto História* 22. PUC/SP. São Paulo: EDUC, jun. 2001, p.81.

funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. [...] São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.<sup>10</sup>

Como qualquer experiência humana, a memória é um campo de luta, de luta política, no qual se confrontam memórias hegemônicas com outras infindáveis memórias produzidas na vida cotidiana por diversos sujeitos sociais, cujas narrativas nos mostram formas de resistências diárias, conquistas, crenças, sonhos e projetos, mesmo que ainda não realizados.

Não podemos entender memória como um lugar de depósitos de informações, um lugar onde se recorda a história. Os sujeitos são múltiplos e as experiências vivenciadas por cada um também.<sup>11</sup> As diversas memórias são tecidas no seio dessa multiplicidade num refazer-se e num embate constante. Segundo Alessandro Portelli, a memória deve ser encarada como história, como “*senal de luta*”, como “*processo em andamento*”.<sup>12</sup>

Os procedimentos em história oral possibilitam a construção de outras memórias a partir das experiências e vivências de pessoas comuns. Dialogando com Eric Hobsbawm, os historiadores dos movimentos populares encontram dificuldades ao rememorarem a história de gente comum e, quando o fazem, não estão simplesmente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que muitas vezes nem sempre existiu, mas estão buscando, “mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado”.<sup>13</sup> Concordando com o historiador, o significado político retrospectivo desses segmentos sociais pode não estar, necessariamente, nas sublevações populares, nas lutas de resistências com caráter de confronto direto, pois nem sempre os pesquisadores as encontram. E, quando não as encontramos nessas formas, significaria dizer que suas experiências de vida estão dissociadas de significado político? O que tenho a dizer é que os depoimentos dos antigos operários colhidos para o meu trabalho muito contribuíram para

---

<sup>10</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17-18.

<sup>11</sup> Para essas reflexões foram importantes as contribuições das professoras Déa Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto. Ver: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução – Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

<sup>12</sup> KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias – entrevista com Alessandro Portelli. In: *História & perspectivas*. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, n. 25 e 26, jul. 2001/jun. 2002, p. 28. Revista dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em História de UFU. (Grifos do autor).

<sup>13</sup> HOBBSAWM, E. J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 219.

compreender como as experiências sociais vividas por pessoas comuns influenciam a construção de suas próprias memórias e histórias. Como essas pessoas (re)interpretam o passado vivido e se percebem no presente. Essas pessoas comuns – os antigos operários – estão, na maioria das vezes, alijadas dos instrumentos e dos meios eficazes que viabilizem a sua “aparência” como sujeitos atuantes e “portadores de memórias” com direito à visibilidade.

No que diz respeito à metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa, recorri à história oral como uma maneira possível de colocar em evidência as memórias muitas vezes silenciadas. Para isso, colhi 4 depoimentos, entre 2004 e 2007, de antigos operários da fábrica Codorna. As fontes orais se constituíram “em instrumento útil na investigação da complexidade e da dinâmica social”<sup>14</sup>. Nelas, variados tempos emergiram das reminiscências dos antigos trabalhadores, apresentados a seguir.

Genoveva Barros Cainé nasceu em 1921, em Conceição do Rio Verde e com 5 anos mudou-se para Itajubá de onde nunca mais saiu. Começou a trabalhar na fábrica Codorna aos 15 anos, na seção da tecelagem e saiu da fábrica em 1996. É viúva e mãe de um único filho.

Odete Sales Abranches nasceu em 1928, em Itajubá, onde reside até hoje. Começou a trabalhar na fábrica Codorna aos 14 anos, na seção de fiação e saiu em 1952 para se casar. É viúva e mãe de 5 filhos.

Benedita de Lourdes Fernandes nasceu em Itajubá, em 1926, onde reside até hoje. Começou a trabalhar na Codorna aos 14 anos na seção de fiação e saiu da fábrica em 1966. É viúva e mãe de 4 filhos.

Pompeu José Antônio nasceu em 1922, em Brazópolis, cidade do sul de Minas Gerais. Mudou-se para Itajubá em 1934. Trabalhou na fábrica Codorna entre 1944 e 1966. Trabalhou na tecelagem, na fiação e em diversas outras seções da fábrica. Foi diretor por duas vezes do Sindicato dos Tecelões de Itajubá. Foi eleito vereador na cidade em 1962 pelo PTB, sendo cassado em 1964. Pai de 6 filhos e, ao ficar viúvo, casou-se novamente. Atualmente mora em Ouro Fino, também no sul de Minas Gerais.

---

<sup>14</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. In: *Projeto História* 22. PUC/SP. São Paulo: EDUC, jun. 2001, p.81. Também encontrei em Alessandro Portelli, Alistair Thomson e Michael Pollak importantes reflexões sobre o uso da história oral e sobre seus procedimentos.

Nesses depoimentos, voltei-me para a centralidade do fato de terem sido operários da antiga fábrica de tecidos Codorna no final dos anos de 1930 e até 1966, quando as atividades da fábrica paralisaram, em virtude de sua falência.

Esse foi o ponto inicial de cada diálogo. Foi com essa proposta que localizei os antigos trabalhadores fabris e que iniciei o trabalho. À medida que nossas conversas avançavam, percebia que o grau de confiança de cada um aumentava e suas lembranças explodiam carregadas de emoção, nostalgia, alegrias e tristezas nas quais emergiam outros tempos, o da casa, o da rua, o do bairro e o da cidade.

Durante os diálogos que foram sendo construídos com dona Genoveva, dona Odete, dona Benedita e seu Pompeu, a atenção estava voltada para a pluralidade de sentidos na construção que cada um fazia de si mesmo, nos significados que davam para as suas vidas, tendo como referência o fato de serem antigos trabalhadores fabris, de terem vivenciado momentos de lazer, de solidariedade, de dificuldades, crenças e desejos, numa época que possuíam todo o frescor e dinamismo da juventude. No (re)trabalho constante da memória, (re)construíram percepções de si mesmos. De reminiscência em reminiscência, cada um ia tecendo as suas memórias. Nesse diálogo constante entre a entrevistadora e os depoentes, as fontes orais foram sendo construídas.

As interrupções, as digressões, as correções, as lembranças e os esquecimentos formaram os elementos que constituíram a trama das narrativas. Era o trabalho da própria consciência “no sentido de melhor compreendermos como aquele que narra constrói sua interpretação e se situa na realidade social”.<sup>15</sup>

Além dos depoimentos dos antigos trabalhadores, colhi depoimentos de 3 antigos membros do Conselho de Patrimônio Municipal.

Luiz Eugênio Gaudino Braga nasceu em 1959, em Itajubá. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Taubaté, UNITAU. Foi membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Começou a trabalhar na prefeitura de Itajubá em 1985 e atualmente trabalha na prefeitura de São José dos Campos. Faz parte do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos. Tem um escritório de arquitetura na mesma cidade.

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 92.



Fernando Antonio Pimentel nasceu em 1955, em Belo Horizonte. Mudou-se para Itajubá em 1978 e foi funcionário do Banco do Brasil. Foi diretor do Departamento de Cultura, em 1997, e membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Retornou a Belo Horizonte onde atualmente trabalha em uma empresa de segurança.

Maurício José Ferreira nasceu em São Paulo, em 1966. Mudou-se para Itajubá em 1968. Formou-se em Engenharia Civil pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá. Foi diretor do Departamento de Cultura em 1998 e 1999. É escritor e, atualmente, trabalha com projetos de pequenas centrais hidrelétricas. Também é empresário na área de serviços de saúde, limpeza e higienização.

Interpelei esses antigos conselheiros, apenas com o interesse de que eles me narrassem suas experiências no Conselho Municipal, para, assim, compreender os conflitos originários ao redor do tombamento da Codorna e os significados que foram atribuídos à fábrica.

Sem perder de vista a complexa e contraditória relação entre memória e história, o trabalho com os depoimentos me permitiu conhecer e identificar os lugares de memórias e seus possíveis significados para essas pessoas.

Para as reflexões sobre o uso da história oral e os seus procedimentos, dialoguei com as importantes contribuições de Alessandro Portelli, Alistair Thomson e Michael Pollak. A história oral “nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*” e as entrevistas “sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”.<sup>16</sup> Dessa maneira, também estamos abrindo possibilidades para explorar uma dimensão desconhecida do passado. “A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir.”<sup>17</sup> Os depoentes ao recorrerem às suas reminiscências buscam construir um sentido para o seu passado ao ligarem, numa coerência narrativa, os acontecimentos-chaves. É um trabalho de reconstrução de si mesmo, e ao fazê-lo, o indivíduo “tende a definir seu lugar social e suas relações como os outros”<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história ora ser diferente. In: *Revista Projeto História* 14, PUC/SP. São Paulo: EDUC, fev. 1997, p. 31.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.32.

<sup>18</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Outra grande contribuição para o trabalho com as histórias de vida veio das reflexões feitas a partir das leituras das obras de Ecléa Bosi. As lembranças do passado são trabalhadas e (re) trabalhadas, continuamente, de forma quantitativa e qualitativamente pelo sujeito que lembra. “Lembranças puxam lembranças”.<sup>19</sup> O indivíduo, quando lembra, faz constantemente um trabalho de (re)elaboração das suas experiências sociais em sua consciência. As experiências do presente interpelam o passado, dando-lhe novas feições, incorporando novas leituras, e as experiências do passado interpelam o presente enquanto valores e referências.<sup>20</sup> Portanto, a história oral ao indagar esse passado também faz uma história do presente.

Mas a imposição do silêncio é uma forma de opressão. As políticas públicas e as políticas culturais, quando excluem do campo das discussões e decisões os outros sujeitos, quando autorizam apenas uma única versão do passado e, quando apontam para um único projeto viável de futuro, afastam grupos sociais dos meios e dos instrumentos que viabilizam a sua “aparição” como sujeitos atuantes e “portadores de memórias”. O que passa a ser contemplada “é a história do morto, ou seja, do consagrado e oficial, fabricando uma história de eventos que ignora ou oculta a história dos adventos, na qual o vivo e o novo retomam o passado em um presente que transforma e lhe muda o sentido”.<sup>21</sup> Os objetos a serem contemplados são os monumentos que conferem legitimidade à história do vencedor. Como afirma Walter Benjamin, é necessário “escovar a história a contrapelo”. “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”.<sup>22</sup>

Entendendo o conceito de cultura como o de Raymond Williams, que vai além da classificação geral das “artes”, religião, crenças, instituições e práticas de significados e valores alcançando o significado do termo como um processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes<sup>23</sup>, não podemos

---

<sup>19</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Ver também da mesma autora *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

<sup>20</sup> Diversos textos da professora Yara Aun Khoury muito contribuíram para tais reflexões.

<sup>21</sup> CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural e o direito à cultura*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006, p. 122-123.

<sup>22</sup> BENJAMIN, Walter. O conceito de história. In: *Obras escolhidas. Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 225.

<sup>23</sup> WLLIANS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 25.

dissociar cultura da produção da vida material, porque ela é produzida pelos homens por meio de seu trabalho e nas relações que estabelecem entre si na sociedade. Nessa concepção, a compreensão do significado de cultura não está separada da esfera da vida cotidiana. As complexas relações que os homens estabelecem em sociedade estão materializadas na produção cultural que, segundo Williams, encontram-se entrelaçadas entre os sistemas de decisão, de comunicação, de aprendizagem, de manutenção, de geração e criação.<sup>24</sup> Portanto, cultura não pode ser entendida como

[...] um processo social secundário – a produção de significados e valores é uma atividade humana primária que estrutura as formas, instituições, relações, e também as artes. O esforço do argumento é demonstrar que, a contrapelo das formulações vigentes, não é possível compreender as mudanças em que estamos envolvidos se nos limitarmos a pensar, como nos incita a fazer a fragmentação característica da vida sob o capitalismo, as revoluções democrática, industrial e cultural como processos separados.<sup>25</sup>

Sendo assim, o sentido de cultura foi usado no trabalho como um processo de criação de todos os homens e mulheres e como direito de todos<sup>26</sup>, possibilita uma reflexão sobre o que preservar e para que preservar, no que tange às políticas públicas de patrimônio.

Mas, para falar sobre as memórias em torno de uma fábrica de tecidos que funcionou entre os anos de 1914 e 1966, na cidade de Itajubá, bem como dos conflitos surgidos quando o Conselho Municipal resolveu iniciar os processos de tombamento, senti necessidade de recompor uma parte da história local e da história da Companhia Industrial Sul Mineira. Faça essa que foi muito difícil. Podemos dizer que quase não existem elementos sobre a história local, o que constituiu uma grande dificuldade para a pesquisa. Para trabalhar essa história, consulte o Acervo “João Aldano”, pertencente à Universidade de Engenharia de Itajubá, UNIFEI. Nele, encontrei vários números do jornal *O Itajubá*, onde obtive informações sobre a Companhia Industrial Sul Mineira e suas atividades. Esse jornal surgiu na cidade em 1921. Em alguns momentos teve as suas atividades paralisadas, voltando a circular em 1945.

---

<sup>24</sup> Ver CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 51.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 50-51.

<sup>26</sup> CHAUI, op. cit., p. 67.

Pesquisei, também, a obra *O Município de Itajubá. Sul do Estado de Minas Geraes: notícia descritiva*, de Pedro Bernardo Guimarães. O autor nasceu em 1884, na cidade de Ouro Preto e se tornou engenheiro geógrafo pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro. Em 1909, mudou-se para Itajubá. Foi eleito deputado estadual no quadriênio de 1915-1918. Sua obra foi publicada em 1915, sob encomenda da Câmara Municipal da cidade e impressa, sob a forma de álbum, pela Imprensa Oficial do Estado. Ela era destinada a fazer propaganda da elite política do município e das atividades econômicas. Apresenta diversas fotos dos locais dos perímetros urbano e rural e das famílias detentoras do poder econômico e político do município.<sup>27</sup> O livro de Pedro Bernardo Guimarães é uma espécie de “almanaque”, comum ao período e muito utilizado até os anos de 1940 como forma de apresentação de localidades e até mesmo de estados e países, onde se buscava mostrar o que de melhor existia, tanto em termos sociais, quanto culturais, para louvar a proficiência ou a grandeza econômica de determinados grupos ou figuras políticas. O momento histórico do texto é o da Presidência da República ocupada pelo “filho da cidade”, Wenceslau Braz Pereira Gomes<sup>28</sup>, que, à época, não aparece como um dos proprietários da Companhia Sul Mineira, e sim seu sogro, João Carneiro Santiago Júnior, o maior acionista da Companhia Industrial Sul Mineira. O livro é, portanto, um trabalho em homenagem ao presidente da República e a seus familiares e amigos, membros da elite política e econômica local.

Recorri à obra *História de Itajubá*, de José Armelino Bernardo Guimarães. O autor nasceu em 1915, em Itajubá, e faleceu em 2004. Ele foi projetista mecânico e professor de tecnologia mecânica, de desenho industrial e de português. Filho de Bernardo Guimarães, foi colaborador do jornal *O Sul de Minas*, onde escreveu diversos artigos com o pseudônimo de “Frei Dario”. Em 1937, iniciou seus trabalhos na Fábrica de Armas de Itajubá (IMBEL), onde se aposentou em 1974. Coursou apenas o primeiro ano do Instituto Eletrotécnico Mecânico de Itajubá, atual UNIFEI. Foi presidente da Academia Itajubense de Letras e passou a ser membro da Academia de História em 1982. A obra *História de Itajubá* foi resultado de pesquisas em jornais, atas da Câmara Municipal de Itajubá e das cidades próximas, pesquisas em documentos de órgãos públicos e associações, livros de tombo de igrejas e

---

<sup>27</sup> SÂMIA, José. *Vida e obra de Pedro de Alcântara Bernardo Guimarães*. Palestra proferida em 1988 na Academia de História de Itajubá.

<sup>28</sup> Wenceslau Braz Pereira Gomes foi eleito presidente da República para o quadriênio de 1914-1918.

documentos mantidos pelas famílias tradicionais.<sup>29</sup> O livro de Armelino Guimarães trata-se de uma obra fundamentada em pesquisas desenvolvidas pelo autor, historiador local, autodidata, apaixonado pesquisador, como diz Phillip Ariés, de final de semana, que vem coletando fatos, dados e datas na busca de compor um painel histórico. Guimarães era o típico historiador que reúne tudo, faltando-lhe, no entanto, a crítica histórica, seja com referência às fontes, seja com referência à sua própria perspectiva de narrador, o que não lhe retira o mérito de ser, em si mesmo, uma fonte interessante e importante, ao compilar originais de registros de época, tais como livros de registros da prefeitura, da antiga Câmara, da Igreja Matriz da cidade e de velhos jornais.

Essas duas obras e os jornais encontrados no Acervo “João Aldano” foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quanto às fontes documentais, pesquisei a documentação da “Massa Falida da Codorna” e a documentação do acervo do CPDOC/FGV do Rio de Janeiro. Nesses documentos, também encontrei informações sobre a origem da Companhia Industrial Sul Mineira e da fábrica Codorna.

Para compreender todo o processo montado pelo Conselho Municipal de Itajubá, durante as duas tentativas de tombamento da antiga fábrica de tecidos, pesquisei os dossiês que continham as justificativas elaboradas pelos conselheiros, as argumentações dos proprietários do prédio para impugnarem os processos, as contra-argumentações do Conselho e a decisão do Conselho Consultivo sobre o primeiro processo. Recorri ao jornal local semanal, *O Sul de Minas*, no qual continha uma carta enviada pelo Conselho de Patrimônio Municipal, denunciando a derrubada das paredes e dos telhados do prédio no momento em que ocorria a segunda tentativa de tombamento da Codorna.

Pesquisei as leis municipais e os decretos que organizaram e estabeleceram os aspectos jurídicos do Serviço de Patrimônio Histórico e do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, bem como as questões referentes ao tombamento e preservação do patrimônio histórico.

---

<sup>29</sup> DINIZ, João Otero. *Vida e obra de José Armelino Guimarães*. Palestra proferida na Academia de História de Itajubá, s/d.

As fotos presentes no primeiro capítulo deste trabalho serviram de fontes para mostrar as características arquitetônicas da fábrica e o bairro ao seu redor. As fotos não possuem uma data precisa.

A organização dos capítulos desta pesquisa foi feita da seguinte forma: no Capítulo I, A FÁBRICA DE TECIDOS CODORNA, apresento a história da fábrica e da Companhia Industrial Sul Mineira. Investigo a formação do Conselho de Patrimônio Histórico do município de Itajubá, os processos de tombamento nos anos de 1997 e 1998 e os conflitos existentes entre os interesses público e privado originários a partir das tentativas do Conselho em tombarem como patrimônio histórico o imóvel onde funcionou a fábrica Codorna. O capítulo está dividido em: 1.1 A fábrica e a cidade na primeira metade do século XX e 1.2 Os processos: entre o público e o privado.

No Capítulo II, "ITAJUBÁ FICOU MAIS POBRE EM SUA MEMÓRIA E HISTÓRIA", investigo as trajetórias dos conselheiros dentro do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá e os significados que o Conselho atribuiu à fábrica Codorna para justificar o seu tombamento. O capítulo está dividido em: 2.1 As experiências dos conselheiros e 2.2 Quem fala sobre patrimônio.

No Capítulo III, intitulado A CODORNA PARA OS ANTIGOS OPERÁRIOS, busco compreender os diversos significados que os ex-operários fabris atribuem à fábrica de tecidos Codorna que pertenceu à Companhia Industrial Sul Mineira de Itajubá e como eles ressignificam os lugares das memórias, os vestígios da fábrica e do bairro. O capítulo está dividido em: 3.1 Trajetórias de vida, 3.2 "Ir pra lá e vir pra cá" e 3.3 "Eles foram pai, sabe?".

## **Capítulo I - A FÁBRICA DE TECIDOS CODORNA**

## 1.1 A fábrica e a cidade na primeira metade do século XX

Figura 2: a derrubada dos telhados *sheds*



Fonte: foto extraída do jornal O SUL DE MINAS. Itajubá, ano LII, n. 2785, 19 set. 1998. 20p.

Lembro-me bem do dia em que passando de ônibus pela rua dona Maria Carneiro, em Itajubá, a caminho do trabalho, trajeto que faço até hoje, para meu espanto, observei que parte do telhado do imóvel que abrigou por 52 anos a fábrica de tecidos Codorna tinha vindo abaixo. Logo, me veio a ideia de que o “acaso” não caberia em tal situação e, devo confessar que de espanto, o meu sentimento passou para uma certa indignação. Eu acompanhava, através de algumas conversas com pessoas que faziam parte do Conselho de Patrimônio Histórico do município, discussões e ações que o Conselho empreendia para tentar tomba o imóvel Codorna como patrimônio histórico local. Dias depois do fato ocorrido, o jornal itajubense semanal *O Sul de Minas*, publicou a foto acima e uma carta assinada pelo Serviço Municipal de Patrimônio e pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá denunciando a derrubada dos telhados *sheds* e de paredes do prédio com a intenção de descaracterizá-lo impedindo que o seu tombamento fosse efetivado. Assim, dizia um trecho da carta:

O leitor pode, então perguntar: “O que aconteceu? Por que o conjunto está sendo destruído? O Serviço de Patrimônio e o Conselho não fizeram nada para impedir?”

A resposta é: o Conselho fez tudo o que pôde para impedir tal **ato de vandalismo** [grifos do autor] contra a memória histórica, artística, arquitetônica e sentimental da sociedade itajubense. Seguiu a lei, montou um dossiê para comprovar a necessidade do tombamento, da proteção do patrimônio, enviou aos proprietários notificação do tombamento provisório, como proteção prévia enquanto processava o tombamento definitivo. Após todo o trabalho, recebendo e respondendo os recursos dos proprietários que negavam-se a acatar a decisão de proteção ao patrimônio Fábrica “Codorna”, foi atropelada pela Assessoria Jurídica da mesma Prefeitura a quem serve, que deu



parecer favorável ao alvará de um dos proprietários solicitando “abrir portas nas fachadas”.<sup>30</sup>

Este fato ocorreu justamente no momento em que se processava uma segunda tentativa de tombamento do prédio. A primeira tinha ocorrido no ano anterior, em 1997.

Neste capítulo, apresento a história da Companhia Industrial Sul Mineira e a história da fábrica Codorna. Num segundo momento, busco compreender as tensões e os conflitos que se estabeleceram durante as duas tentativas de tombamento, como patrimônio histórico do município de Itajubá, do imóvel que, entre 1914 e 1966, abrigou a antiga fábrica de tecidos, pertencente à Companhia Industrial Sul Mineira, fundada no início do século XX. Para isso, recorri à leitura dos processos originários que deram origem às tentativas de tombamento, em 1997 e em 1998, e às leis municipais referentes ao tombamento e preservação do imóvel e investiguei o início da formação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico, CMPHA<sup>31</sup>, que depois, tornou-se o Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, CODPHAI<sup>32</sup>.

Compondo os processos, encontrei uma vasta documentação formada pelos dossiês, apresentando o histórico do imóvel em questão, o histórico do município, a descrição e análise do bem, a delimitação do perímetro de tombamento do bem e seu entorno, documentação fotográfica, ficha técnica, bibliografia e planta do imóvel. Além disso, como documentos constituintes desses processos, estão presentes as notificações que foram enviadas aos proprietários, as suas justificativas para as impugnações dos processos, as contra-argumentações do Conselho Municipal, as alegações dos proprietários para realizações de reformas no prédio, a resposta do Conselho em relação aos pedidos de reformas e os pareceres emitidos pelo Conselho Consultivo e pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, PROJU, em relação às reformas e ao tombamento do bem.

Nos dois momentos, partiu do próprio Conselho Municipal do Patrimônio a iniciativa do tombamento do imóvel por considerá-lo uma

---

<sup>30</sup> Serviço Municipal e Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Memória e Progresso. *O Sul de Minas*, Itajubá, p. 15, 19, set. 1998.

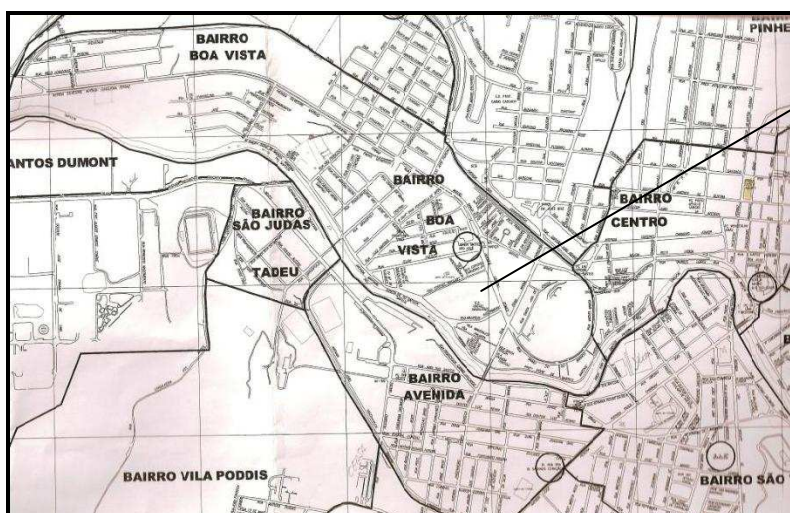
<sup>31</sup> Itajubá. Lei Municipal n. 2114, 15 maio 1997, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, CMPHA.

<sup>32</sup> Itajubá. Lei Municipal n. 2185, 9 jun. 1998, cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, CODPHAI.

Edificação de expressiva representação dentro da malha urbana da cidade, destacando-se como elemento referencial não apenas pelo porte de seu edifício e de suas características arquitetônicas, mas principalmente por ser um marco histórico do período inicial da fase de industrialização de Itajubá, coincidente com o começo da implantação industrial no estado e no país.<sup>33</sup>

Construída em um terreno poligonal, com uma área aproximada de 15.331 metros quadrados, situada nas interseções da rua Dona Maria Carneiro com a rua Miguel Braga e a Av. Capitão Gomes, a edificação da antiga fábrica ocupava uma área de mais ou menos 7.000 metros quadrados que junto com as construções dos edifícios anexos – prédios do Clube Operário, do refeitório, da cabine de força e luz, dos depósitos de polvilho, algodão, sucata e ferro, a ferraria, a carpintaria e outros galpões – totalizavam uma área de 10.351 metros quadrados localizados no bairro Boa Vista em Itajubá.<sup>34</sup>

Figura 3: Mapa de parte da Planta Geral dos Bairros



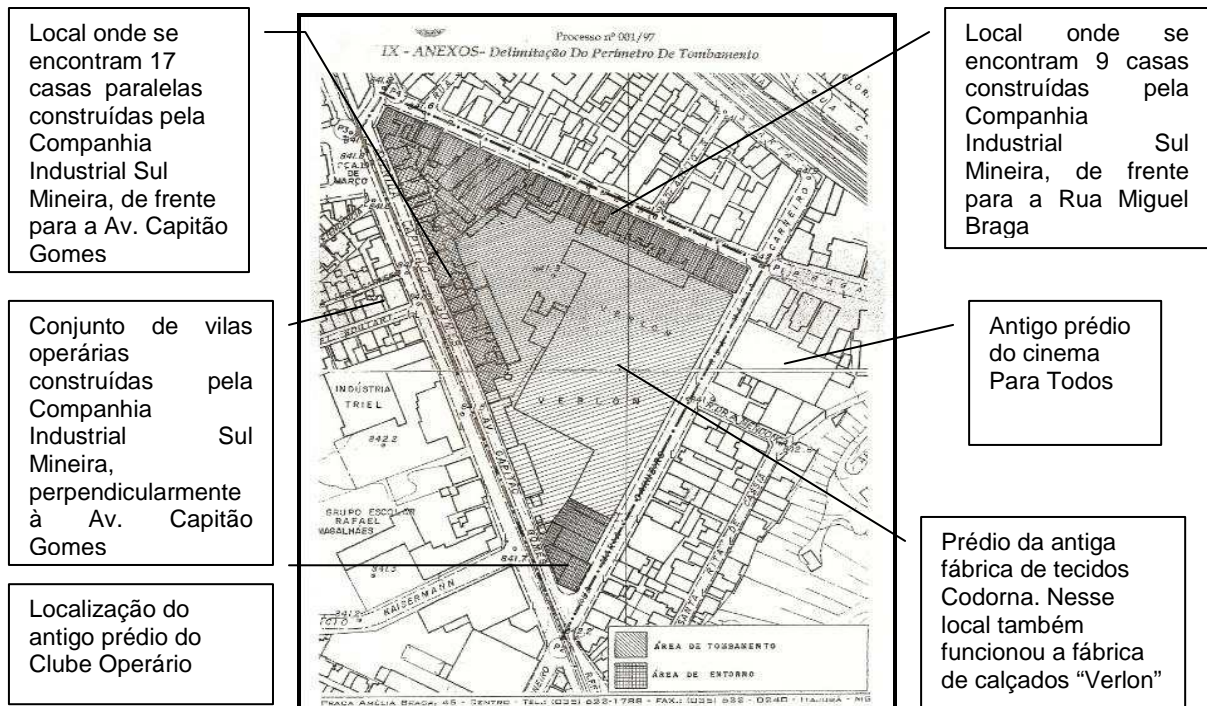
Localização do bairro Boa Vista e os dos bairros adjacentes de Itajubá.

Fonte: Prefeitura Municipal de Itajubá, MG.

<sup>33</sup> Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Processo para o tombamento da antiga fábrica de tecidos n. 01/97. In: *Dossiê para processo de tombamento. Antiga fábrica de tecidos da Cia. Industrial Sul Mineira (fábrica Codorna)*. Prefeitura Municipal de Itajubá, Minas Gerais, 1997, p. 4.

<sup>34</sup> Informações extraídas da documentação da Ação Declaratória para o Reconhecimento da Relação Jurídica havida entre os funcionários da Companhia Industrial Sul Mineira, fábrica de tecidos Codorna e a Massa Falida. Os Autos do Processo se encontram na 1ª. Vara Civil da Comarca de Itajubá, MG, Processo n. 3268.

Figura 4: Delimitação do perímetro de tombamento onde se encontra localizado o prédio da antiga fábrica de tecidos Codorna. Fonte: Dossiê para processo de tombamento. Antiga fábrica de tecidos da Cia. Industrial Sul Mineira (Fábrica Codorna).



Planta reproduzida do Processo n. 01/97.

Observando a Figura 4 e a leitura dos processos, constatamos que apenas o prédio da antiga fábrica seria objeto de tombamento, as demais construções como as casas construídas pela Companhia Industrial Sul Mineira na Av. Capitão Gomes e na rua Miguel Braga, para os operários morarem, e o prédio do antigo Clube Operário foram considerados construções em áreas de entorno<sup>35</sup>. Constatamos, também, que as áreas onde se localizam as edificações correspondentes ao antigo cinema Para Todos, localizado à rua Dona Maria Carneiro, em frente da antiga

<sup>35</sup> A preservação do entorno de um bem tombado, garante a sua visibilidade. "O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar.

Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica." Ver Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do PATRIMÔNIO Cultural. Adotada em Xi'an, China, 21 de outubro de 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – março 2006. Disponível em: <<http://www.internacional.icomos.org/charters/xian-declaration.por.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

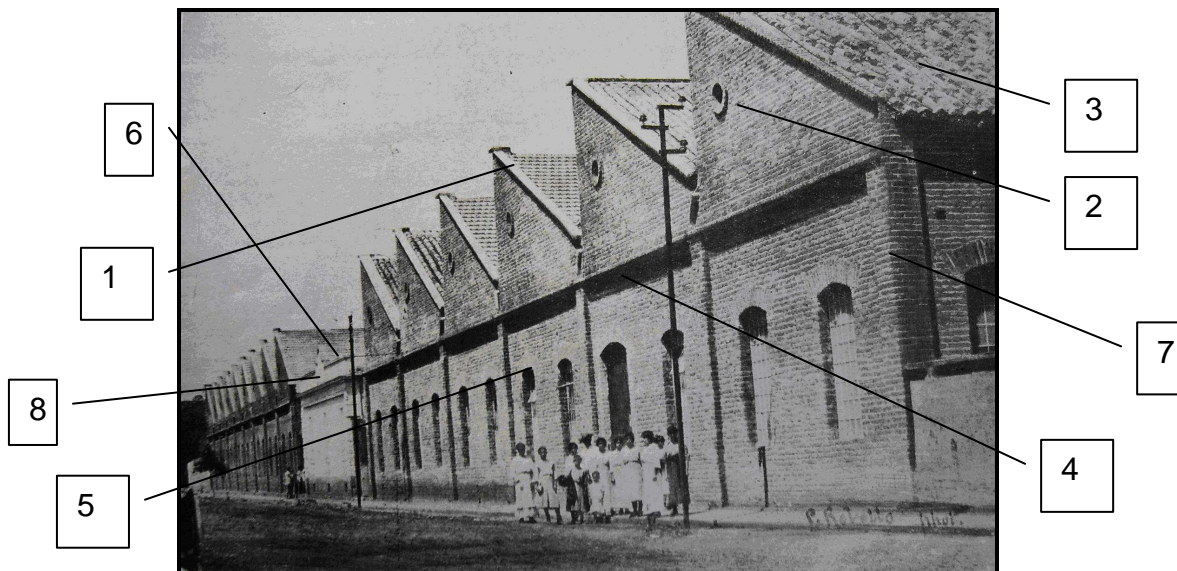
fábrica e as antigas vilas operárias, localizadas perpendicularmente à Av. Capitão Gomes, foram consideradas áreas de entorno.

Originalmente, a edificação construída nos anos de 1912 e 1913 e destinada a abrigar a fábrica de tecidos Codorna obedecia à tipologia arquitetônica industrial inglesa, não apenas pelo destaque das suas características físicas, mas também pela junção fábrica/moradia no espaço. A fábrica se encontrava ao centro do terreno e o conjunto de casas e vilas operárias ao seu redor. O prédio possuía linhas sóbrias com um sistema construtivo de alvenaria de tijolo maciço deixado de forma aparente. Para o recobrimento de suas coberturas foram utilizadas telhas executadas em argamassa de cimento prensado na forma de telha “capa e canal”. O edifício da fábrica era composto por extensos galpões com a cobertura em sistema de *sheds* com uma parede vertical de vidro para que se aproveitasse mais a luz do dia. A estrutura da cobertura era de meias tesouras executadas em madeira e sustentadas por pilares metálicos. Suas laterais triangulares eram reforçadas por cimalha de arremete colocada em forma contínua sob as bases dos triângulos que conformam suas coberturas. No frontão triangular foi inserido um pequeno óculo cujo objetivo era trocar o ar quente do interior da fábrica com o ar frio vindo do exterior. A cimalha presente apresentava um assentamento diferenciado de tijolaria, dividindo o pano da fachada de cada módulo em duas partes. Na parte inferior, demarcada por pilares em cada extremidade do módulo, foram colocadas duas janelas em arco batido com esquadrias metálicas com um desenho geométrico simples. Na sua parte central, ergueu-se uma construção diferenciada para o uso destinado ao setor administrativo. A cobertura era em três águas e platibanda de arremete em sua fachada, dividindo a fachada principal da fábrica em duas partes. A sua parte direita era formada por 6 módulos estruturais e 9 na parte esquerda, como podemos ver na foto abaixo.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Informações extraídas a partir dos dossiês montados durante os processos de tombamento da antiga fábrica de tecidos Codorna da Cia. Industrial Sul Mineira de Itajubá (fábrica Codorna). Processos ns. 01/97 e 07/98.

Figura 5: 1. Telhados *sheds*; 2. pequeno óculo; 3. forma de telha “capa e canal”; 4. cimalha dividindo a fachada de cada módulo em duas partes; 5. janela em arco; 6. construção central destinada ao uso administrativo; 7. tijolo maciço deixado de forma aparente e 8. platibanda.



Fonte: foto extraída do dossiê para o processo de tombamento da antiga fábrica de tecidos da Cia. Industrial Sul Mineira (fábrica Codorna). Processo n. 07/98, p.20.

A Companhia Força e Luz, proprietária da fábrica, foi fundada em 1908 para explorar a energia elétrica em Itajubá e na região. Em 1910, foi transformada em Companhia Industrial Sul Mineira, dividindo-se em diversas seções: a seção bancária, a seção de eletricidade e a seção de tecelagem, que depois transformou-se na fábrica de tecidos Codorna.<sup>37</sup>

Além de contar com diversos acionistas da região, a empresa também teve como um de seus principais sócios Wenceslau Braz Pereira Gomes.<sup>38</sup> Em 1913, a Companhia inaugurou uma nova usina hidrelétrica, a do rio Manso, hoje Usina Luís

<sup>37</sup> A Companhia Força e Luz de Itajubá foi constituída em 22 de fevereiro de 1908. Foi modificada quanto ao capital pela Assembléia Geral extraordinária de 26 de abril de 1910. A partir de então, passou a se denominar Companhia Industrial Sul Mineira, com sede e foro na cidade de Itajubá. Sociedade anônima, tinha por objetivo a exploração de força e luz por meio de eletricidade em Itajubá e em outros municípios mineiros e de outros Estados. O seu estatuto possibilitava a exploração do comércio com a importação de artigos destinados à indústria, além de explorar outras indústrias. Pelo art. 4, foi elevado a 1.600:000\$000 (mil e seiscentos contos de réis) divididos em ações de 200\$000 (duzentos mil réis). Fonte: Estatuto da Companhia Industrial Sul-Mineira, ex-Companhia Força e Luz de Itajubá, 1912. p. 3-4. Acervo FGV/CPDOC.

<sup>38</sup> Os sócios fundadores da Companhia Industrial Sul Mineira eram João Carneiro Santiago Júnior, Luiz Dias Pereira, Major João Pereira e Antonio Maximiano Xavier Lisboa. A Companhia ainda contava com diversos acionistas da região.

Dias.<sup>39</sup> A pequena usina da Serra dos Toledos, que até então era a responsável pela geração de eletricidade, não era mais suficiente para atender às necessidades da expansão industrial da região<sup>40</sup>.

A sua seção bancária<sup>41</sup> começou a operar em 1º. de janeiro de 1912 com capitais subscritos na região e mais tarde transformou-se no Banco de Itajubá S.A. – Banita. Manteve agências funcionando no Rio de Janeiro, São Paulo e em diversas outras cidades paulistas e mineiras. Seu serviço bancário financiou os comerciantes do município e o fornecimento de eletricidade para a região.

A Companhia Industrial Sul Mineira também era proprietária de uma fábrica de Cigarros e Charutos que aproveitava o fumo produzido no município e em todo sul de Minas Gerais.

Entre 1912 e 1913, ocorreu a construção do prédio da fábrica de tecidos Codorna e, em 1914, ela começou suas atividades.<sup>42</sup> Ao seu redor, nasceu o bairro

<sup>39</sup> Além de Itajubá, a nova usina fornecia energia para Brasópolis, Piranguçu, Piranguinho, Maria da Fé e Delfim Moreira.

<sup>40</sup> Em 1907 foi a inauguração da luz elétrica fornecida pela pequena usina construída na Serra dos Toledos.

<sup>41</sup> A Seção Bancária da Companhia Industrial Sul-Mineira começou a operar em 1º. de janeiro de 1912, com um capital de 100 contos de réis, atingindo os depósitos, no primeiro ano de seu funcionamento, a 297:168\$930. Seus realizadores foram os diretores da Cia. Industrial, Wenceslau Braz Pereira Gomes, Miguel Vianna, Luís Dias Pereira, Antônio Maximiano Xavier Lisboa e João Antônio Pereira. Pouco tempo depois, transformou-se no Banco de Itajubá S. A.. O novo edifício foi inaugurado em 1931 e manteve agências no Rio de Janeiro, São Paulo e em várias cidades de Minas e de São Paulo. O Banita foi encampado em 1957 pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.. Ver: GUIMARÃES, Armelino. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1987, p. 482.

<sup>42</sup> A fábrica Codorna era dividida nas seguintes seções:

- Depósito de algodão com aparelhos de fabricação norte-americana para descarregar algodão de plantação local. Em cada 1.000 kg de algodão bruto, ficam separados pelo descarregador 300 kg de pluma e 700 de semente.

- Sala dos batedores onde depois, de tirado o algodão dos fardos, era colocado em cima das esteiras do abridor e as grandes pastas eram desmanchadas, deixando passar unicamente pedaços pequenos. O algodão já bem aberto e solto ia para o alimentador automático, cujo fim era manter a regularidade no abastecimento. Em seguida a matéria-prima aspirada do alimentador, por meio de um ventilador, passando sobre grelhas e expurgando-se de toda a impureza, e espalhando-se em um par de gaiolas era em seguida enrolado. Tomando-se depois de 4 em 4, os rolos feitos eram dispostos na esteira alimentadora do batedor completando a limpeza do algodão.

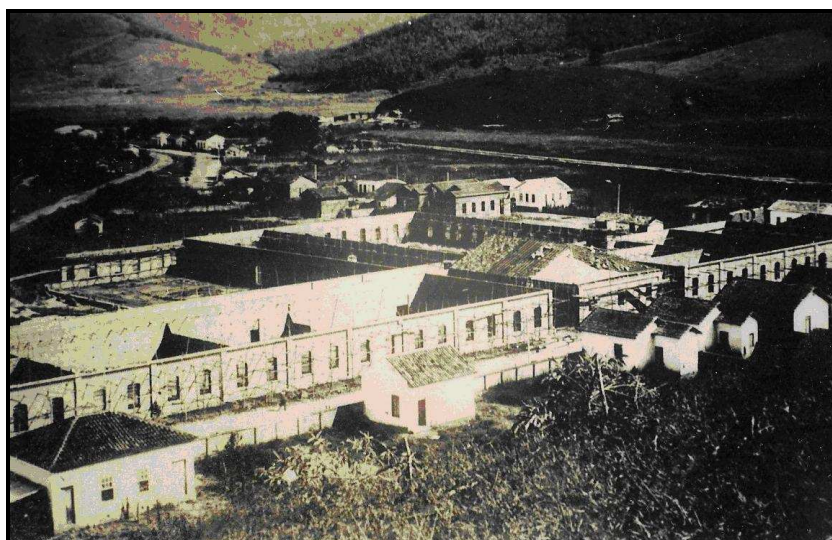
- Salão de fiação onde temos o processo da cardação, que tratava da remoção das impurezas que ainda estavam presentes, trabalhando 16 cardas. O passador é um aparelho que tem o objetivo de tornar paralelas as fibras de algodão, e, de maneira mais uniforme possível, a espessura da fita produzida. As maçarqueiras esticavam e estiravam as fibras, havendo três passagens: maçarqueira grossa, média e fina. As bobinas daí originadas passavam para as fiandeiras, cujos fusos, com a velocidade de mais ou menos 10.000 rotações por minuto, criavam a necessária torção para que o fio ficasse bem forte.

Com 6.000 fusos, podia obter uma produção de 1.000 kg de fios por dia. Para encher de fios cru os carretéis, existia a carreteleira e que ao mesmo tempo limpava o fio de suas impurezas. Quatro madeiras foram montadas para abrir bem o fio e realizar os processos da tinturaria.

- Sala de preparação possuíam as carreteleiras de tambores para encher das meadas os carretéis prontos para a urdideira. Esta possuía uma gaiola com capacidade para 500 ou mais

Boa Vista. No seu apogeu, o bairro passou a contar com uma grande concentração populacional. Além disso, outros bairros surgiram nas proximidades, como o bairro Avenida. A Figura 6 retrata a época em que o prédio estava sendo construído, onde podemos perceber como se configurava o espaço ao redor da fábrica antes dela começar a funcionar.

Figura 6: Foto da época em que estava sendo construída a fábrica. Data aproximada entre 1913 – 1914.



Fonte reproduzida a partir de uma foto do Acervo da Foto ótica São José. Itajubá, MG.

carretéis, cujos fios passavam por um pente e daí para um rolo de madeira. Os rolos da urdideira colocavam-se na estante da engomadeira, os fios reuniam-se, passavam na goma e, sobre os dois tambores aquecidos, secavam-se antes de enrolar. O rolo estava pronto para o tear depois de perpassado cada fio nas malhas dos liços e entre os dentes do pente.

- Salão de teares que continha 187 teares, dos quais 44 eram destinados à produção de riscados e xadrezes, e os demais para brins e morins de grande variedade. O pano era medido na dobradeira e o salário do operário tecelão pago por metro. A produção diária era de 7.200 metros.

- Salão ocupado pelas máquinas de alvejamento e acabamento onde estavam instalados aparelhos de chamoscar, grande caldeira para coser o pano, tanques para alvejar e lavar, máquina espremadora, secadeiras, calandras e uma esticadeira. Uma prensa hidráulica comprimia o pano reduzindo o seu volume. Na estufa as meadas saídas do aparelho de tinturaria eram secas em temperaturas rigorosamente medida.

- Distribuidora de força para 48 motores. O vapor necessário era fornecido por uma caldeira de 40 cavalos e as diversas máquinas eram acionadas por energia elétrica fornecida pelas próprias usinas da Companhia.

- Oficinas mecânicas e de carpintaria e embalagem. Depósitos de brins, xadrezes, americanos e outros tecidos. Informações extraídas da obra *Município de Itajubá: o sul do Estado de Minas Geraes: notícia descritiva*, de Pedro de Alcântara Bernardo Guimarães de 1915. As fotos mostrando algumas dessas seções e maquinários da fábrica estão nos Anexos A, B, C, D, e E. Elas são reproduções da obra citada e datam de 1915.

A instalação da via férrea no município de Itajubá se deu antes da construção da fábrica Codorna. A inauguração oficial foi em 25 de setembro de 1891 – Via Férrea Sapucahy. Em 1915, o município era cortado pela Rede Sul Mineira – Companhia de Estradas de Ferro Federais Brasileiras – resultante da fusão das antigas vias férreas Sapuchy, Muzambinho e Minas and Rio. A estrada de ferro ligava Itajubá à grande parte dos municípios sul-mineiros. O trem possibilitou rapidez e facilidade de comunicação do município com outras cidades mineiras, com o Rio de Janeiro, São Paulo e algumas cidades do interior paulista, condição importante para abastecer o mercado consumidor dos tecidos de algodão, produzidos pela fábrica, e receber as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento industrial da região.<sup>43</sup> Foi construído um desvio nos trilhos do trem para ficar mais próximo à entrada do prédio da Codorna, na sua parte lateral e facilitar a carga e descarga de mercadorias.

---

<sup>43</sup> Segundo a obra “Estação do Piranguinho: as origens e outros lugares”, em 1910 foi formada a “Companhia de Estradas de Ferro Federais Brasileiras – Rede Sul Mineira, com a união da Companhia Férrea Vale do Sapucahy, Estrada de Ferro Muzambinho e da Minas and Rio. A Sapucahy, apesar dos seus problemas estruturais, falta de pessoal especializado e do seu alto custo de operação, venceu a concorrência pública e assumiu duas outras ferrovias em melhores condições de operação. A base de operações ficou na cidade de Cruzeiro, bem como o centro de manutenção da nova empresa. Essa estação era importante porque era a única ligação de Minas Gerais com a Central do Brasil, ferrovia de grande tráfego na ocasião.

Com a RSM, melhorou o tráfego de passageiros e cargas no sul de Minas, pois as conexões entre as linhas estavam mais ágeis sob uma nova administração. Por outro, o Rio de Janeiro se tornou muito atraente para o comércio agrícola, com exceção do café, já que a praça de Santos era a que oferecia melhores preços na ocasião. Isso explica por que o café aparece com pouco destaque no extremo sul de Minas: o longo percurso encarecia o frete do produto, desestimulando a formação de fazenda na região. Em 1912, ficou concluído o ramal Piranguinho a São José do Paraíso (Paraisópolis), favorecendo o comércio em direção a São Paulo [...]

Após a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, os transportes ferroviários no Brasil entraram em crise. A dificuldade de comércio com a Europa acarretou uma queda de volume de cargas nas ferrovias. Essa crise atingiu a RSM, pois ela se encontrava em um processo de expansão e tinha uma malha muito grande e onerosa, com dificuldade de importar equipamentos de manutenção. Em três anos sua situação ficou insustentável com o acúmulo de novos prejuízos. Em 1921, com mais de 15 mil contos de prejuízo, a companhia foi dissolvida e o contrato cancelado [...]

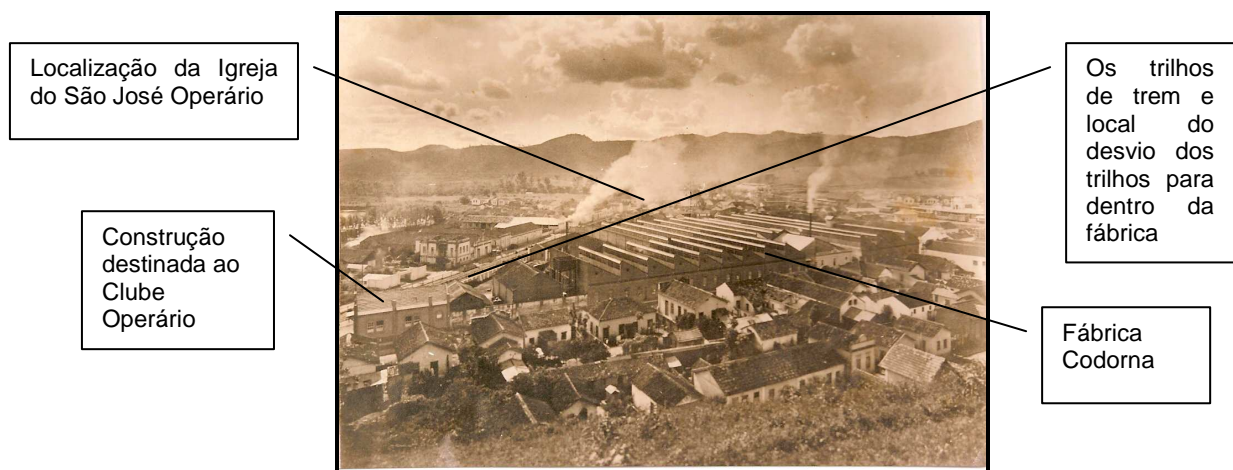
De 6 de abril a 1 de outubro de 1922, foi lavrado um novo contrato de arrendamento da RSM entre a União e o governo de Minas Gerais. O contrato tinha duração até 31 de dezembro de 1950, podendo ser prorrogado até 1980. [...]

Em 1931, o Estado de Minas Gerais, sob a presidência de Olegário Maciel, concedeu uma nova empresa, encampando a RSM e a Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM. Surgia, assim, a RMV, Rede Mineira de Viação. [...] Após a Segunda Guerra e com a consolidação de uma política industrial nacionalista, as ferrovias exportadoras agrícolas do sul de Minas caminharam para o sucateamento. A partir de 1960, o fechamento de ramais e a fusão de empresas tornaram-se constantes. Com o governo militar, 1965, a RMV deixou de existir e foi unida a outras companhias na E.F. Centro-Oeste e, em 1971, numa única empresa, a Rede Ferroviária Federal. No início da década de 1980, os trens de passageiros deixaram de rodar em Itajubá e logo os de carga também. [...]” Ver: ALMEIDA, Joaquim Mota; RENÓ, Zaluar Martins. *Estação do Piranguinho: as origens e outros olhares*. Itajubá: Gráfica O Sul de Minas, 2008, p. 162-163.



Com a estrada de ferro cortando o bairro Boa Vista<sup>44</sup> e o início das atividades da fábrica, uma área agrícola até então se desenvolveu e adquiriu a configuração de um grande bairro com a instalação de padarias, de cinemas – Cine Para Todos e o Cine Édna – , de um clube para os operários, uma igreja, um bordel e uma infinidade de serviços, sendo que muito deles eram de italianos.

Figura 7: Foto da vista panorâmica da fábrica e do bairro.



Fonte reproduzida a partir do Arquivo da Foto Ótica São José. Itajubá, MG.

A fábrica começou a funcionar com um maquinário importado da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Alemanha. Possuía 250 operários produzindo diariamente 7.200 metros de tecidos de algodão riscados, xadrezes, brins e morins. Em 1966, a fábrica de tecidos paralisou suas atividades em virtude de sua falência.<sup>45</sup> Para pagar

<sup>44</sup> No bairro Boa Vista foi implantado um complexo administrativo da Rede Ferroviária Federal: estação de passageiros, depósito-oficina e escritório de engenharia.

<sup>45</sup> Com o novo governo instalado pelo golpe militar de 1964 no Brasil, foi elaborado o PAEG: Programa de Ação Econômica do Governo. O déficit orçamentário era apontado como a causa principal do surto inflacionário que vinha ocorrendo no país. A existência de uma inflação reprimida, estava relacionada ao subsídio da taxa de câmbio para a importação em detrimento das exportações, do tabelamento de preços agropecuários e das tarifas de serviços públicos. Para superar essa situação, o PAEG propôs uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro e integrando-a aos centros dos financeiros internacionais e ao alinhamento ao sistema norte-americano da Aliança para o Progresso. Com uma política de crédito mais restritivo e a aceleração do aumento dos preços, contribuiu para a diminuição da atividade industrial. “Em 1965 a indústria têxtil apresentava um quadro pouco animador: tratava-se de um setor em decadência, com baixa produtividade, equipamento obsoleto e queda acentuada da produção. O soerguimento desse setor exigia um volume de recursos então estipulados na ordem de 127,3 bilhões de cruzeiros, não disponíveis a nível estadual, dada a precária base financeira.” No que tange à política federal, esta estava voltada “para uma política de ‘recessão programada’, com vista a combater a inflação e permitir a nova fase expansionista [...]” Como resultado, várias empresas mineiras descapitalizadas, faliram. Ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel.

dívidas trabalhistas, com bancos, com empresas e com a União, o prédio foi desmembrado e vendido. A partir de então, o prédio da antiga fábrica passou por algumas modificações para abrigar outras atividades industriais e comerciais.<sup>46</sup>

## 1.2 Os processos: entre o público e o privado

Consultando o Livro de Tombo do município, constatamos que na década de 1990 a prefeitura de Itajubá registrou diversos bens. O país tinha acabado de promulgar a Constituição Federal de 1988, na qual foram fortalecidas as atribuições do poder público municipal e suas responsabilidades quanto à preservação do seu patrimônio cultural.<sup>47</sup>

A Constituição Estadual de Minas Gerais, promulgada em 21/09/89, também incluiu a proteção ao patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais<sup>48</sup> e conferiu autonomia político-administrativa aos municípios mineiros. A Carta apresenta como

*Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, p. 325-327.

<sup>46</sup> Uma parte do prédio foi adquirida pela Fundação Teodomiro Santiago e a outra pela Receita Federal. A Fundação Teodomiro Santiago, anos depois, efetuou a venda do imóvel por licitação, dividindo-o em 3 partes. A primeira foi adquirida pela indústria Alteco, a segunda foi adquirida por Márcio Braz de Oliveira Marques, a terceira foi adquirida por Hélio Braz de Oliveira Marques e também pelo Márcio Braz de Oliveira Marques. A parte adquirida pela Alteco, por sua vez, foi vendida para a Firma Maglioni & Ribeiro Cia Ltda. onde foi instalado um supermercado. Essa parte do imóvel é a única que tem saída para a Av. Capitão Gomes, todas as outras têm suas saídas para a rua D. Maria Carneiro.

<sup>47</sup> O art. 30 da Constituição Federal de 1988 estabelece a competência dos municípios em promover a proteção do seu patrimônio histórico-cultural através da criação de uma política própria de preservação de acordo com a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. O município deve também possuir o seu Plano Diretor, uma exigência constitucional para as cidades com mais de vinte mil habitantes, e estabelecer as diretrizes gerais da política local de proteção ao patrimônio. Para o controle urbanístico, são eficazes as medidas que regulam o uso e a ocupação do solo e as medidas de ordem penal e fiscal, estabelecem-se critérios de incentivo à preservação ou compensações a danos ao patrimônio.

<sup>48</sup> “art. 208 - Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.

art. 209 - O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio. Parágrafo único - A lei estabelecerá plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Estado, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos.”

um dos objetivos prioritários do município a proteção ao seu patrimônio histórico cultural.<sup>49</sup>

Com o intuito de estimular, descentralizar e viabilizar a proteção e a valorização do patrimônio cultural municipal, a Lei estadual 12.040, de 28/12/95, conhecida como “Lei Robin Hood”<sup>50</sup>, determinou a ampliação do repasse do ICMS para os municípios mineiros interessados na proteção e na valorização do patrimônio cultural. Os municípios mineiros, para serem pontuados no ICMS Patrimônio Cultural e, conseqüentemente, receberem recursos financeiros, a partir de então, deveriam seguir a normas definidas pelo Conselho Curador do IEPHA.<sup>51</sup> Dentro desse contexto que em Itajubá na década de 1990, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal<sup>52</sup>, a formação de Conselhos Municipais de Patrimônio e a criação de leis que nortearam e justificaram a seleção, o tombamento e a preservação do patrimônio cultural.

---

<sup>49</sup> “art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

[...]

V - estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico e o meio ambiente e combater a poluição; [...]”

<sup>50</sup> A Lei n. 12040, de dezembro de 1995 (Robin Hood), introduziu o critério Patrimônio Cultural visando estimular e induzir cada cidade, cada município, cada distrito a preservar as obras, as paisagens e os conjuntos urbanos importantes e significativos para a memória do município. O repasse do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) depende da *relação percentual entre Índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices para todos os municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG - , da Secretaria de Estado da Cultura*. Portanto, cabe ao IEPHA a orientação necessária para que os municípios se habilitem a receber os recursos e a proporcionar treinamento aos funcionários responsáveis pelas ações que conferirão a pontuação prevista na lei. A atual lei que regulamenta o repasse da cota-parte do ICMS ao patrimônio cultural do município é a de n.13.803.

<sup>51</sup> Para isso, os municípios deveriam seguir as diretrizes elaboradas pelo IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Fundação vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, criado pela Lei n. 5775 de 30/09/71. A Constituição Federal determina que 75% do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS do Estado devam ser repassados aos municípios de acordo com o volume de arrecadação, e que os 25% restantes devem ser repassados conforme a legislação estadual. Em 28/10/1995, o governo de Minas sancionou a Lei n. 12040/95, que estabeleceu a redistribuição do ICMS através de novos critérios. Assim, passaram a ser considerados os seguintes itens: população, área territorial e receita própria de cada município, e investimentos em educação, saúde, agricultura, preservação meio ambiente do meio ambiente e do patrimônio cultural. No que diz respeito à variável Patrimônio Cultural, coube ao IEPHA a elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. O IEPHA/MG possui competência e atribuições iguais ou complementares ao IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Resolução 01/97, de 18 de fevereiro, determinou as normas para os bens dos municípios serem pontuados no ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2000. (Ver Anexos F e G)

<sup>52</sup> A Lei Municipal, n. 1858, de 18 de maio de 1992, de n. 1858 instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do município e organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico a cargo do Departamento de Cultura – SECEL – Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

O primeiro pedido de tombamento partiu do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico, o CMPHA<sup>53</sup>, em 1997. Composto por 8 membros, 4 representantes do poder público e 4 da sociedade civil, além dos suplentes. Faziam parte do Conselho, como representantes do poder público: Edna Terça Riêra, presidente; Fernando Antonio Pimentel, secretário executivo; Ivan Pereira Júnior, secretário de Finanças e, como servidores da prefeitura, Luiz Eugênio Gaudino Braga e Ricardo Hermeto. Como representantes da sociedade civil: Felícia Eugênia do Abreu Couto, professora de História; Maria de Fátima Rossi, artista plástica; Ricardo Hermeto, arquiteto; Menoti Chiaradia, paisagista e Marilena Fabian Braga, arquiteta. A lei que criou o Conselho determinava que seus membros deveriam ter o “notório conhecimento na matéria, nas áreas de história, antropologia, arqueologia, arquitetura, urbanismo ou artes plásticas”.<sup>54</sup>

Em reunião, no dia de 29/10/97, deram início ao processo de tombamento enviando em seguida a seguinte notificação aos proprietários:

Venho comunicar a V. Sa., para os fins estabelecidos na Lei Municipal n. 1858/92 e n. 2114/97, Decreto n. 3008/97, que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, em reunião datada de 29/10/97 a inscrição nos Livros de Tombo n.01 de Belas Artes e n.01 de Tombo Histórico, do imóvel conhecido como fábrica “Codorna” localizado a rua D. Maria Carneiro/Av Capitão Gomes, bairro Boa Vista, em Itajubá – Minas Gerais. Solicito, pois a V.Sa. o obséquio de acusar o recebimento da presente Notificação, assinando recibo anexo, e devolvendo-o a este Conselho, bem como anuir ao tombamento ou oferecer, se quiser, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.<sup>55</sup>

Imediatamente, os proprietários apresentaram suas argumentações impugnando o tombamento do imóvel. Primeiramente, apontaram que o bem só poderia ter sido inscrito no Livro do Tombo depois que o processo fosse concluído e

---

<sup>53</sup> Pela Lei n. 2114, de 15/05/1997, foi criado o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, o CMPHA, cujos membros foram nomeados pelo prefeito através do Decreto n. 3008, de 03/09/1997, para o mandato de dois anos podendo ser prorrogado. Era composto por oito membros, quatro representantes do poder público e quatro representantes da sociedade civil, além dos suplentes. Como membros natos e representantes do Poder Público, o Conselho teria o Secretário Municipal de Educação e Cultura, como presidente; o diretor do Departamento de Cultura, com funções de secretário executivo; o secretário municipal de finanças e um servidor público da área afeta à engenharia.

<sup>54</sup> Lei Municipal n. 2114, de 15/05/1997, art. 2.

<sup>55</sup> Notificações n.s 01, 02, 03 e 04/97 anexadas ao Processo n. 01/97. Os proprietários do imóvel naquele momento eram o Ministério da Fazenda/Receita Federal, Márcio Braz Oliveira Marques, Hélio Braz Oliveira Marques e Maglioni Ribeiro e Cia. Ltda. Quem assinou as notificações enviadas aos proprietários do imóvel foi Fernando Antonio Pimentel, como presidente interino do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá.

o tombamento considerado definitivo como determinava a lei municipal<sup>56</sup>. Pelas notificações enviadas, o bem já estaria inscrito no Livro do Tombo. Alegaram que tal decisão possuía um cunho paternalista, e que os membros do Conselho anteciparam-se à comunidade ao imporem a vontade de um pequeno grupo, o dos membros conselheiros. Nesse sentido, de acordo com interesses imobiliários e, em defesa da propriedade privada, ficava evidente que os proprietários não estavam dispostos a reconhecer que o CMPHA se constituía em um órgão representativo dos interesses da sociedade civil. Para eles, o tombamento significava uma restrição à propriedade privada. Também argumentaram que o imóvel já estava totalmente descaracterizado devido às reformas feitas no seu interior e na sua fachada, para adaptações e usos dos estabelecimentos industriais e comerciais ali abrigados ao longo do tempo. Além disso, apontaram erros na redação da Lei Municipal n. 1858/92, que instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal e que, por isso, o tombamento do imóvel era improcedente.

Ao analisar a referida lei, percebemos que ela incorre em erros de redação que foram levantados pelos proprietários como argumento para as impugnações. No seu art.1, a redação é a seguinte: “Fica instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, a cargo do Departamento da Cultura – SECEL – Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo – da Prefeitura Municipal de Itajubá.”. Enquanto que o art.5 traz a seguinte redação:

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal possuirá quatro livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1. desta lei, a saber:

a) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2. do citado art. 1.;

b) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse de arte erudita nacional ou estrangeira;

c) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

d) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras:

Portanto, quando a citada lei determina que nos Livros do Tombo “serão inscritas as obras a que se refere o art. 1 desta lei” fica sem sentido, porque o art.1

---

<sup>56</sup> Segundo a lei, o processo tem início com a notificação aos proprietários do bem a ser tombado. Nesse momento, o tombamento será considerado provisório. A inscrição do bem no Livro do Tombo só será feita quando efetivado o tombamento definitivo. Lei Municipal n. 1858, de 18/05/1992, art. 11.

apenas se refere à instituição do Serviço do Patrimônio e não possui nenhum parágrafo, o que contradiz a alínea “a” do art.5. No art. 2, é que a lei especifica no que se constitui um Patrimônio Histórico e Artístico Municipal: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Município de Itajubá e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História de Itajubá, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Além disso, as alíneas “b” e “c” da lei municipal não diferenciavam os bens que deveriam ser inscritos no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas-Artes.

Ainda, os proprietários levantaram a seguinte questão: Como a lei atribui a competência para decidir sobre a impugnação ao Conselho Consultivo se ainda não existia nenhum Conselho Consultivo?<sup>57</sup>

Tentando evitar, a todo custo, o tombamento do prédio da antiga fábrica Codorna, os proprietários do imóvel alegaram que o art. 18 da Lei n. 1858/92 e suas alterações dadas pela Lei n. 2103/97 estabelecem apenas que “não poderá a vizinhança da coisa tombada fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem colocar anúncios ou cartazes”, mas não coloca limites à altura das edificações. Argumentaram que a Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo não faz nenhuma referência sobre áreas de entorno de bens tombados. Os proprietários apontaram erros no dossiê dizendo que este não tinha amparo legal. De fato, o dossiê montado pelo Conselho dizia que seguiu as recomendações referentes à Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo para essas áreas, onde a altura máxima das edificações estariam estabelecidas em 8 metros contados a partir da cota da soleira à cumeeira da construção, e o número máximo de pavimentos igual a dois. Em relação à área tombada, a volumetria não poderia ser alterada e permaneceria congelada a taxa de ocupação<sup>58</sup> que existia naquele momento. Também seriam

---

<sup>57</sup> A Lei Municipal n. 1.858, de 18/05/1992, no art. 10. determinava: “se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, faz-se-a vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso administrativo”. Os membros do Conselho Consultivo do Serviço Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá só foram nomeados mais tarde, pelo Decreto n. 3047, de 01/12/1997.

<sup>58</sup> Taxa de ocupação é a relação entre a área ocupada pela projeção horizontal da construção e a área do lote ou terreno respectivo. Ver Lei n. 1988 sobre o Uso e Ocupação do Solo/Itajubá MG, de 20 de outubro de 1994, p.3.

retirados os anexos e os elementos considerados como responsáveis pela descaracterização da edificação que foram incorporados ao longo do tempo<sup>59</sup>.

Ao analisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo que estava em vigor na época dos processos da antiga fábrica Codorna, em nenhum momento ela faz referência à proteção do entorno de uma edificação tombada. Apenas as leis municipais acima citadas impõem os limites para a área considerada de entorno, mas elas não especificam a altura máxima que as edificações construídas ao redor do bem tombado poderiam atingir.

Os proprietários do prédio da antiga fábrica Codorna, além de se apoiarem nos erros da Lei Municipal para impugnam o processo de tombamento, reclamaram o direito à propriedade privada.

Apesar de o Conselho sempre contra-argumentar enfatizando o valor histórico-cultural do bem e que por isso ele deveria ser preservado mediante o seu tombamento, as falhas na redação da lei e ausências de regulamentação e especificação sobre a área do entorno eram evidentes, o que comprometeu o tombamento do imóvel Codorna.

Como resultado, o Conselho Consultivo de Patrimônio Histórico e Artístico<sup>60</sup> depois de remetê-lo à Procuradoria Jurídica da Prefeitura, PROJU, para uma avaliação, definiu pelo seu arquivamento alegando que as leis municipais sobre a questão do tombamento e preservação estavam confusas e continham diversos erros.

[...] entendemos que um processo de tombamento fundado em leis confusa[s] e com falhas não deva ser levado a efeito, pois todo o processo estaria comprometido sem uma base que resguarde a lei de possíveis ações judiciais. Assim nossa decisão é pelo arquivamento do processo.<sup>61</sup>

O Serviço de Patrimônio entendeu que seria necessário corrigir, primeiramente, as falhas na lei antes de se tentar empreender um novo tombamento da antiga fábrica. A legislação municipal foi revista e o Poder Executivo promulgou a Lei n. 2185, de 09/06/1998, revogando todas as disposições contrárias. A partir de

---

<sup>59</sup> Ver os dossiês para processo de tombamento. *Antiga fábrica de tecidos Codorna da Cia. Industrial Sul Mineira de Itajubá (fábrica Codorna)*. Processo n. 01/97, p. 14 e Processo n. 07/98, p. 16.

<sup>60</sup> Pelo Decreto n. 3047/97, de 01/12/1997, foram nomeados os membros do Conselho Consultivo do Serviço Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá.

<sup>61</sup> Parecer do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, nomeado pelo Decreto 3047/97, de 09/02/98, anexado ao Processo n. 01/97.

então, ficava instituído um único Livro do Tombo<sup>62</sup> e criado o Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, o CODPHAI, órgão paritário composto por 07 membros, com representantes do poder público e da sociedade civil. Pelo art. 2, a lei definia que o CODPHAI seria designado pelo prefeito municipal para o mandato de 2 anos e deveria possuir

[...] uma representação equilibrada do Poder Público e da sociedade civil do município, de notório conhecimento na matéria, nas áreas ou de história, ou antropologia, ou arqueologia, ou arquitetura e urbanismo ou artes plásticas.

§ 1º - O Conselho terá como um presidente e um secretário, sendo sua designação de livre escolha por seus próprios membros.<sup>63</sup>

Seguindo as determinações da nova lei municipal, o CODPHAI, na sua composição, teve como Presidente e representante da sociedade civil, a professora de História Felícia Eugênia do Abreu Couto. Ainda, como representantes da sociedade civil, o arquiteto Ricardo Hermeto; a arquiteta Marilena Fabian Braga e paisagista Menotti Chiaradia Filho. Como representantes do poder público e ocupando o cargo de secretário executivo, o arquiteto e funcionário da prefeitura Luiz Eugênio Gaudino Braga; Gilberto Muller Botelho, vice-prefeito e Maurício José Ferreira, engenheiro e diretor de Cultura.

De acordo com a legislação, caberia ao órgão zelar pela preservação do patrimônio histórico e artístico do município. De caráter deliberativo<sup>64</sup>, possuía atribuições de executar tombamentos, de fundamentar as propostas, de enviar notificações aos proprietários, de elaborar projetos para áreas tombadas, de fiscalizar o cumprimento da lei e de propor planos de execução de serviços e obras

---

<sup>62</sup> De acordo com a normatização da Lei Municipal n. 21185, de 9/07/1998, passa a existir um único Livro de Tombo dos Bens Históricos e Artísticos do Município de Itajubá, pela Lei Municipal n. 1858. Eram quatro: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagísticos, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas-Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

<sup>63</sup> Pela Lei Municipal n. 2185, de 09/06/1998, foi instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá e criado o Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, o CODPHAI. Foram revogadas as disposições contrárias das Leis ns.1858/92, 2103/97 e 2114/97.

<sup>64</sup> Em relação ao papel e à importância de um conselho com caráter deliberativo, suas atribuições "não se restringem à formulação de sugestões ou ao encaminhamento de demandas, mas abrangem a deliberação sobre as diretrizes das políticas temáticas, a aprovação da normatização e da regulamentação das ações do governo, e a aprovação da proposta orçamentária, e incidem, portanto, na definição de macroprioridades e na formulação de políticas públicas regulatórias. Em síntese, nas temáticas aos quais estão vinculados, os conselhos incidem sobre todo o circuito de gestão de uma política pública, desde a formulação até a sua implementação". Ver JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; AZEVEDO, Sérgio de & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, p.23.



ligados à proteção, conservação ou recuperação dos bens tombados, sempre que o orçamento do município o permitir.<sup>65</sup>

Apesar de estarem vinculados aos órgãos do poder público, os conselhos não são órgãos executivos, mas se constituem em canais de “intermediação entre o governo e a sociedade” e “são reconhecidos como espaço de negociação e de influência sobre a tomada de decisões do poder público pelos partícipes desse processo”<sup>66</sup>. Em se tratando de um Conselho de Patrimônio Histórico Municipal, a sua instituição e a sua articulação com a sociedade civil pode garantir uma participação efetiva da sociedade na definição e nas práticas de preservação da história e da memória local.

De acordo com a nova lei municipal, a segunda tentativa de se tombarem o prédio Codorna partiu do então CODPHAI, órgão competente do Serviço de Patrimônio Municipal, que em reunião de 13/07/1998 decidiu reiniciar o processo de tombamento provisório do imóvel, enviando a seguinte notificação aos proprietários:

Venho comunicar a V. Sa, para os fins estabelecidos na Lei Municipal n. 2185, que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, em reunião datada de 13 de julho de 1998, a inscrição no Livro de Tombo, do imóvel conhecido como “Fábrica Codorna” localizado a rua Dona Maria Carneiro/Av. Capitão Gomes, Bairro Boa Vista em Itajubá/MG.”

Solicito, pois, a V. Sa o obséquio de acusar o recebimento da presente Notificação, assinando recibo anexo, e devolvendo-o a este Conselho, bem como anuir ao tombamento ou oferecer, se quiser, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.<sup>67</sup>

Diante do pedido de tombamento do prédio da antiga fábrica Codorna como patrimônio histórico-cultural do município, iniciado pelo CODPHAI, novamente os proprietários do imóvel respondem impugnando o tombamento. Entre as alegações presentes, como no processo de 1997, acusam o Conselho de querer violar o direito de propriedade garantido no art. 524 do Código Civil brasileiro. E, se tal prática fosse efetivada, significaria uma medida arbitrária que impediria o progresso da cidade. Para justificarem a impugnação do tombamento, alegaram que “não se faz cultura impondo a vontade de um pequeno grupo, mesmo imbuído de boa intenção”. Isso se

---

<sup>65</sup> Lei Municipal n. 2185, de 09/06/1998.

<sup>66</sup> JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; AZEVEDO, Sérgio de & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, op. cit., p.46.

<sup>67</sup> Notificação n. 01/98, do presidente do Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá ao Ministério da Fazenda, Secretaria do Patrimônio da União, Delegacia em Minas Gerais; Notificação n. 02/98 ao Sr. Hélio Braz de Oliveira Marques; Notificação 03/98 ao Sr. Márcio Braz de Oliveira Marques e Notificação 04/98 à Firma Maglioni & Ribeiro Cia Ltda. In: *Processo para tombamento da antiga fábrica de tecidos Codorna da Cia. Industrial Sul Mineira (fábrica Codorna)*.

constituiria num verdadeiro “confisco”. Alegaram, novamente, que o imóvel se encontrava despido do valor histórico-cultural porque tinha passado por diversas transformações nas fachadas e no seu interior para adaptá-lo aos usos das diversas atividades econômicas que ali se estabeleceram, e que mesmo antes do fechamento da fábrica, as paredes de tijolos aparentes já tinham sido revestidas e que, portanto, tratava-se de construções novas em uma mesma área do terreno, não guardando nenhuma semelhança com o que existia no local quando ainda funcionava a fábrica Codorna.<sup>68</sup>

Os membros do CODPHAI responderam às impugnações ressaltando que o tombamento era um instrumento jurídico importante para a preservação da memória e da história da cidade. O prédio foi indicado como parte integrante de um conjunto que mereceu atenção especial do Conselho de Patrimônio, “por ser um marco da arquitetura industrial do início do século, registro necessário da história de uma fase em que se perderam elementos de grande representatividade”, além de se “tratar de um marco importante do início da fase de industrialização da cidade”. Portanto, o bem era revestido de um incontestável valor histórico e o seu tombamento seria a maneira pela qual se estaria preservando a memória e a história local.

O Ministério da Fazenda<sup>69</sup>, órgão federal, proprietário de uma das partes, alegou que não era da competência do município tomar bens, mas sim promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, respeitando as legislações estadual e federal. Para isso, no documento que enviou ao CODPHAI, citou os artigos 23 e 24 da Constituição Federal de 1988.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Ver documentos de impugnação ao processo de tombamento da fábrica Codorna n. 07/98, referente às notificações ns. 02/98, 03/98 e 04/98, em respostas ao Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá/MG ,anexados ao Processo n. 07/98.

<sup>69</sup> Junto ao Processo 01/97, não foi encontrado documento de impugnação de tombamento enviado pelo Ministério da Fazenda.

<sup>70</sup> “art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(*omissis*)

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(*omissis*)

VIII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

(*omissis*)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

art. 30. Compete aos Municípios:

Recorreu também ao Decreto-Lei 3365/41 argumentando que o município não tem poder para desapropriar um bem da União Federal mesmo que seja por utilidade pública.<sup>71</sup>

Todos os demais proprietários, novamente, impugnaram o tombamento alegando que o prédio já estava totalmente descaracterizado, e, portanto, já tinha perdido o seu valor histórico.

Por outro lado, o CODPHAI respondeu ao Ministério da Fazenda e aos outros proprietários dizendo que o tombamento era uma forma de preservar o prédio da antiga fábrica que se constituía em “um bem em si mesma”, por sua história e por sua arquitetura, cujas características originais, datadas de 1914, ainda se encontravam presentes. Portanto, a edificação era um monumento representativo da história local e nacional da indústria, e, por isso, revestia-se de interesse público, interesse da coletividade e, portanto, caberia ao município preservar tal documento vivo da história e da memória local. Sendo assim, “ao criar o Conselho e lhe dar a atribuição de tombar, dentro do Direito de Promoção de Proteção, o Município não legislou fora do que lhe atribuem a Constituição e a Legislação Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais”.<sup>72</sup>

Paralelamente a essas discussões, uma parte do prédio foi vendido, e o novo proprietário entrou com uma documentação no Departamento de Aprovação de Obras Públicas e Particulares, DAOP, para fazer reformas no prédio. As mudanças seriam substituições de janelas por portas, nas fachadas, e a demolição do telhado.<sup>73</sup> O DAOP pediu que o prefeito opinasse sobre a solicitação devido ao

---

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

Além disso, a legislação federal e o Decreto-Lei nº 25/37 não preveem a possibilidade de tombamento de um imóvel pelo município que pertença à União, e a lei municipal não pode “inovar”.

<sup>71</sup> Decreto-Lei 3365, de 21.06.1941.

<sup>72</sup> Ofício n. 25/98 do CODPHAI em resposta ao recurso de impugnação de tombamento pelo Ministério da Fazenda anexado ao Processo n. 07/98.

<sup>73</sup> Através de uma carta enviada no dia 30 de julho de 1998 ao CODPHAI, Habib Nakhle Mouallem relata que no dia 03 do mesmo mês tinha assinado um acordo de compra e venda com o proprietário do imóvel situado entre os ns 142 e 212 do prédio da antiga Codorna, com 32,70 metros de frente para a rua Dona Maria Carneiro. Nessa ocasião tinha sido informado pelo corretor de imóveis que nada constava que impedisse que o imóvel adquirido pudesse ser modificado para atender às suas “necessidades de comércio” para uma loja de materiais de construção. Mas, após o início da negociação, através de um parecer do dia 27/07/98, recebeu a informação que não poderia modificar ou reformar o imóvel de acordo com as suas “necessidades comerciais”. Na carta, o novo proprietário solicitava uma orientação do Conselho no sentido do que poderia ser feito dentro da lei. Diz, ainda, que se sentia prejudicado, uma vez que estaria envolvido num processo que o obrigaria a ficar ligado a um imóvel que não atendia às “suas necessidades”. Completa dizendo que se sentia punido por aplicar recursos dentro da cidade e por gerar empregos para trinta funcionários que iriam

processo de tombamento em curso, ao qual o prefeito respondeu: “A nível de Patrimônio Histórico a opinião deverá ser dada pelo CODPHAI e dentro da PMI, a PROJU e o DAOP são os órgãos competentes para opinarem antes de mim.”<sup>74</sup>

No dia 03/08/98, Márcio Braz, proprietário de outras partes do imóvel, também protocolou na prefeitura dois pedidos de licenças pedindo permissão para fazer reformas nas suas partes. Solicitava a permissão para colocar pedra ardósia no piso, pintar e colocar cerâmica na fachada entre os n.s 212 e 234<sup>75</sup>. Para a parte s/n., pediu licença para reformas no piso e no passeio, reparos de alvenaria na fachada e pintura da mesma, além do conserto no telhado do imóvel.<sup>76</sup> Em resposta, o CODPHAI permitiu a reforma dos n.s 212 e 234 por se tratarem do entorno do bem, mas negou o outro pedido por considerá-lo uma tentativa de “driblar o controle do DAOP e deste Conselho sobre o Bem em processo de Tombamento”.<sup>77</sup>

Diante da situação, o DAOP no dia 14/08 pediu o parecer da Consultoria Jurídica da prefeitura de Itajubá e teve como resposta que não existia nenhum processo de tombamento em tramitação, motivo pelo qual os pedidos de reformas poderiam ser atendidos já que estavam dentro da legislação.<sup>78</sup>

A primeira foto que abre este capítulo nos dá uma ideia do que acabou acontecendo: os telhados *sheds* foram derrubados na tentativa de descaracterizar o imóvel. Para o CODPHAI, as reformas solicitadas só poderiam ocorrer na parte onde se encontra a Agência dos Correios, entre os ns 212 e 234, porque se tratava do entorno do bem. Já as mudanças solicitadas pelo Márcio Braz, na parte s/n do imóvel, e as mudanças solicitadas pelo Habib Mouallem, entre os ns 142 e a parte s/n, não procediam porque essas partes tratavam do bem em processo de tombamento provisório e nenhuma modificação que descaracterizasse o imóvel poderia ser feita.

---

trabalhar com ele no novo estabelecimento. Informações retiradas da carta enviada por Habib Nakhle Mouallem ao CODPHAI, em 30/07/1998, e foi anexada ao Processo de Tombamento n°07/98.

<sup>74</sup> Documento anexado ao Processo de Tombamento n. 07/98.

<sup>75</sup> Protocolo n. 5631, de 03/08/98, enviado por Márcio de Oliveira Braz ao Departamento de Aprovação de Obras Públicas e Particulares, prefeitura de Itajubá. Anexado ao Processo de Tombamento n. 07/98.

<sup>76</sup> Protocolo n. 5632, de 03/08/98, enviado por Márcio de Oliveira Braz ao Departamento de Aprovação de Obras Públicas e Particulares, prefeitura de Itajubá. Anexado ao Processo de Tombamento n. 07/98.

<sup>77</sup> Ofício n.28/98 do CODPHAI enviado ao DAOP – PMI, em resposta aos protocolos ns 5631 e 5632. Anexado ao Processo de Tombamento n. 07/98.

<sup>78</sup> Ofício n. 069/98. Documento anexado ao Processo de Tombamento n. 07/98.

Ao elegerem a edificação onde funcionou a antiga fábrica Codorna, localizada à rua Dona Maria Carneiro / Av. Capitão Gomes, no bairro Boa Vista, como um patrimônio histórico e cultural da cidade, os membros do Conselho Municipal se depararam com as resistências contrárias dos proprietários do prédio. Não tardou emergirem conflitos entre os interesses públicos e os interesses privados e também conflitos no interior do próprio poder público. Os membros do Conselho, ao montarem os dossiês, justificaram que a prática de tombamento da Codorna, consistia em um instrumento jurídico importante na preservação de um bem que se constituía em um patrimônio local. O prédio foi indicado como referência da história e da memória do município e, por isso, mereceu atenção especial do Conselho de Patrimônio. Ele era um marco da arquitetura industrial do início do século XX, “registro necessário da história de uma fase em que se perderam elementos de grande representatividade”, além de se tratar também de um marco importante do início da fase de industrialização da cidade. Na perspectiva do Conselho, o bem era revestido de um incontestável valor histórico e o seu tombamento seria a maneira pela qual se estaria preservando a memória e a história local.

## **Capítulo II – “ITAJUBÁ FICOU MAIS POBRE EM SUA MEMÓRIA E HISTÓRIA”**

*“Itajubá ficou mais pobre em sua memória e história. Em nome do progresso, da especulação financeira, perde-se um patrimônio insubstituível, memória da industrialização em Minas Gerais, uma das primeiras fábricas a utilizar a energia elétrica como força motriz na produção de tecidos.”<sup>79</sup>*

## 2.1 As experiências dos conselheiros

No presente capítulo, investigo as experiências de Luiz Eugênio Gaudino Braga, Fernando Antonio Pimentel e Maurício José Ferreira, antigos membros do Conselho de Patrimônio Histórico do município, e analiso quais foram os valores atribuídos por eles ao bem fábrica de tecidos Codorna, que justificariam o seu tombamento como patrimônio histórico local. Quais foram as justificativas construídas pelo Conselho Municipal, tendo como objetivo o tombamento da fábrica Codorna? Para o Conselho Municipal, qual seria a importância de se tornar<sup>80</sup> esse imóvel?

Há de se considerar, como já foi trabalhado no Capítulo I, que ocorrem duas tentativas de tombamento da edificação Codorna, uma em 1997 e a outra em 1998, mas nenhuma delas foi levada a cabo. Entretanto, em ambas as tentativas, os valores atribuídos ao bem e as justificativas para o tombamento foram os mesmos.

A reflexão para esta discussão partiu da análise de documentos que compuseram os processos, sobretudo os dossiês e as respostas enviadas pelo Conselho às argumentações dos proprietários do imóvel que impugnaram o tombamento, a carta publicada no jornal semanal *O Sul de Minas*, pelo Serviço de Patrimônio Municipal, denunciando a derrubada dos telhados *sheds* e os depoimentos de antigos membros do Conselho.

Luiz Eugênio nasceu em Itajubá, em 1959. Saiu da cidade para fazer o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Taubaté - UNITAU. Após a sua formatura em 1984, voltou para sua terra natal e prestou concurso na Prefeitura, onde começou a trabalhar em 1985. Nos seus relatos afirma que sempre se interessou por assuntos referentes ao patrimônio histórico e à memória, o que o

---

<sup>79</sup> Serviço Municipal e Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. *Memória e Progresso. O Sul de Minas*, Itajubá, ano 52, no. 2.785, 19 set. 1998, p. 15.

<sup>80</sup> “As expressões ‘Livros do Tombo’ e ‘tombamento’ provêm do Direito Português, onde a palavra ‘tombar’ significa ‘inventariar’, ‘arrolar’ ou ‘inscrever’ nos arquivos do Reino, guardados na ‘Torre do Tombo’.” FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 2005, p.179.

levou a fazer diversos cursos na área em Belo Horizonte, através do IEPHA. Trabalhando na prefeitura de Itajubá, começou a organizar o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do município, como ele mesmo relata:

[...] quem levantou em Itajubá a lebre de se criar um conselho, de se formar uma equipe pra se pensar a preservação do patrimônio da cidade, fui eu. Corri atrás das pessoas, [...] o Prefeito me autorizou, [...] fui pro IEPHA, em Belo Horizonte, pra ver como [seria] montar um conselho, o que era um conselho. Aí eles me deram toda uma orientação do que fazer [...].<sup>81</sup>

Ele esteve presente desde o primeiro momento em que se organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, em 1992.

A sua preocupação com a questão do patrimônio e com a questão da memória deve-se ao fato da sua ligação afetiva com a cidade onde nasceu, passou toda a infância e adolescência, “saindo só pra estudar” e, depois, retornando para “só sair, novamente, em 2003”, quando foi trabalhar na prefeitura de São José dos Campos. Por isso, os seus relatos sobre a sua experiência na atuação do Serviço de Patrimônio mostram o quanto era importante para ele trabalhar com a preservação da memória, pois preservar a memória da cidade de Itajubá significava, em parte, preservar a sua própria memória:

Uma coisa que me chocou muito foi a demolição da casa do Alcides Faria, onde está o “pintão” que era a casa da Amélia Braga. [...] Aquilo me chocou muito. Como estudante, na época, [...] falei: “Gente! Não é possível! Desmanchar um palacete desse aí, por interesse econômico. Por puro interesse econômico! [...] Foi em 81 se não me engano. [...] Como aquilo ali fazia parte da minha memória, entendeu? Como criança, como adolescente aquela casa sempre fez parte da minha memória [...] da memória da minha família. Então eu comecei a [pensar]... a gente não pode perder [...] tem que resgatar essa história da cidade. Se desmancha um desse daqui, imagina uma casinha! De pau-a-pique, eles vão passar um trator por cima! Aí foi que eu comecei a gostar muito de patrimônio, de história. [...] E quando eu fui pra Itajubá e entrei na prefeitura, eu disse: “Ah! Eu vou tentar resgatar a memória da cidade!”<sup>82</sup>

A casa à qual ele se refere, pertencia à Amélia Cândida Vianna Braga, localizada na antiga praça Theodomiro Santiago, hoje Praça Cesário Alvim, no centro da cidade. Depois, foi residência do Cel. Alcides Faria, um rico fazendeiro, industrial e ex-prefeito da cidade. Foi demolida para a construção do moderno edifício com o nome João Correia, seu último proprietário. A demolição desse “palacete” significou para Luiz Eugênio uma grande perda. Dialogando com Michael

---

<sup>81</sup> Luiz Eugênio Gaudino Braga. Depoimento concedido em 06/09/2008 em seu escritório, em São José dos Campos.

<sup>82</sup> Idem.



Pollak, as lembranças pessoais se apoiam em lugares que seriam os lugares da memória.<sup>83</sup> Eles são os suportes de nossas lembranças e necessitamos deles para que nossas memórias possam ser recompostas. O meio material que nos cerca, segundo Maurice Halbwachs, se constitui em alicerce das nossas lembranças.<sup>84</sup> A preservação do “palacete” de Amélia Braga significaria preservar o lugar onde a família Braga retirava a seiva para recompor as suas memórias.

Luiz Eugênio, à medida que desenvolvia o trabalho no Serviço de Patrimônio, percebia claramente o terreno delicado e minado de conflitos que é a questão do tombamento dos bens particulares. Ele entendeu que a melhor estratégia seria começar primeiramente pelos prédios públicos.

Foi a casa da antiga prefeitura [a primeira a ser tombada]. Nós começamos o processo de tombamento, na verdade, com o patrimônio público. Porque nós achamos assim, num primeiro momento, se você tomar o patrimônio particular e deixar o público, as pessoas vão dizer: “Por que os seus não, e os nossos, sim!” Então, o que nós fizemos? Nós, primeiro, tombamos todo o patrimônio público.<sup>85</sup>

Consultando o Livro do Tombo, os bens inscritos, em 1998, são todos públicos: o prédio da Estação Ferroviária, o Palácio 26 de Fevereiro, o prédio da sede da Câmara Municipal, o prédio da Escola Estadual Wenceslau Braz, o prédio da Escola Estadual Coronel Carneiro Júnior e o Quadro de Azulejaria, de autoria de Luiz Teixeira.<sup>86</sup> A Codorna, se tombada, seria a única exceção.

Fernando Pimentel, outro membro do Conselho, veio morar em Itajubá, em 1978, aos 23 anos, para trabalhar na agência do Banco do Brasil. Na cidade, começou a fazer parte de grupos teatrais. Foi integrante do grupo “Gruta”, do “Benvirá” e do grupo “Lama”, onde permaneceu por mais tempo. Em 1983, retornou a Belo Horizonte, sua cidade natal, como funcionário do banco, fez o curso de iniciação em Artes Cênicas e lá participou de vários espetáculos. Voltou em 1985 como funcionário do Banco do Brasil e continuou ligado ao teatro.

Em 1997, foi convidado pessoalmente pelo prefeito<sup>87</sup> a assumir o cargo de diretor do Departamento de Cultura. Ressalta que, embora fosse simpatizante do

---

<sup>83</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

<sup>84</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

<sup>85</sup> Luiz Eugênio Gaudino Braga. Depoimento concedido em 06/09/2008, no seu escritório em São José dos Campos.

<sup>86</sup> Ver Livro de Tombo dos Bens Históricos e Artísticos do Município de Itajubá, 1998, p. 1-2.

<sup>87</sup> José Francisco Marques Ribeiro, eleito prefeito de Itajubá para o quadriênio de 1997 a 2000 e reeleito para o de 2001 e 2004.

Partido dos Trabalhadores, sua nomeação foi independente de qualquer tendência partidária. Foi convidado a ocupar um cargo que “respondia” diretamente ao Prefeito e não ao secretário de Educação, embora o Departamento de Cultura fizesse parte da Secretaria de Educação.<sup>88</sup>

Minha nomeação foi uma nomeação pessoal do Chico. Não indicação do partido. Embora ele soubesse disso, que eu tinha ligações com o PT, mas eu não era do PT, nunca fui. Era só simpatizante. Não tinha sido indicação do PT. Na época o PT tinha feito coligação, base aliada quando o Chico foi eleito.<sup>89</sup>

Nas eleições municipais de 1996, o candidato à prefeitura eleito fazia parte da coligação a “Força do Povo” composta por diversos partidos. Coube ao PT indicar o nome do secretário da Educação.

Durante a entrevista, deixou claro que tinha total consciência das dificuldades que teria pela frente como diretor do Departamento de Cultura e que, segundo ele, era um departamento totalmente carente de infraestrutura, cujas instalações se resumiam a uma mesa e a uma cadeira. Sempre ocupava salas divididas com funcionários de outros setores, no prédio onde funcionava o Poder Executivo Municipal e não no prédio da Secretaria de Educação. Entendia que, mesmo sendo minguada a verba destinada às atividades culturais e ao departamento, poderia aproveitar a infraestrutura que a prefeitura possuía e o acesso direto ao prefeito para realizar projetos na área cultural.

Quando eu fui convidado, antes de tomar posse eu falei: “Tudo bem. Eu até aceito. Só não vou ser a cereja no bolo. Não vou ficar lá enfeitando. Eu quero fazer alguma coisa. Não tem dinheiro, a gente faz o que pode. Tem funcionários... a estrutura da prefeitura poderia ser utilizada, mesmo que não tivesse verba [...]” A prefeitura poderia criar outras formas de atuação que atendesse a reivindicação da área. Mas acabei sendo a cereja no bolo mesmo, sabe?<sup>90</sup>

O outro depoente e membro do Conselho, Maurício José Ferreira, nasceu em São Paulo, em 1966 e veio morar em Itajubá com dois anos de idade. Formou-se em engenharia civil pela Faculdade de Ensino e Pesquisa de Itajubá, FEPI. Ajudou a fundar o grupo teatral “Corumbamba” nos idos anos de 1980, onde participou da montagem de diversas peças, tendo sido autor de algumas delas. Ocupou o cargo

---

<sup>88</sup> Pela Lei municipal nº. 2125, de 05/06/1997, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, SEMEC abrangia os Departamentos de Educação, Cultura e Administrativo, em 1997.

<sup>89</sup> Fernando Antonio Pimentel. Depoimento concedido em 16/05/2006, em sua casa, Itajubá.

<sup>90</sup> Idem.

de diretor do Departamento de Cultura no começo de 1998, permanecendo até o final de 1999.

Maurício lembra que o prefeito eleito fez um convite ao movimento cultural, que então existia na cidade, para sugerir um nome para o cargo de diretor no Departamento de Cultura. A princípio, ele não queria, mas não teve como recusar porque a sua atuação no movimento era muito forte e ele estava muito envolvido com diversos projetos culturais. Propôs, então, que se fizesse uma eleição onde outros nomes poderiam surgir e, no final, ele acabou sendo escolhido por aclamação. Deixou claro que aceitaria assumir se fosse nos termos do documento elaborado pelo movimento no encontro com representantes de diversos segmentos sociais da cidade que, de uma forma ou de outra, tinham ligação com a cultura. “Era o pessoal da educação, do teatro, dos corais, das Associações de Moradores de Bairros [...]”<sup>91</sup>, diz ele. Nessa época foi realizado o 1º Fórum Itajubense de Cultura – FIC – onde foi elaborado um programa de desenvolvimento de cultura para direcionar a atuação do Departamento de Cultura. No decorrer do seu depoimento, ele enfatiza que sua trajetória dentro do Departamento era sustentada pela sua representatividade junto ao movimento cultural: “Eu trazia duzentos e cinquenta associados do Movimento Cultural que apoiavam meu mandato.”<sup>92</sup> Além disso, relata que muitos dos projetos desenvolvidos na sua gestão foram frutos das discussões com diversos segmentos da sociedade. Portanto, ele deveria antes de tomar qualquer decisão, consultar as propostas oriundas do FIC.

Luiz Eugênio, Fernando Pimentel e Maurício Ferreira foram os atores participantes das tentativas de se tombar como patrimônio histórico do município o antigo prédio da fábrica Codorna. Estavam envolvidos com as discussões e com a elaboração dos documentos que compuseram os processos.

Para Luiz Eugênio, ao relatar a sua experiência, deixa transparecer o quanto foi desgastante o trabalho que realizou na prefeitura de Itajubá e nos diz que cansou de “dar murro em ponta de faca”<sup>93</sup> e faz uma comparação com o trabalho que, hoje, desenvolve na prefeitura de São José dos Campos: “Aqui, eu trabalho entre outras

---

<sup>91</sup> Maurício José Ferreira. Depoimento concedido em 18/05/2006, em sua casa.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Luiz Eugênio Gaudino Braga. Depoimento concedido em 06/09/2008, no seu escritório em São José dos Campos.

coisas, com a cultura. E aqui a coisa é levada a sério! Ninguém brinca com patrimônio!”<sup>94</sup>

Fernando Pimentel, ao trazer suas lembranças, relata que com o tempo se deu conta de que não bastava ter uma ligação direta com o prefeito. Isso não garantiu o apoio do Executivo nas atividades culturais empreendidas pelo Departamento de Cultura. Em relação à política de tombamento, ele entendeu que, naquele momento, o Poder Executivo estava mais interessado em aumentar o repasse do ICMS para o município do que propriamente com o interesse de proteção e preservação da memória e da história local. Hoje, ele faz a leitura de que tudo foi “mais jogo político” e fugia ao propósito de se colocar em primeiro plano o interesse da coletividade. Portanto, em sua opinião, o Poder Executivo, no que se referia ao assunto preservação e conservação do patrimônio, não cumpriu com a obrigação de zelar pelos bens que pudessem manter as referências da memória da cidade.

Pra falar a verdade, essa história toda é mais jogo político do que realmente vontade de manter a história, a arquitetura da cidade, entendeu?

[...]

As cidades que se preocupam com a preservação do patrimônio histórico recebem uma parcela maior do ICMS. Então, o próprio Chico [prefeito], quando veio falar comigo: “Ó, nós vamos criar o Conselho do Patrimônio Histórico, porque eu estive em Belo Horizonte, conversaram comigo e falaram o seguinte, se tiver o Conselho Municipal e se tiver o imóvel tombado, a prefeitura vai receber uma parcela maior de ICMS.” Era dinheiro, era verba que recebia. Por causa disso, nós fomos mexer nesse negócio.

[...]

O enfoque é diferente. Se a gente conseguir tombar, ótimo. Se não conseguir tombar, paciência. Nós só vamos perder a verba, né? Não tem a preocupação com a preservação da história, com a preservação da memória da cidade.<sup>95</sup>

Fica evidente no relato de Fernando Pimentel uma crítica à visão puramente pragmática do poder. A prática da política de patrimônio no município estava distante de atender aos interesses dos diversos segmentos sociais, prevalecendo o direito particular e individual em relação aos interesses coletivos.

Fernando Pimentel não nasceu na cidade de Itajubá, diferentemente de Luiz Eugênio. Embora reconhecesse a importância de se preservar a memória e a história da cidade, ele não estabelece com ela grandes laços afetivos. No seu depoimento, ele diz que a Codorna foi uma escolha do prefeito. A correria para tentar tombar o prédio deveu-se em parte ao perigo de sua descaracterização

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Fernando Antonio Pimentel. Depoimento concedido em 16/05/2006, em sua casa, Itajubá.

definitiva e, assim, a prefeitura de Itajubá perderia a possibilidade de aumentar a arrecadação do ICMS cultural.

A escolha da Codorna foi a escolha do Chico. Uma coisa de impacto, né? [...] E eu lembro que nós visitamos a fábrica com o Chico inclusive, logo no começo do processo, nós visitamos a fábrica e vimos a parte que estava de pé, porque ainda não tinha a Casa Zé Corrêa [...] Aí ficamos sabendo que havia essa negociação, que a Casa Zé Corrêa estava pra comprar um pedaço do imóvel e construir a loja. E toda a discussão sobre o tombamento foi por conta disso. O Chico pediu pra agilizar o processo de tombamento pra evitar a descaracterização daquele pedaço também, manter o que já tinha.<sup>96</sup>

“Uma coisa de impacto, né?”, diz ele. Podemos fazer a leitura de que era uma coisa de impacto, porque dentre os imóveis que a prefeitura tinha listado na época, este era o que ocupava a maior área construída e, na perspectiva do Conselho, era um grande marco da história local.

Portanto, a partir desse momento, a Codorna passou a ser objeto de preocupação da política pública voltada para a preservação e tombamento. Era o ano de 1997, quando o CMPHA entra com o pedido de tombamento. Mas Fernando enfatiza na sua fala que a intenção primeira era o aumento do repasse do ICMS cultural para o município, e isso poderia render incentivos fiscais ao município. Fernando Pimentel reconheceu que as dificuldades do tombamento do imóvel estavam relacionadas ao fato de se tratar de uma propriedade particular e com um alto valor econômico no mercado, revelando a sua decepção com a situação quando sentiu que acabou virando a “cereja no bolo”. Continuando com o depoimento, afirma ter percebido que se no início o tombamento da Codorna contava com o apoio do prefeito, porque “ele achava que ia fazer uma coisa legal pra cidade, uma coisa de impacto... a Codorna foi, durante muito tempo, a força motriz da cidade”<sup>97</sup>, à medida que o processo avançava a situação tomava um novo rumo.

E depois quando a coisa começou a apertar, que inclusive começou haver discussão na cidade a respeito, e aliados políticos dele na época foram lá pressioná-lo pra [ele] parar com o processo, ele foi mudando de posição. E era muito característico dele na época em que ele vai saindo da reta e vai deixando quem tá na frente sofrer as consequências, viu? Então o pessoal caiu em cima da Secretaria [...], do Departamento de Cultura, do Conselho de Patrimônio Histórico [...] e ele mesmo foi puxando o tapete da gente, né?<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

A sua experiência no Departamento de Cultura e como Secretário Executivo do Conselho levou-o a concluir a falta de força política que o Conselho teve frente aos interesses econômicos que imperavam, e ainda imperam, em uma gestão municipal na qual questão da democracia fica restrita apenas ao aspecto formal e na qual, na maioria das vezes, o Poder Executivo se rende aos interesses privados. Para ele, a falta de uma conscientização da comunidade no sentido de uma participação mais consciente nas discussões do que preservar e para que preservar também fez falta.<sup>99</sup>

A gente tinha feito provisoriamente o tombamento. [...] Como queria o seu prefeito, o... [Conselho] aprovou o tombamento da fábrica. Foi feita a discussão e eu assinei o tombamento.

[...] é muito mais fácil de se tombar prédios públicos, né? Porque aí, evidentemente são raras as situações em que o próprio poder público [...] ter interesses para derrubar e fazer outra coisa. [...] Agora, o bem particular que é o problema maior... porque tem que haver uma conscientização da população, da comunidade pra se entender a importância desse tombamento, né? Por que é necessário preservar? E aí conseguir dos proprietários a anuência do tombamento.<sup>100</sup>

Ainda, na sua percepção em relação ao fato, ocorreram mudanças nos interesses do Executivo, que, ao se sentir pressionado pelos grupos contrários ao tombamento do prédio, acabou cedendo. O Departamento foi transferido do prédio da prefeitura, onde funcionava até então, para o prédio da Secretaria de Educação. Logo depois, um decreto do prefeito determinou que os diretores dos departamentos não fariam mais audiências diretamente com ele, e que qualquer assunto seria tratado por seus respectivos secretários. Para ele, a situação tinha se modificado, porque já não possuía mais uma ligação direta com o Executivo.

Na época, que eu estava no prédio da prefeitura, tinha acesso livre ao prefeito e lá na Secretaria eu tinha que marcar audiência. Depois nem podia mais marcar audiência. Ele abaixou um decreto de que diretor de departamento não tinha mais audiência com o prefeito, tinha que ser o secretário. Quando o secretário fosse à prefeitura na audiência, aí o departamento levaria as suas reivindicações [...]. Aí começaram a campanha contra o PT, [...] e aí começou a sobrar também pra mim. O secretário da Educação pediu demissão [...] E, quando ele saiu, os outros diretores pediram demissão... e eu, também. Mas, aí o Chico me ligou e disse que não aceitava a minha demissão dizendo que eu

---

<sup>99</sup> Como afirma Déa Ribeiro Fenelon, não devemos tratar as políticas de patrimônio histórico apenas no âmbito restrito das técnicas de intervenção ou dos critérios de identificação e preservação, “[...] é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muitas de suas premissas – e articulando-as com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e sobretudo pelo direito à cidadania cultural. Com isso esperamos retomar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.” Ver: FENELON, op.cit., p 31.

<sup>100</sup> Fernando Antonio Pimentel. Depoimento concedido em 16/05/2006, em sua casa, Itajubá.

não tinha nada a ver com o secretário da Educação, eu era uma outra história, que tinha sido indicação pessoal dele e que ele contava comigo.<sup>101</sup>

Ao se sentir isolado, pediu demissão.

E passou um mês, uma outra secretária foi nomeada. Fiquei mais um mês com ela lá, mas já estava por aqui com a história, e apresentei a minha demissão. [...] Passou uma semana ele [o prefeito] me ligou: “Ah! Recebi o seu pedido... eu sei que está difícil a situação... de qualquer forma, muito obrigado pela sua colaboração”. Ficou claro que nessa altura do campeonato não fazia a menor diferença pra ele.<sup>102</sup>

Depois da saída de Fernando Pimentel do Departamento de Cultural, outras pessoas ainda ocuparam o cargo de diretor, mas ficaram pouco tempo até que Maurício Ferreira assumiu no início de 1998.

Nesse momento, Maurício começou a acompanhar as discussões em torno do Projeto Tecnópolis. A proposta desse projeto começou a ser desenvolvida em 1994 quando o Sistema Municipal de Ciência e Tecnologia<sup>103</sup> foi instituído. Em 1997, o poder público e a comunidade empresarial, científica e tecnológica chegaram ao conceito Itajubá Tecnópolis. O projeto tinha como objetivo ser a mola-mestra do desenvolvimento local e o Poder Executivo Municipal seria o líder da iniciativa. Iniciou-se a elaboração de um Plano Diretor<sup>104</sup> incorporando as diretrizes do projeto, que tinha entre outros propósitos a transformação de Itajubá num polo de ciência e tecnologia no sul do Estado. Esse projeto propunha a revitalização do centro comercial da cidade, onde estava localizado o prédio da antiga fábrica. A proposta era transformar essa parte do espaço urbano em uma *Street Cultural Shopping*, com áreas de lazer, biblioteca, galerias de arte, museu, arquivo público, espaço para leilões, para feiras de artesanatos, feiras de antiguidades, feiras de arte e um paço

---

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> O Sistema Municipal de Ciência e Tecnologia (SMCT) foi instituído pela Lei Municipal no. 1986, de 13 de outubro de 1994. Constituído, fundamentalmente, por um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCIT), um Fundo Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Município (FUMCIT) e Um Ambiente de Apoio ao Desenvolvimento, à Atualização, à Inovação Científica e Tecnológica e à Criação e Consolidação de Empresas de base Tecnológica.

<sup>104</sup> Pela Constituição Federal de 1988, art. 182, ficou instituída a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores para municípios com uma população superior a 200.000 habitantes. Instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento dos municípios. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

cívico.<sup>105</sup> Mas, pelo projeto, o prédio da Codorna seria demolido e em seu lugar seriam construídos novos prédios, remodelando totalmente o centro da cidade.

Aí com as informações do Projeto Tecnópolis [...], né? Naquelas análises, naqueles interesses, que a gente ficava de olho, a gente começou a trabalhar o tombamento. Porque ninguém vai demolir o prédio da Escola Estadual Wenceslau Braz, por exemplo. Mas a Codorna tem um monte de gente querendo demolir a Codorna. [...] Levantar prédio ali, [para] fazer qualquer coisa que dê dinheiro, né? Então quando a gente viu que a Codorna [...] poderia correr risco, a gente correu pra fazer o estudo da Codorna. Aí vai... levanta a história... o dossiê...

A gente começou a discutir a Codorna porque ela [...] está inserida num lugar onde a especulação imobiliária é alta, que é o centro da cidade, o centro comercial. A gente já sabia que a tendência era ele crescer pra lá [na direção da Codorna], não tem outro caminho.<sup>106</sup>

A preocupação dos conselheiros era integrar a proposta de tombamento da Codorna com os objetivos do projeto Itajubá Tecnópolis. Pela fala de Maurício, percebe-se que o Conselho entendia a importância de uma integração entre as políticas públicas no município, sem a qual nenhuma tentativa de tombamento poderia ser eficaz.

Podemos perceber, através de seu relato, a sua preocupação em relação aos acordos da venda do imóvel e aos pedidos de reformas. Maurício Ferreira entendeu essa situação como uma oportunidade encontrada pelos proprietários para a descaracterização total da Codorna.

A família dos Braz ficou com uma parte ainda. Então, quer dizer, se o novo proprietário estava tendo dificuldades, eles também teriam. [...] Então... eles começaram a correr também. Imagina, eles nunca tiveram interesse de reformar aquilo! Aquilo tinha mato crescendo lá dentro. Então resolveu pedir também, na minha idéia, imagino, pra conseguir alterações no imóvel antes que o Conselho consagrasse, conseguisse o tombamento definitivo, caso isso acontecesse. Tanto que eles acabaram fazendo isso tudo aí, a obra do novo proprietário e a demolição que os Braz fizeram lá... porque eles colocaram tudo no chão.<sup>107</sup>

A Codorna, se, por um lado, era, naquele momento, um imóvel que atraía interesses de setores imobiliários e comerciais da cidade e que viam no tombamento um grande empecilho ao direito dos proprietários disporem livremente de seus bens, por outro, ela não aparecia no projeto Itajubá Tecnópolis como um bem portador de

---

<sup>105</sup> Prefeitura Municipal de Itajubá. *Projeto Itajubá Tecnópolis: programa de desenvolvimento, constituição, sustentabilidade, estratégias, empreendimentos e projetos*. Itajubá, [s/d.], p. 42 e 61.

<sup>106</sup> Maurício José Ferreira. Depoimento concedido em 18/05/2006, em sua casa.

<sup>107</sup> Idem.



valores que pudessem justificar o seu tombamento.<sup>108</sup> Para o Conselho, só através do instrumento jurídico do tombamento se conseguiria evitar a sua demolição ou mutilação, o que não impediria o uso do imóvel para outras atividades, desde que ele continuasse a ser preservado pelos proprietários.

[...] ninguém estava negando que aquilo se tornasse um prédio comercial, não. Acho que isso é uma coisa que precisa ser colocada. Pode se transformar um prédio tombado em outra coisa? Pode. Nem todo patrimônio tombado precisa virar museu. Pode virar restaurante, pode virar qualquer coisa, desde que se preservasse o prédio, não tem problema.

Mas, quando a gente viu que a Codorna [...] poderia correr riscos, a gente correu pra fazer o estudo da Codorna [...] No final das contas, foi feito tudo à revelia [pelos proprietários]. De repente amanheceu tudo quebrado lá. Aproveitaram essa brechinha que o DAOP deu pra eles e antes que questionem isso também, vamos lá e vamos quebrar tudo. Depois, invadiram a sala do Conselho de Patrimônio Histórico. Levaram tudo! [...] aí acabou o Conselho. E, na época, as pessoas faziam aquilo lá por convicção. Acho que ninguém quis brigar. Até teve umas brigas, mas não adianta. Acho que é um desgaste desnecessário, entendeu? As pessoas pouco ficam sabendo, né?<sup>109</sup>

Foi durante o período da sua gestão no departamento que ocorreu a derrubada dos telhados *sheds* e das paredes do prédio da antiga fábrica Codorna. Um outro fato veio se somar a esse: a invasão da sala do Conselho de Cultura, sumindo diversos documentos. Através da fala de Maurício Ferreira, percebemos um sentimento de impotência frente aos acontecimentos, o que acabou culminado com o desmantelamento do Conselho:

Depois, invadiram a sala do Conselho de Patrimônio Histórico. Levaram tudo! [...] aí acabou o Conselho. E, na época, as pessoas faziam aquilo lá por convicção. Acho que ninguém quis brigar. Até teve umas brigas, mas não adianta. Acho que é um desgaste desnecessário, entendeu? As pessoas pouco ficam sabendo, né?<sup>110</sup>

Para os depoentes, em nenhum momento eles atribuíram o fato de não terem conseguido tombar a Codorna com as falhas nas leis municipais. O que

---

<sup>108</sup> A concepção do Projeto Itajubá Tecnópolis estava voltada para uma remodelação do espaço urbano baseado nas ideias de progresso e modernidade, segundo as quais o “antigo” tem que dar espaço ao “novo”. A cidade pensada pela ótica do progresso aparece totalmente reinventada e fragmentada em diversas *partes*. Ao mesmo tempo, essas partes estão articuladas entre si dando uma ideia de conjunto harmonioso e funcional muito bem estruturado. A política para a área do desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia enfatizava a necessidade de abranger “[...] todas as áreas do conhecimento das ciências básicas, e um número seletivo amplo das ciências exatas e biológicas, e um número menor de áreas com conhecimentos em ciências sociais, humanas e arte: o núcleo central da educação universitária se constitui sobre a bio-engenharia em níveis de graduação, pós-graduação associada ao trans-emprededorismo”.<sup>108</sup> O lugar para as ciências sociais é reduzido. O conhecimento privilegiado é o das ciências exatas e biológicas. É o olhar filtrado por uma racionalidade e objetividade funcional do espaço. Ver: *Projeto Itajubá Tecnópolis: programa de desenvolvimento, constituição, sustentabilidade, estratégias, empreendimentos e projetos*, p. 67.

<sup>109</sup> Maurício José Ferreira. Depoimento concedido em sua casa, em 18/05/2006.

<sup>110</sup> Idem.

ocorreu, nas suas percepções, foi a falta de comprometimento efetivo do Poder Executivo Municipal em relação às tentativas de tombamento da Codorna. Diante da pressão de pessoas que não o desejavam, o Poder Executivo recuou. Além disso, podemos perceber pelos relatos que se pela lei o Conselho tem que ser um órgão paritário, com representantes da sociedade civil e do poder público, na prática, a comunidade ficava distante dessas discussões.

## 2.2 Quem fala sobre patrimônio

Na introdução dos dossiês, se encontram as justificativas nas quais os conselheiros se basearam para tomar o imóvel:

Edificação de expressiva representação dentro da malha urbana da cidade, destacando-se como elemento referencial não apenas pelo porte de seu edifício e de suas características arquitetônicas, mas principalmente por ser um marco histórico do período inicial da fase de industrialização de Itajubá, coincidente com o começo da implantação industrial no estado e no país.<sup>111</sup>

As leis municipais que nortearam o processo de tombamento da fábrica Codorna definiam como Patrimônio Histórico e Artístico Municipal:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no município de Itajubá e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Itajubá, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.<sup>112</sup>

Dialogando com Maria Cecília Londres Fonseca<sup>113</sup>, na perspectiva daquela lei, podemos entender que o imóvel que abrigou a fábrica Codorna mereceria a proteção do poder público municipal por estar vinculada a fatos memoráveis da história de Itajubá. Sendo assim, todo dispêndio do poder público em preservar o imóvel, através do ato jurídico do tombamento, se justificaria, porque seria a forma pela qual a memória e a história local se manteriam salvas dos “efeitos destruidores do presente”.

<sup>111</sup> Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Processo para o tombamento da antiga fábrica de tecidos Codorna n. 01/97. In: *Dossiê para processo de tombamento. Antiga fábrica de tecidos da Cia. Industrial Sul Mineira (fábrica Codorna)*. Prefeitura Municipal de Itajubá, Minas Gerais, 1997, p. 4. No dossiê montado em 1998 a justificativa é literalmente a mesma.

<sup>112</sup> Leis Municipais n. 1858/92 e n. 2185/98, artigos 2º e o 5º respectivamente.

<sup>113</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 2005, p. 179.

Como já foi discutido no Capítulo I, as tentativas de tombamento do imóvel Codorna partiram do CMPHA em 1997 e do CODPHAI, em 1998, órgãos com poderes representativos do poder público e da sociedade civil. De acordo com a legislação municipal, seus membros foram designados pelo Poder Executivo e deveriam ter um “notório conhecimento na matéria, nas áreas ou de história, ou antropologia, ou arquitetura e urbanismo ou artes plásticas”.<sup>114</sup> Segundo Maria Cecília, quem atribui e elege valores aos bens são os sujeitos sociais. Não é suficiente a existência de um bem para que ele seja relevante para o indivíduo ou para o grupo, é necessário atribuir-lhe valores que podem ser estéticos, arquitetônicos ou históricos. Por isso, a autora acentua a importância de se considerar a atuação dos agentes institucionais e a participação da sociedade na construção e nas práticas de tombamento para entender os significados que são atribuídos ao bem. Também, Olga Brites da Silva chama a atenção para várias práticas de tombamento no país e levanta o questionamento:

Quem fala sobre patrimônio histórico? Há vozes bastante conhecidas: historiadores, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, sociólogos, antropólogos, juristas... Falas geralmente respaldadas por um saber que se pretende “científico” e por um lugar de onde está “autorizado” a emitir julgamentos.<sup>115</sup>

Em Itajubá, a composição do Conselho Municipal de Cultura na época contava na sua maioria com profissionais ligados às áreas de história, arquitetura, engenharia e paisagismo, que evidencia quais áreas do conhecimento estariam qualificadas para tratar das questões de tombamento no município, de acordo com a interpretação feita da lei.

Através da leitura dos documentos que compõem os processos, os valores que os conselheiros priorizaram, ao montarem o dossiê, foram os valores arquitetônico e histórico do bem. O prédio foi indicado pelo Conselho de Patrimônio por se “tratar de um marco da arquitetura industrial do início do século, registro necessário da história de uma fase que em se perderam elementos de grande representatividade”. Com sua arquitetura inglesa, o telhado *sheds* cuja lateral era de vidro e um óculo na parte frontal possibilitava aproveitar melhor a luz do dia e a

---

<sup>114</sup> Leis municipais n. 2114/97 e n. 2185/98.

<sup>115</sup> SILVA, Olga Brites. Memória, preservação e tradições populares. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória; patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico e Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura de São Paulo, 1992, p. 17.

ventilação externa. Com isso, era possível economizar os gastos com energia e possibilitar um lucro maior para o capitalista. Ainda, como composto da arquitetura inglesa, o dossiê aponta a existência de vilas e casas operárias ao redor da fábrica como forma de fixação da mão-de-obra. A preservação do prédio significaria preservar uma arquitetura industrial importada da Inglaterra e que, na região, dificilmente se encontraria algo parecido.

Para uma maior compreensão é necessário nos remetermos ao período do final do século XIX e às primeiras décadas do século XX, quando no município de Itajubá existiam pouquíssimas indústrias. Nesse período, a economia do município devia-se, em grande parte, ao desenvolvimento da pecuária e, sobretudo, da agricultura, praticando-se em geral a policultura. Os principais gêneros agrícolas cultivados eram o fumo e o café<sup>116</sup>, sendo o primeiro o principal esteio da economia do município durante o século XIX e o início do século XX. Nesse período, foram instaladas várias indústrias caseiras de cigarros, charutos, fumo picado para cachimbos, rapé e pacotinhos de palha, empregando a mão-de-obra feminina em larga escala. Ainda, na segunda metade do século XIX, o município contava com fábricas de artigos de couro para montaria, fábrica de fogos de artifício, de cerâmica e olaria, indústrias de colchões feitos de capim-membeca, fábricas de móveis, fábricas de bebidas, de cervejas, gasosas, groselhas, licores, refrigerantes. Diversas feculares movidas por monjolos e moinhos hidráulicos fabricavam fubá, creme de milho e farinha de milho. Estas se constituíam em pequenas indústrias artesanais sem a utilização de energia elétrica. Na constituição daquela memória, a instalação da Companhia Industrial Sul Mineira inaugura um novo tempo na história da cidade que a partir daí se moderniza com a instalação de um banco, com a construção de uma nova usina hidrelétrica o que, por sua vez, possibilitou a instalação de indústrias movidas à energia elétrica.<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> Segundo Guimarães, “Os principais gêneros regularmente cultivados são: - *café*, genero de cultura há pouco tempo iniciada, mas de que já exporta o município 655.525 kilosgrammos; *fumo*, em corda, de qualidade superior, com produção annual de mais de 100.000 arrobos; *arroz*, de vários typos; *feijão*, também de vários typos; *batatas*, inglesa e doce; *milho*, em abundância; *mandioca*, espécies várias, e de que extraem bom *polvilho*, a *tapioca*, de grande valor alimentício, e a farinha caprichosamente fabricada; *carás*, *mangaritos*, e outras tuberosas; *ervilhas*, etc.” Continua ainda o autor dizendo que cultura do trigo se esbarrou na dificuldade do transporte e no pouco conhecimento a respeito dessa lavoura. Ver GUIMARÃES, Pedro Bernardo. *O município de Itajubá. Sul de Minas Geraes: notícia descritiva*. 1915, p.98.

<sup>117</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lúcia Lippi Oliveira, (Org.). *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

O dossiê para o processo de tombamento apresenta a fábrica como fruto de um empreendimento grandioso da Companhia Industrial Sul Mineira: “Coroadada de êxito, sob a direção de homens probos e criteriosos [...] a Cia. Industrial Sul Mineira, [...] inaugurou a primeira grande fábrica de tecidos, a Codorna, uma das grandes realizações de Wenceslau Braz.”<sup>118</sup>

O que prevaleceu foi a ideia da “história oficial”, celebrativa dos grandes feitos e heróis. O tombamento da fábrica significaria a preservação dessa história que se constitui em suporte para o trabalho da memória que o Conselho queria preservar. Dialogando com Michael Pollak, nesse caso se trata de uma memória fortemente constituída, onde ocorre um trabalho do “enquadramento da memória.”<sup>119</sup> Nesse momento, o Conselho não ficou atento para as outras memórias e para as outras histórias.

---

<sup>118</sup> Ver os Dossiês para Processo de Tombamento – Antiga Fábrica de Tecidos Codorna da Cia. Industrial Sul-Mineira de Itajubá ( Fábrica Codorna ). Processo no. 01/97, p. 14.

<sup>119</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

### **Capítulo III – A CODORNA PARA OS ANTIGOS OPERÁRIOS**

Meu pano graças a Deus era o mais bem feito que tinha, num tinha um defeitinho o meu pano. Trabalhava com muito amor, graças a Deus! Eu trabalhei com amor, viu? Eu... tão bom trabalhar com amor. Tudo você tem que botar amor no meio, né menina? Se não, não sai nada bem. Tudo, tudo. Então fui, fui feliz nessa parte.<sup>120</sup>

### 3.1 Trajetórias de vida

Neste capítulo, busco compreender os diversos significados que ex-operários fabris atribuem à fábrica de tecidos Codorna que pertenceu à Companhia Industrial Sul Mineira de Itajubá. Para isso, foram colhidos 4 depoimentos orais e de maneira individual. Pompeu, Genoveva, Odete e Benedita trabalharam praticamente no mesmo período na fábrica, entre os anos de 1936, quando entrou a mais antiga operária que encontrei, e 1966, quando o estabelecimento fabril fechou suas portas. As mulheres entrevistadas ainda moram nas cercanias da antiga fábrica, mais precisamente nos bairros Avenida e Boa Vista. Pompeu, que também já morou na Boa Vista, atualmente mora na cidade de Ouro Fino.

À medida que cada depoente recompõe suas memórias, percebemos que as histórias de vida desses indivíduos acabam se cruzando de diversas maneiras. Dialogando com Marina Maluf<sup>121</sup> e Michael Pollak, entendemos que a memória é um fenômeno construído social e individualmente e todo depoimento pessoal, quando referido aos grupos sociais que compartilharam experiências comuns, “guardam pontos de contato da mesma memória”<sup>122</sup>. Os depoentes transitaram e experimentaram lugares comuns. A fábrica e os espaços ao seu redor constituem-se em lugares onde suas lembranças vão buscar apoios, revelando-lhes um sentido de pertencimento<sup>123</sup>. Mas tal apreensão vai depender do lugar social do qual o sujeito está falando.<sup>124</sup>

Os depoimentos dessas pessoas, hoje com mais de 70 anos cada uma, trouxeram impressões pessoais sobre suas experiências de vida de quando eram

<sup>120</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>121</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995, p. 40.

<sup>122</sup> Idem, p. 40.

<sup>123</sup> Segundo Rogério Proença Leite, “podemos entender os *lugares* como demarcações físicas e simbólicas, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente”. Ver: LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004, p. 35.

<sup>124</sup> MALUF, op. cit., p. 40.

operários da Codorna. Mas, ao mesmo tempo, em todos esses relatos estão presentes as marcas de existências coletivas, e cada história de vida é (re)composta a partir de enquadramentos sociais mais amplos, com a presença de valores e aspectos culturais da sociedade na qual estão inseridos.

Durante a coleta dos depoimentos, coloquei como ponto central o interesse nas lembranças do período em que os entrevistados trabalharam nessa indústria têxtil. Foi com essa proposta que me apresentei primeiramente a cada um deles. A única exceção foi dona Odete, porque eu já a conhecia. De início, todos falaram que não tinham muita coisa para contar e que não se lembravam de quase nada. “Pena que agora eu já não tô lembrando muita coisa, porque 83 [anos] não é brincadeira, né? bem”.<sup>125</sup> Dona Genoveva, em sua fala, nos remete aos limites impostos pelo tempo transcorrido da sua existência e pelo cansaço do corpo e da mente de quem já viveu muitos anos. Mas, à medida que nossas conversas fluíam e no esforço da sua reflexão, as lembranças foram (re)trabalhadas e a depoente foi (re)elaborando sentidos para a sua existência atual. Ao tecer os “fios da sua memória”, foi se dando conta de que tinha muitas histórias para serem contadas. “Eu tenho muita história bem, pra contar. Xiii!!!! Um dia é pouco!”.<sup>126</sup>

Quando cheguei pela primeira vez à sua casa para gravar o seu depoimento, deparei-me com uma senhora com um pouco mais de 1,45 m de altura, mirradinha, tímida e ao mesmo tempo desconfiada, mas com os olhos cheios de vivacidade. Com certeza, naquele primeiro momento, ela não estava entendendo por que alguém tinha tanto interesse pelas suas histórias. Provavelmente, ninguém, até então, tinha se mostrado tão disposto a escutá-la. Dialogando com Ecléa Bosi, essa inaudibilidade é uma prática social comum de exclusão numa sociedade desigual, que privilegia aquele que ainda está “apto” para o mercado de trabalho e rejeita o velho por ele não participar mais ativamente da produção na sociedade capitalista. Nesse sentido, segundo Ecléa Bosi, a velhice além de ser um destino do indivíduo, é também uma categoria social. “Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice.”<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> BOSI, op. cit., p. 77.



Dona Genoveva, filha caçula de um total de 14 irmãos, entre homens e mulheres, nasceu na cidade de Conceição do Rio Verde, localizada no sul de Minas Gerais e próxima ao município de Itajubá, em 1921. Ao recompor suas lembranças, ela fala da época em que seu pai, “trabalhador dos correios”, recebeu a proposta do “Major” Pereira, um dos proprietários da Companhia Industrial Sul Mineira para sair de Conceição do Rio Verde e vir morar em Itajubá. A família poderia se mudar porque ele arrumaria emprego na sua fábrica de tecidos para suas irmãs. Foi com essa promessa que o seu pai então se mudou. Ao chegar em Itajubá, suas irmãs, como prometido, tiveram seus empregos garantidos. Ela teve que esperar um pouco para conseguir um lugar na Codorna. Antes, porém, trabalhou em uma fábrica de chinelos. Tinha apenas 12 anos de idade. No primeiro momento, ela não conseguiu precisar quantos anos tinha quando entrou na Codorna. “É porque eu saí do grupo, eu já entrei lá na fábrica. Acho que eu entrei com uns 15 anos lá na [fábrica]... 15 ou 14. Porque com 15 eu me lembro que a minha mãe deu festa, eu já trabalhava na fábrica. Entrei com 14 anos.”<sup>128</sup> Foi a partir da sua festa de 15 anos que ela conseguiu ajustar as lembranças no tempo. Olhando a carteira de trabalho de dona Genoveva, a data de admissão no cargo de tecelã é de 1938. Como ela mesma relata: “Mesmo na Codorna foi depois de muito tempo que tive carteira profissional... Antigamente não tinha muita lei não, sabe?”<sup>129</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, a história trabalhista em nosso país passou a ser dividida em dois momentos: antes e depois de 1930. A partir de então, “todas as providências tomadas desde a revolução envolvendo a resolução da questão social eram atribuídas diretamente a Vargas. Era dele que todas as instruções emanavam, era ele o inspirador executor de toda a legislação elaborada”.<sup>130</sup> Podemos perceber que o relato de dona Genoveva traz incorporada a ideia da “ideologia de outorga” em torno da figura de Vargas construída nos anos do Estado Novo: a ideia disseminada de que a legislação social brasileira foi concedida pelo chefe de Estado, que se antecipava voluntariamente às demandas sociais e outorgava a legislação. Nesse contexto, a carteira de trabalho, uma criação pós-1930, passou a traduzir uma nova relação entre o cidadão e o Estado.

---

<sup>128</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 220.

A depoente, ainda nos relata, que a irmã com quem mora hoje começou a trabalhar na fábrica Codorna “novinha”, tinha então 12 anos de idade. “Essa que tá dormindo aí, minha irmã, também trabalhou... quando ela entrou, ela não tinha idade pra trabalhar. Ela entrou com doze anos pra trabalhar. [...] Ela era novinha quando ela começou a trabalhar”.<sup>131</sup>

Apesar da sua idade bem avançada, toma conta dessa irmã que agora [na época em que foi feita a pesquisa] se encontra doente. Moram as duas na casa que foi comprada pela irmã quando trabalhou como operária na fábrica. Dona Genoveva também comprou uma casa, localizada na mesma rua e, mais tarde, passou a escritura para o seu único filho. Desde que se mudou para Itajubá, mora no mesmo bairro, o bairro Avenida.

Como já foi visto nos capítulos anteriores, a partir do início do século XX, com o nome de Vila Lúcia, o bairro Avenida teve o seu crescimento relacionado com a fábrica têxtil. Vilas operárias pertencentes à Companhia Industrial Sul Mineira foram construídas nessa localidade para servir de moradia aos seus trabalhadores e também aos trabalhadores de uma fábrica de cerâmica. Nas primeiras décadas do século passado, o bairro contava com uma confeitaria pertencente a um alemão, um estabelecimento de suprimento de gasolina pertencente aos italianos Eugênio Módena e Eugênio Consoli e uma oficina mecânica responsável pela recuperação de veículos, além de projetar, construir e instalar pequenas usinas hidrelétricas rurais na região e em São Paulo. Existiam também duas chácaras localizadas no bairro e que eram responsáveis pelo abastecimento de frutas variadas para a população local. Uma ponte sobre o rio Sapucaí já ligava o bairro Avenida ao bairro Boa Vista, o outro bairro operário onde estavam instalados a Codorna e outros conjuntos de vilas operárias. Percorrendo as vilas e ruas do bairro Boa Vista, conseguimos identificar e contar em torno de 70 casas que serviram de moradia aos trabalhadores da Codorna<sup>132</sup>. Hoje, todas já passaram por reformas.

Do lugar onde dona Genoveva mora, bastava atravessar a ponte e caminhar mais ou menos 150 metros que já estava no portão principal da fábrica. Situação

---

<sup>131</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>132</sup> Incluindo as casas das vilas paralelas à Avenida Capitão Gomes. Ver a Figura 4 do Capítulo I.

semelhante era a de dona Benedita, que morou um tempo no bairro Boa Vista e depois foi morar no bairro Avenida. “A gente saía a pé e já estava na fábrica”.<sup>133</sup>

Benedita de Lourdes Fernandes, natural de Itajubá, nasceu em 1928. O seu primeiro emprego foi na Codorna como fiandeira, quando ainda nem tinha completado 15 anos, onde permaneceu até o dia em que a fábrica fechou, em 1966, como dona Genoveva. Mesmo depois de casada, continuou trabalhando na fábrica, de onde tirava o sustento para criar seus 4 filhos, dois meninos e duas meninas.

Relata que perdeu sua mãe muito cedo, ainda quando era muito pequena e foi criada pela avó. Depois, foi morar em um orfanato só de meninas, o Asilo Santa Isabel. Segundo ela, foi porque quis. Ela lembra que um dia as meninas órfãs passaram perto de onde morava, no bairro da Vila Podis, um outro bairro que possuía diversas casas construídas pela Companhia, e resolveu segui-las.

[...] eu estava sentada e quando eu vi aquele bando de menina, fui atrás... fui embora com elas. E aí, elas não voltaram por ali. Elas deram a volta e foram embora e eu, fui junto. Com roupinha igual a delas, com roupinha branca. Lá [no orfanato] que elas foram vê que tinha uma menina sobrando. E aí, pra saber de onde era? A minha vó ficou meio louca, sabe? Aí contaram pra ela que eu tinha ido atrás das meninas do asilo que passaram, as órfãs...<sup>134</sup>

E quando a avó descobriu para onde tinha ido, foi buscá-la, mas ela não quis voltar. Só mais tarde, quando a avó adoeceu, voltou e começou a trabalhar para poder ajudar em casa. “Aí o Wenceslau me arrumou pra trabalhar na Codorna.”<sup>135</sup> Ao recompor suas lembranças, a figura de Wenceslau Braz emerge como sendo a de um homem muito bom e que gostava muito dela. “Ele me tratava feito uma filha, o doutor Wenceslau. Ele parecia muito com o Santos Dumont, aquele homem magrelinho, sabe? De chapéu... Eu me lembro muito dele”.<sup>136</sup>

Era o ano de 1943 e tinha 14 anos de idade quando começou a trabalhar na seção da fiação.

Trabalhei na fiação. Onde você passa o algodão mais fino que quando vem a peça grande do algodão passava nas máquinas que chamava batedouro, sabe? Então passava ali, ali ela afinava o algodão saía e vinha pra outra máquina que se chamava passador [que] fazia o fio mais fino que passava na maçarqueira grossa. Da maçarqueira grossa passava pra fina e da fina pra mais fininha e aí da mais fininha ia

---

<sup>133</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> Idem.

pra fiação onde fazia a linha. Essa linha depois de feita numa canela assim, enrolada todinha, quando terminada de fazer ia pra tecelagem pra tecer o pano. Onde tinha a tecelagem tinha muito mais máquinas, era muito mais gente trabalhando.<sup>137</sup>

As suas reminiscências abrem espaço para a evasão de sentimentos contraditórios.

A vida cansa! Você sabe que a vida cansa? [...] a monotonia assim da vida... o estilo que a gente vive. Eu graças a Deus tenho uma vida muito boa. Eu trabalhei bastante quando era moça, mas eu tinha saúde, era forte, sadia.<sup>138</sup>

A vida cansa, porque para ela, em diversos momentos, é monótona. Viúva, os filhos já estão criados e, hoje, tirando os afazeres domésticos, pouco tem o que fazer no seu dia-a-dia. Lamenta que agora não consegue ter mais a saúde de outrora. Na infância, chegou a morar em uma casa de pau-a-pique. Depois teve que trabalhar duro na fábrica para sustentar os filhos e ajudar o marido que era alfaiate e não trabalhava por conta própria. Ele também pertencia a uma família simples, segundo dona Benedita. Além do trabalho na fábrica, ela tinha o trabalho doméstico. Hoje, já não passa mais por aquelas privações. Como ela mesma diz:

Antigamente as coisas eram mais barato, mas não existia nada, né? Agora tem de tudo! Agora tem mais facilidade a vida. Eu falo pro pessoal que antigamente você tinha vontade de comer... você não tinha dinheiro. [...] Agora você tem. Você come o que você quer, você compra o que você quer... faz tudo o que quer.<sup>139</sup>

No passado, não chegou a ter o conforto material que hoje possui e nem as facilidades que a vida moderna pode oferecer. “A vida antiga, pra gente que era criança ou mesmo adulto, era tudo mais difícil! Tudo mais difícil! Tudo o que você quer agora você compra! Você compra a prestação, nunca vi falar isso no meu tempo!”<sup>140</sup> Ao comparar a vida que tem hoje com a que viveu no passado, fala com uma certa nostalgia: “Eu era uma menina muito alegre”.<sup>141</sup> E, ao mesmo tempo em que reconhece as facilidades e o conforto que tem no tempo presente, exclama: “A vida cansa!”<sup>142</sup>. A frase “A vida cansa!” vem num tom evocativo e a conversa evocativa, segundo Ecléa Bosi, é sempre uma experiência profunda repassada de

<sup>137</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> Idem.

sentimentos como nostalgia, revolta ou resignação.<sup>143</sup> Esses sentimentos ajudam a estruturar a composição das lembranças. Não existe rememoração, se não for acompanhada de dor, saudade, frustração, alegria, resignação, compaixão, raiva. Eles são inerentes à composição das nossas reminiscências. Além disso, somos sempre o produto de todas as experiências que vivemos ao longo da vida. No trabalho da rememoração, o indivíduo não se afasta do seu presente para reviver o seu passado de maneira integral, tal como ele ocorreu. É impossível guardarmos as nossas lembranças em seu estado original. Sendo assim, o trabalho da memória feito por dona Benedita é permeado pelo elo entre o seu presente, carregado de novas experiências, e o que permaneceu do seu passado em forma de dor, de alegria e de nostalgia. O trabalho de rememoração é “uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar [...]”<sup>144</sup>. Aquilo que antes era dor ou sofrimento, depois de tantos anos, pode vir revestido de um sentimento de vitória por ter sobrevivido diante das vicissitudes de uma vida cheia de privações.

As reminiscências de dona Genoveva também são compostas de um sentimento de saudade de um tempo em que tinha força física e disposição para aguentar o trabalho duro na fábrica. Trabalho duro, mas feito, segundo ela, com muito amor e eficiência. Ganhava prêmio por produção todo mês. Ao olhar para o que passou, experimenta o sentimento de ter cumprido a sua missão. “Eu tinha tempo. Fui muito feliz no meu serviço, graças a Deus. Eu não tinha tamanho, mas acabou de ver o meu tamanho e do meu serviço, viu?”<sup>145</sup>

“Eu tinha tempo”, relata dona Genoveva. Era um tempo preenchido com os afazeres do trabalho na fábrica, do cuidado com a casa e, depois que se casou, com o cuidado do filho e as “obrigações” de casada. Refletindo com a professora Maria Izilda, o trabalho feminino no sistema capitalista é caracterizado por uma “osmose entre o trabalho fabril e o doméstico”<sup>146</sup>, onde de forma recíproca, a cadência de um influencia a cadência do outro. O controle do tempo do trabalho feminino, dentro da fábrica e em casa, não pertence à mulher e é sempre organizado e determinado pelos outros, pelo patrão, marido e filhos.

---

<sup>143</sup> BOSI, op. cit., p.82-83.

<sup>144</sup> MALUF, op. cit., p.29.

<sup>145</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>146</sup> MATOS, Maria Izilda Santos. *Trama & poder. Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

Mas existe, com relação à organização desse tempo, um imperativo pelo qual frequentemente o tempo produtivo do universo fabril se sobrepõe ao tempo particular dos afazeres domésticos, do tempo lúdico, do tempo da igreja.

Eu fazia comida à tarde quando eu chegava e deixava [...]. Era fogão à lenha, né? E como tinha umas tigelas de louça, umas tigelas grande, eu tirava da panela e colocava naquelas tigelas de louça, para não azedar. Não tinha geladeira, né? Não tinha nada, né? E eu tinha já o meu menino que estava na escola e uma menina que eu criei, eu chegava e esquentava a minha parte, depois ela chegava e esquentava a parte dela com ele. Mas não fazia almoço não, era só comida esquentada. Só sábado e domingo que era almoço, sabe? Mas [durante] a semana era comida esquentada.<sup>147</sup>

Ela entrava no turno da manhã às sete horas e saía às dez para o almoço. Tinha uma hora de almoço, retornava às 11 e só saía às 17 horas. Ainda, aos sábados, trabalhava até as 11 horas. A simples atividade de fazer o almoço e esquentá-lo dependia dos seus horários na fábrica. Hoje, o seu tempo é preenchido com os cuidados que tem com a irmã doente e com os afazeres na igreja. Eram nesses interstícios que as nossas conversas eram marcadas. Não existe mais o relógio da fábrica determinando a cadência de seu tempo. Mesmo assim, quando trabalha as suas reminiscências, expressa que foi muito feliz.

Mas dona Benedita ainda guarda a lembrança do trabalho medido pelo apito da fábrica e relata a situação com muito humor:

Porque quando saíam pra almoçar, era uma hora de almoço, na hora que apitava... a fábrica tinha uma buzina que apitava, a gente escuta ela, até hoje! [risos]. Ah! Mas saía gente de tudo quanto era porta, sabe? Um derrubava o outro, e outro queria correr na frente! Porque tinha cartão pra carimbar, pra saber que a gente saiu e, quando voltava carimbava pra saber que a gente voltou! Tinha tudo isso lá na fábrica.<sup>148</sup>

Podemos entender que a condição de mulher e a condição de operária marcaram profundamente as experiências de vida de Genoveva, Benedita e Odete.

Dona Odete Sales Abranches ficou viúva em 1987 e vive da pensão que o marido deixou para ela. Mãe de 5 filhos, 3 homens e 2 mulheres e “tudo já criado”, como ela mesma diz, trabalhou na Codorna por 10 anos. Entrou na fábrica em 1942 e saiu em 1952, logo que se casou. Com uma fala mansa, foi desfiando ponto a ponto suas lembranças. Muitas vezes, o tom das reminiscências vinha em forma de confidência. Quando colhi seu depoimento, ela frequentava um grupo conhecido

<sup>147</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>148</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

como da “Terceira Idade”, no qual se desenvolve uma série de atividades ligadas ao lazer, saúde e informações de um modo geral. Aulas e palestras a tiravam da sua rotina diária.

[...] porque eu faço a “Terceira Idade”, né?..... Então tem várias professoras. Eu recordo um pouco, um pouco eu levo a sério, e outro pouco eu cochilo lá atrás, sabe? Só pra fazer horinha ali [e] sair disso aqui. É segunda e quinta, da uma às quatro e meia [da tarde].<sup>149</sup>

Tempo esse que antes era preenchido pelo trabalho na fábrica e, depois do casamento, preenchido pelo cuidado com a casa, com o marido e com os filhos.

Parou de estudar e começou a trabalhar aos 14 anos porque o irmão que ajudava a família casou e as coisas começaram a ficar mais difíceis. Além disso, ela queria ter o seu próprio dinheiro. Entrou na Codorna na seção de fiação. Como uma “curiosa”, operou diversas máquinas. “[...] eu era curiosa! Gostava de aprender e se precisava de gente, eu ficava assim.... Eu sabia trabalhar nas seções [...], só tecelagem que não. Mas o resto eu trabalhei bastante.”<sup>150</sup>

Ao se casar, saiu da fábrica para cuidar dos filhos e do marido. No início do casamento morou com a sogra e, mais tarde, ela e o marido compraram uma casa.

Ao compor suas reminiscências, dona Odete parte de padrões de comportamento e de sistemas de valores que atribuem determinados papéis aos homens e outros às mulheres. “Naquele tempo, mulher ficava dentro de casa cuidando do filho, cuidando do marido. Hoje não, hoje cada um sai por uma porta. Naquele tempo, ele [o marido] não quis deixar eu trabalhar. Ele disse que não, tem que ficar em casa, Aí, saí [da fábrica].”<sup>151</sup> Nessa condição, é muito comum ver o trabalho feminino como um trabalho complementar ao do marido. Cabe à esposa a tarefa de cuidar do cotidiano doméstico e ao marido, o sustento do lar.

Dialogando com Marina Maluf<sup>152</sup>, a divisão e a hierarquização sexual acabam sendo experimentadas e entendidas como um fundamento biológico, natural. E se é da natureza, não existe como ser de forma diferente. Portanto, a forma de como dona Odete vê o mundo e como vê a si própria estão intimamente imbricados nessas representações<sup>153</sup>: o lugar da mulher era em casa, ao lado do marido e dos filhos. Através da “elaboração social das diferenças físicas que se delinham as

<sup>149</sup> Odete Sales Abranches. Depoimento concedido em sua casa, em 30/07/04.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> MALUF, op. cit.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 83-84.

versões de masculino e feminino presos a uma cadeia de papéis e significados cada qual vivendo diferentemente as experiências de seu cotidiano”.<sup>154</sup> Diferenças que deveriam ser tratadas como uma determinação social e histórica, passam a ser tratadas como algo dado pela própria natureza.

Já dona Genoveva, depois de casada, o marido começou a beber e não trabalhou mais. Antes, ele trabalhava na Imbel, uma fábrica de armas na cidade, e quando completou 3 meses de casamento, perdeu o emprego. A partir desse momento, ela teve que arcar sozinha com as despesas. “E mais que ele bebia do que trabalhava. Aí, nesse período todo eu comecei a trabalhar sozinha, onde eu trabalhei muito.”<sup>155</sup> Nesse caso, o imperativo foi a contingência econômica. Se não fosse ela a sustentar a casa, quem poderia ser? Com o marido, ela não podia contar.

Com seu Pompeu, o nosso único homem entrevistado, a situação foi diferente. Ele conheceu a sua primeira esposa dentro da fábrica onde ensinou o ofício de tecelã para ela. Ele ainda conta que quando eles namoravam, dividiam a mesma marmitta. Casaram-se em 1947 e, com a chegada do primeiro filho, ficou difícil para a sua esposa continuar trabalhando na fábrica e em casa ao mesmo tempo. Eles não tinham com quem deixar a criança. “[...] depois de casar, ela trabalhou uns cinco meses só, depois saiu [...] veio o filho mais velho.”<sup>156</sup> Esse seria o primeiro dos 10 filhos que o casal teria. No processo da recomposição de suas memórias, podemos fazer a leitura de como estão enraizados valores assentados na percepção de que os homens estão desobrigados de determinadas tarefas, como o cuidado com a casa e com os filhos. O natural e o esperado era que o marido continuasse a trabalhar fora e a mulher ficasse centrada nos cuidados do lar.

As suas narrativas foram extremamente importantes para a minha pesquisa. Antes mesmo de começar a recolher o material, quando eu dizia que queria colher depoimentos de pessoas que tivessem trabalhado na fábrica Codorna, Pompeu era um dos primeiros nomes a ser citado. Geralmente, as pessoas diziam: “Ah! Você deve procurar o seu Pompeu! Ele conhece muita coisa da fábrica.” De fato. Dono de uma boa prosa, estava sempre disposto a falar. Nascido em 1922, na cidade de Brasópolis, sul de Minas Gerais, Pompeu José Antônio é um dos 12 filhos de dona Ana Maria do Espírito Santo e de seu Antonio Ribeiro de Souza. O pai, dono de uma

---

<sup>154</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>155</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>156</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 20/05/06.



“venda” em Brasópolis, veio para a cidade de Piranguinho onde faleceu. A sua mãe logo vendeu tudo, pagou as dívidas da doença do marido e se mudou para Itajubá. Pouco tempo depois, foi estudar como aluno interno na escola profissional Delfim Moreira. Tinha, então, 12 anos e lá permaneceu até os seus 15 anos. Vindo de uma família bastante humilde, foi a possibilidade que teve de aprender alguma coisa. Como ele mesmo relata:

Então, um pouco do que eu sei da ... da vida e [...] não sei quase que nada, eu agradeço lá a essa escola. Eu já falei isso de palanque lá em Pouso Alegre quando o governador foi lá a gente foi lá receber lá e eu falei isso de palanque, não nego não. Acho que o pouco que eu sei, aprendi na escola profissional Delfim Moreira, de Pouso Alegre. Eu era aluno interno, permaneci por três anos nessa ... nessa instituição lá... de ensino.<sup>157</sup>

Ao sair do colégio interno, a sua família já morava em Três Corações e, diante das dificuldades da vida, carregava lenha numa padiola durante as madrugadas junto com seu irmão mais novo para ajudar nas despesas da casa.

Em 1941, se alistou no primeiro Batalhão de Pontoneiros de Itajubá onde permaneceu por 4 anos. Depois, ao sair, foi trabalhar primeiro na fábrica de tecidos da Companhia Têxtil Oliveira Industrial e, em 1944, entrou na fábrica Codorna permanecendo até 1966. Relata que fez de tudo na fábrica. Quando entrou, ficou responsável por ligar e desligar o transformador de luz, depois trabalhou nas seções de fiação e tecelagem.

As recomposições das reminiscências de seu Pompeu se estruturam a partir da história de um homem público e de uma pessoa que desde muito cedo teve que trabalhar para poder ajudar a sua família. Foi eleito em 1959 diretor do Sindicato dos Tecelões e reeleito para mais dois mandatos consecutivos e, também, ocupou um cargo de suplente na Federação dos Tecelões de Minas Gerais. Em 1962, foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Lembra que antes não queria ser candidato de nenhum partido político porque já ocupava um cargo no sindicato que tomava todo seu o tempo, não tinha dinheiro para bancar a candidatura e não gostava de política, mas várias operárias da fábrica foram falar com ele sobre a possibilidade de disputar um cargo para a Câmara Municipal.

Então, eu entrei na política por causa daquela companheira que você conhece, a Genoveva Barros, e elas resolveram me lançar de candidato a vereador, e eu não queria. Então elas fizeram a comissão, comissão de mulheres, a Vera, tinha a Carla. [...] Então

---

<sup>157</sup> Idem.

falavam comigo que pra mim aceitar e largar o resto por conta delas. [...] Aí eu pedi um prazo. Cinco dia de prazo. Dentro de cinco dia, você sabe como é, chega um, chega outro... vai esquentando o caldeirão, né? [...] Vai esquentando a panela; aí vão colocando fogo e depois 5 dia eu respondi pra eles que aceitaria, mas que eu não mexeria com nada, eu não pediria um voto pra ninguém.<sup>158</sup>

Dialogando com Maurice Halbwachs, apelamos aos tesmunchos para fortalecer, debilitar ou então para complementar “o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma”<sup>159</sup>, mesmo que tenhamos participado dele diretamente. Ao compor suas memórias, seu Pompeu recorreu à dona Genoveva e ao nome de outras mulheres da fábrica. No seu relato, elas aparecem como testemunhas de que ele não queria se envolver com a política, e que, diante do apelo e do apoio recebido pela “comissão de mulheres”, ele aceitou.

Em 31 de março de 1964, ele estava em Belo Horizonte para participar das eleições na sede da Federação dos Tecelões quando foi preso. Passou quase 3 meses preso, primeiramente em Belo Horizonte e depois Juiz de Fora. “[...] cassaram tudo, entendeu? É a mesma coisa que você está vestido e te rouba tudo! Veio a equipe do DOPS... pra me enquadrar.”<sup>160</sup> A medida em que seu Pompeu recompõe as suas reminiscências, afloram sentimentos de injustiça e de impotência, conjugados com a não aceitação da usurpação de seus direitos políticos pelo golpe militar de 1964. Ele enfatiza que se dedicou, como sindicalista, à luta pelos direitos da sua classe, “[...] eu fui um cara que fiz tudo o que pude pra classe que eu representei e esqueci de mim”<sup>161</sup>. E sentiu-se ultrajado nos seus direitos. Além da sua candidatura ganhar o respaldo das companheiras da fábrica, ele teve o reconhecimento das urnas, como ele mesmo narra num tom de orgulho:

Eu tenho modéstia à parte, eu tenho uma história invejável na vida pública, então eu vou te relatar o porquê que a história não vai repetir o que aconteceu comigo. Eu fui o vereador mais votado da história de Itajubá sem pedir um voto pra nem um eleitor, nem um eleitor. Quando abriu 3 urnas eu tava eleito.<sup>162</sup>

---

<sup>158</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 28/07/06.

<sup>159</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2004, p. 29.

<sup>160</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 20/05/06.

<sup>161</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 28/07/06.

<sup>162</sup> Idem.

### 3.2 “Ir pra e vir pra cá”

Na fábrica Codorna, quem efetuava as trocas das espulas nas lançadeiras eram os operários, manualmente. A lançadeira é uma peça do tear, que contém uma bobina (canela), na qual se enrola o fio da trama, e com a qual o tecelão faz correr o fio da trama entre os da urdidura.

Mas o início do processo de fabricação do tecido de algodão se dava com a abertura dos fardos de algodão e as plumas eram colocadas manualmente no batedoro para fazer a limpeza do algodão e que, depois de limpo, era enrolado em mantas com eixos de aços. A operação seguinte consistia na fiação cujos fios eram produzidos por um processo em que o algodão em pluma era penteado para que as fibras naturais fossem orientadas numa mesma direção.

A fiação pode ser realizada através de dois processos básicos: os filatórios convencionais a anel e os *open-end* com rotores. Na fábrica de tecidos Codorna, a fiação utilizava os filatórios convencionais. Nestes, as maçaroqueiras estiram as mechas e realizam uma pequena torção que logo em seguida sofre uma outra torção; nesse momento, ocorre uma nova limpeza da matéria-prima. Uma vez formado os fios, eles são enrolados em cones.

A tecelagem é a etapa seguinte. Nela é que ocorre a transformação do fio em tecido. Fabrica-se um tecido entrelaçando dois conjuntos de fios dispostos em ângulo reto. Os fios transversais constituem-se a trama e os longitudinais, a urdideira. As fibras da urdideira são colocadas no tear e tensionadas formando uma superfície de fios paralelizados. Na fabricação de tecidos simples, como era o caso da Codorna, levanta-se um fio sim, outro não e, com a lançadeira, passa um fio da trama pelo buraco. Posteriormente, um pente aperta o fio da trama contra o da trama anterior.<sup>163</sup>

---

<sup>163</sup> “A tecelagem compreende dois setores: A preparação à tecelagem consiste em uma série de operações, seja por mudança de embalagem, por tratamento físico-químico e outros, que colocam os fios em condições de sofrerem o processo de tecimento. A tecelagem propriamente dita é a transformação do fio em tecido, através de operações de tecimento. Para conseguir-se a passagem da trama entre os fios de urdume (cala), utiliza-se o elemento chamado porta-tramas. Dentre eles o mais conhecido é a lançadeira. Os movimentos básicos para o tecimento são: Abertura da cala, Inserção da trama e Batida do pente. Para formar um tecido no tear, somos obrigados a formar uma cala. Para conseguir lançar uma trama somos obrigados, através de liços, excêntricos e outros meios, dividir os fios de urdume e, conforme o desenho, criar a ligação. Os fios de urdume levantados são denominados cala de cima e os fios abaixados, cala de baixo. Dentro desta cala lança-se o fio de trama através de uma lançadeira que possui uma espula na qual foi enrolado fio de trama. Esta lançadeira vai de um lado para o outro atravessando a cala e deposita aí a trama. Posteriormente esta trama é empurrada pelo pente para frente encostando-a no tecido já formado. Após cada trama lançada forma-se uma nova cala.” Glossário: O setor têxtil. Fonte: Cia. Hering.

Quando pedi para dona Genoveva descrever o processo de fabricação do tecido, ela descreveu apenas o processo na tecelagem:

[...] primeiro ia na urdideira. Parecia assim uma gaiola assim e botava os carretéis todos ali. Depois na que na frente tinha máquina, aí tocava a máquina, a máquina ia enrolando nos rolos desse tamanho, o fio... enrolado. Ficava, enchia aquele enrolava um outro. E fazia diversos tipos. Fazia pano branco, pano assim... falava riscado, sabe? Ia pro Paraná, esses pano aqui era muito grosseiro, sabe? E... de lá da urdideira ia pra engomadeira. Aí passava lá pra engomar os fios, enrolava num outro rolo menor. E da engomadeira ia pra remessa, pra passar nos liços os fios. E da remessa que vinha pra tecelagem.<sup>164</sup>

Ao contrário, seu Pompeu descreveu desde o início quando a matéria-prima era trazida do Paraná pelo trem e era desembarcada dentro do pátio lateral da fábrica onde tinha um desvio dos trilhos que levava o vagão carregado de algodão. No decorrer das suas narrativas, ele foi descrevendo todo o processo de fabricação do tecido. Depois de desembarcado, o algodão era batido e enrolado, dali ele ia para as cardas onde saiam os fios mais grossos. O passo seguinte era o passador

[...] do passador, ele ia pra maçarqueira, maçarqueira grossa. Eu trabalhei nessa maçarqueira por muitos anos e dessa maçarqueira grossa [...] ia pra maçarqueira média, da minha máquina que eu trabalhava da grossa, ia pra média... da média, ia pra maçarqueira fina [...]<sup>165</sup>

Logo em seguida, as espulas, também chamadas de canela, eram enchidas. Seu Pompeu relata o processo de forma minuciosa:

[...] enchia a canela fina e a canela grossa, a canela fina ia... saía dali e ia direto pra tecelagem, para colocar.... na lançadeira. A lançadeira era uma peça de madeira que corre por dentro do tear pra lá e pra cá. Joga pra lá e joga pra cá, então... era um circo até acabar ... a espula. Chama espula depois que enche aquela canela de fio, aí passa a chamar espula, então ali já saía o pano... xadrez. Agora a outra maçarqueira grossa, quando botava o fio numa canela mais grossa, saía a espula mais grossa, aquilo ia pra uma seção... ia pra uma máquina que chamava e chama em qualquer lugar que tiver, chama urdideira. A urdideira... as meninas da urdidideira, a urdideira não é muito não... é 10 só que tem, tinha... então ali faz, sai uns rolo grande, desse rolo grande passa na engomadeira, dessa engomadeira saía preparado ali... ali é que sai os rolo ... pra ir pra tecelagem. Os rolo é colocado atrás do tear...conforme o tear vai rodando, o rolo vai desenrolando... e ai já sai o pano conforme eu citei agora mesmo. Aí depois desses fios de fabricação que eu acabei de citar, já sai o pano daí o pano, vai para a tinturaria, da tinturaria, aí ele sai e vai para a sala de pano, da sala de pano, já sai preparado pra indústria, já sai em ponto de venda pra indústria [que] encaminha ele pra...pra...mandar pra firmas que compra o tecido.<sup>166</sup>

<sup>164</sup> Genoveva Barros Cainé. Entrevista concedida em sua casa, em 17/09/05.

<sup>165</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 20/05/06.

<sup>166</sup> Idem.

Segundo seu Pompeu, a maior parte dos tecidos produzidos eram vendidos para os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Ele foi contratado para guardar os bens da massa falida<sup>167</sup> quando a fábrica fechou em 1966 e testemunhou, segundo ele, a chegada de cartas desses Estados pedindo encomendas de tecidos. Para ele, a fábrica não fechou devido ao seu maquinário obsoleto, porque os tipos de tecidos que produzia tinha mercado garantido. Assim ele relata:

Depois que fechou, [durante] 6 meses continuou chegando pedidos. Então, ficou provado por a mais b e mais c que não foi por causa do maquinário obsoleto, de jeito nenhum! Porque naquela época, o povo que trabalhava nas lutas no campo, usava aqueles panos... aqueles panos que num era bonito, mas era pano resistente. Aquele povo que trabalha na roça, companheiros que trabalha na roça [...] não pode botá pano fino no corpo, porque o serviço de roça é um serviço pesado.<sup>168</sup>

Partindo de algumas reflexões de Margareth Rago, o mundo da produção fabril, é apresentado pelo capitalista como um mundo harmônico entre capital e trabalho. O ritmo imposto sobre o trabalho do operário, a forma como a produção é organizada, a divisão social do trabalho e os regulamentos do trabalho devem ser entendidos e aceitos pelo trabalhador como algo natural, inerente ao processo produtivo e não como uma vontade pessoal de um patrão despótico.<sup>169</sup> Nesse sentido, o trabalhador é apenas um adendo à máquina e não restaria muita coisa a ser feita por ele, a não ser alimentá-la e vigiá-la. Ele se torna mais uma peça dentro do processo produtivo e que, a qualquer momento, pode ser descartado. Como relata dona Genoveva, “Era as máquinas que teciam, né? A gente ligava as máquinas e ficava olhando. Quando acabava, é que, aquela espula, a gente, já tinha outra, aí jogava a outra, sabe? Estava sempre enchendo essas, essas espulas pra poder tecer o pano”.<sup>170</sup> Dona Genoveva: por quase 30 anos em que trabalhou na Codorna, alimentava e vigiava atentamente de 2 a 3 máquinas nos seus movimentos infinitamente repetitivos de “ir pra lá e vir pra cá”. Quando as espulas esvaziavam-se, tinha que trocá-las pelas cheias. O fato de “olhar a máquina” está longe de anular o caráter de exploração do trabalho à qual era submetida dentro da fábrica. Pelo contrário, como ela mesma completa: “Eu não ia lá fora, ficava só trabalhando,

<sup>167</sup> Ver os Autos do Processo da Ação Declaratória para o reconhecimento da relação jurídica havida entre os operários da Companhia Industrial Sul Mineira e os seus proprietários. 1ª. Vara Civil da Comarca de Itajubá. Processo n. 3268.

<sup>168</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 20/05/06.

<sup>169</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 19.

<sup>170</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

sabe? Então, eu fazia quase uma peça por dia. Fazia quase 100 metros de pano em cada máquina. Fazia.”<sup>171</sup> Ela ganhava por produção, se produzisse menos, receberia menos, “Tinha gente que demorava, porque eles ficava, parava a máquina, ia bater papo lá fora, né? Que ali quem tava trabalhando, que ganhasse mais, recebia mais, né?”<sup>172</sup> Quase todo mês, ela ganhava prêmio por maior produção.

Eles davam... um dinheiro a mais pra gente, sabe? Eu não me lembro quanto que é, mas eu tinha o primeiro, o segundo, o terceiro, até o quinto lugar. O primeiro prêmio era mais dinheiro... o segundo ia descendo, era isso. [...]

Todo mês. Todo mês tinha. A que ganhasse mais, ganhava mais um pouquinho, né? Era pouquinho, era bom... tava bom, tava bom.<sup>173</sup>

O corpo do trabalhador é moldado a partir da máquina, que também determina a velocidade e a intensidade do ritmo do seu trabalho, e os gestos que ele vai esquadrihar, de forma repetitiva e cotidianamente, também são determinados pela máquina.

“A máquina é um instrumento de disciplina cujos efeitos precisam ser vistos concretamente: materialmente no espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador [...].”<sup>174</sup> Ela contribuiu para fixar o trabalhador no chão da fábrica. Foucault fala que o “momento histórico das disciplinas é o momento que nasce uma arte do corpo humano”<sup>175</sup>, que tem por objetivo aumentar as suas habilidades, aprofundar sua sujeição, estabelecer uma relação onde esse corpo ao mesmo tempo se torne mais obediente e mais útil, extraindo desse corpo o máximo possível de energia e canalizando-a para a eficácia de uma maior produtividade. O trabalhador não deveria dispersar energias em conversas com outros trabalhadores e nem abandonar sua máquina, o que comprometeria todo o resto da produção. A máquina, na unidade fabril, impõe o seu ritmo e denuncia para o patrão a negligência daquele que a opera.

Nesse sentido, o pagamento em dinheiro por produtividade, os horários da entrada e da saída, os horários para o almoço, as penalidades pelos atrasos e pelas ausências do trabalhador “definem as modalidades do exercício do poder e

<sup>171</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 24.

<sup>175</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 119.

traduzem a tentativa da racionalidade burguesa”.<sup>176</sup> São elementos importante na constituição das relações de poder presentes no interior do processo produtivo moldando o tipo de relação entre o capital e o trabalho.

Através do depoimento de dona Benedita, podemos perceber a introjeção no “coração” e na “mente” do trabalhador da ideia de quão natural seria a relação operário-máquina. Ela nos relata que em 1951 perdeu um dedo quando foi fazer a limpeza da máquina em que trabalhava. Na sua percepção, o que aconteceu foi um descuido e não uma falta de proteção contra os acidentes de trabalho que são comuns.

Porque eu cortei o dedo em 51. Estava esperando o Waldir, o mais velho. Eu estava grávida dele. Eu cortei o dedo em abril e ele nasceu em novembro. Foi descuido, né? Limpeza da máquina. Fui limpar a máquina, pegar um pano em baixo e a engrenagem pegou.<sup>177</sup>

O ano e o mês em que isso aconteceu, ela consegue precisar porque estava grávida do filho mais velho. E foi, em parte com o dinheiro da indenização a que teve direito, que conseguiu comprar um terreno para construir a sua casa.

Aí, esse dinheiro desse dedo ficou guardado [...] anos porque eu fiz a casa em... 53? É, porque o menino nasceu em 51. Aí que eu fiquei sabendo que tinha um dinheiro guardado no meu nome. Aliás, era meu mas no nome da fábrica, né? De acidente de trabalho. Aí é que eu fui saber, tinha mesmo. O menino já tinha até nascido, eu morava até na minha sogra. Aí eu falei pra ele [ para o marido ]: “Ah! Vamos fazer”. Aí fui lá e tinha dois mil. Aí fui falar com ele [Wenceslau Braz]. Ele perguntou se eu tinha dinheiro e eu disse que não tinha não, mas eu trabalho e pago o senhor com o meu ordenado. Naquela época era o que eu ganhava. Não. Eu ganhava 800 mil réis e eu tinha que pagar 500 mil réis. Aí ele falou: “Você me dá os dois mil e você me paga 500 mil réis por mês.”<sup>178</sup>

Dona Genoveva associa a cesariana malfeita e o esforço que fazia ao trabalhar nas máquinas com o sério problema de saúde que teve. Por causa de seu tamanho, tinha que esticar as pernas e os pés para emendar os fios. “Eu não alcançava direito as máquina, sabe?”<sup>179</sup> Esse movimento constante fazia com que sua barriga fosse pressionada contra a máquina. Segundo ela, isso acabou trazendo sérias consequências para a sua saúde.

---

<sup>176</sup> RAGO, op. cit., p. 23.

<sup>177</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

[...]Tive um filho só. Eu fui operada dele e na hora eles me costurarem, aí costuraram errado, sabe? Costuraram meu útero, minhas trompas, meu ovário, tudo junto. E naquele lugar foi formando um tumor. Depois de vinte anos, eles pensaram que eu estava com tumor na bexiga e num era! Era aquela costura que formou um tumor, costurou tudo junto. Operei em Belo Horizonte. Quatro meses eu fiquei internada, numa semana me operaram quatro vezes. Fui ungida lá, em Belo Horizonte.<sup>180</sup>

Eu tenho muita história, bem, pra contar. Xiii!!! Um dia é pouco!\_Quatro meses internada no hospital São Francisco, lá.

Ela relata que, por conta disso, ficou 2 anos afastada do trabalho e quando retornou, a fábrica fechou. Para completar o tempo de trabalho e poder se aposentar, foi trabalhar como servente na limpeza do Hospital Escola que estava sendo construído na cidade. “Depois eu voltei. Voltei, trabalhei mais dois anos, aí a fábrica fechou. Aí fui terminar no hospital. Era um ano e pouco que faltava pra aposentar. Aí eu trabalhei lá, e aí aposentei pelo hospital. Depois eu num trabalhei mais. Eu já tinha trabalhado muito.”<sup>181</sup>

Outras histórias do seu tempo vivido foram descortinadas ao se lembrar de tal fato. “Lembranças puxam lembranças”, esse é um dos trabalhos que a memória realiza. Seguindo os esteios de Jacy Alves,

[...] toda lembrança se transforma à medida que se atualiza e, ao fazê-lo, enriquece e desenvolve a percepção atual que, por sua vez, atrai um número crescente de lembranças complementares, podemos avaliar a elasticidade e a tensão constitutiva desses campos ou espaços da memória.<sup>182</sup>

A lembrança da máquina impondo um gesto repetitivo ao seu corpo, a cesariana no nascimento do filho, os dias de sofrimento no hospital em Belo Horizonte, onde chegou a ser desenganada pelos médicos, o fechamento da fábrica e a sua aposentadoria (re)compõem suas reminiscências revelando aspectos qualitativos. Partindo do tempo presente, ela se deu conta de uma vida inteira.

### 3.3 “Eles foram um pai, sabe?”

Um outro elemento importante para garantir o ritmo e a disciplina do processo fabril era a presença do contramestre no chão da fábrica. Ele tinha a função de vigiar os operários, além da função técnica, regulando, consertando e alimentando as

---

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? In: *Projeto História*, 24. São Paulo, EDUC, 2002, p.45-46.



máquinas. A relação operário e patrão era mediada pela figura do contramestre dentro do processo de organização hierárquico fabril. Exerciam funções que exigiam “conhecimentos técnicos ou exercício de mando”<sup>183</sup>, prioritariamente eram homens e recebiam os salários mais elevados da fábrica. Nas relações sociais que estabeleciam dentro do universo fabril, o contramestre se identificava muito mais com a defesa dos interesses do patrão do que com os interesses dos operários. Mesmo porque o seu lugar na fábrica e no posto de contramestre partiam dessas premissas.

Dona Genoveva lembra da boa relação que mantinha com o seu contramestre. Na sua percepção, ela relata que existia inveja por parte das outras operárias, porque algumas ganhavam mais do que as outras. “Por causa que uma ganhava mais que a outra, sabe? Isso era inveja. E aí falava que o contramestre protegia a gente, sabe? Era uma bobeira que tinha, sabe?”<sup>184</sup>

Já o depoimento de dona Odete coloca em evidência que a convivência entre operário e contramestre era acompanhada de ressalvas. Nem sempre o contramestre era bem querido pelos operários, como bem podemos perceber:

Tinha [o] Francisco Ferreira, Chico Ferreira, ele era muito ruim. [...] Ele era contramestre. Ele era muito ruim pro povo, sabe? Ele era muito desumano. E quando ele morreu... muita gente não quis ir ao enterro. Soltaram o povo pra ir no enterro, foram embora pra casa. Não quiseram nem ir no enterro. Tão ruim que ele era. Todo mundo tinha mágoa dele.

[...]

O povo era danado! Mas era muito vigiado. Inclusive uma amiga minha que sempre tá aqui, não sei se você já viu ela por aqui... ela chama Dita. Ela já tomou até um chute na bunda do contramestre.

Tinha médico... tinha os remédio... lá fazia os remédios. Naquele tempo fazia cápsula, fazia xarope. Aí quando a gente ia... quando a gente perdia o dia no serviço, perdia o remunerado, né? Perdia o domingo. Ah! Chegava segunda-feira, a gente depois chegava lá e falava que tava com cólica, que num tava aguentando mais.... eles tacavam Salabar na gente. Eles sabiam que a gente... era de mentira, né? E aí era o dia inteiro no banheiro. [...] A Dita conta isso.<sup>185</sup>

Quando dona Odete exclama “O povo era danado!”, provavelmente ela esteja se referindo às resistências “ocultas” do operário no cotidiano de trabalho, como as constantes idas e demoras no banheiro, a fuga para dar um trago no cigarro, o não comparecimento ao trabalho e a “matação” do tempo de trabalho mesmo na frente

<sup>183</sup> MATOS, op. cit., p. 88.

<sup>184</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>185</sup> Odete Sales Abranches. Depoimento concedido em sua casa, em 30/07/04.

das máquinas. Algumas dessas situações foram trazidas pelo seu Pompeu, pois muitas vezes, era o gerente que pessoalmente vigiava o operário:

[...] no pátio a gente vinha tomar sol escondido, os mais frientos e os mais vivos vinham pra cá. [...]

Tinha o banheiro e o pessoal ficava um tempão fumando e batendo papo. Lá dentro, não podia [fumar] porque ficava o algodão. O Nato Pereira, o dia que ele ficava bravo, saía arrastando o pé e o pessoal que ficava no banheiro desaparecia todo mundo. O porteiro que trabalhava aí Sebastião Daniel... o dia que o homem ficava nervoso ele também resolvia dar de Nato Pereira e jogava água... O dia que o homem estava feroz, o Sebastião molhava aquilo ali [o banheiro]. No dia de frio, uma friagem danada... naquele tempo usava um chinelo de corda... tinha azul... a maior parte do operário aqui usava aquele chinelo. Eu não posso nem lembrar daquele chinelo que dava um chulé... Ficava molhado quando o homem molhava aquilo ali.<sup>186</sup>

Apesar de ser constantemente vigiado, o operário sempre dava um jeito de reinventar resistências diárias ao trabalho alienante da produção fabril. Nessa luta diária, ele subvertia a “ordem” imposta pela ideia da racionalidade do capital. O cotidiano fabril acabava-se revelando num espaço onde a relação capital e trabalho está longe de ser harmônica. Como punição de ter “matado” o trabalho, tinha o “Salabar”. Só que as punições que os trabalhadores recebiam, ao “subverterem a ordem”, não se limitavam apenas ao “Salabar”.

Dona Genoveva, num tom de quase arrependimento, recompôs suas lembranças da época em que se envolveu com a política. Ela era do PTB e participava das reuniões do partido, dos comícios, fazia campanha de apoio aos candidatos do partido, como o apoio dado ao seu Pompeu nas eleições municipais de 1962. Na fábrica, às vezes, participava de movimentos reivindicatórios com o objetivo de pedir para que comprassem um algodão de melhor qualidade, pois algumas remessas da matéria-prima arrebetavam constantemente. Além disso, diz ter participado de algumas greves reivindicando aumento salarial. Mas Fortunato Pereira, o gerente da Codorna, não era da “mesma política” que a dela. Como ela mesma diz nos relatos: “[...] fui contra o meu patrão, né? Se era duma política, fui da outra política. E aí eu não tinha direito em remédio, dinheiro emprestado. Eu não tinha direito não. Eles proibiram de dar o remédio pra mim, sabe?<sup>187</sup> Hoje, ela diz não entender por que fez isso na época, afinal, na sua percepção, os patrões e a direção da fábrica eram bons e atribui a sua atitude à imaturidade da juventude.

<sup>186</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 20/05/06.

<sup>187</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

Olha bem! Não sei porque. Eu, eu era assim mocinha nova, eu tinha meu emprego, eu não precisava de... Não sei é... Diz a minha mãe, que minha madrinha me batizou, ela era política. Dizem que voga as madrinhas, é verdade? O povo fala, né? Então, num sei. Na minha família ninguém era não, só eu. Minhas irmãs não eram não! Entrei na política mesmo.

[...] ele [o gerente da fábrica] mandou me chamar e falou assim: “Escuta, por que você participa... dessas greves? Melhor pano que tem aqui é seu. Melhor produção é sua. Por que você fica acompanhando esse pessoal que não quer. Eles não querem trabalhar. Eu falei: “Ah! Eles me convidam e aí eu... eu, eu acho que meu direito vim.” “A senhora não precisa disso!”. Era a cabeça minha, né? Que eu não precisava. Mas eles me chamavam, eu parava minha máquina, e aí ia eu junto com eles, sabe?”<sup>188</sup>

A recomposição de suas reminiscências vem acompanhada de um tom de aconselhamento pelo patrão. A figura do patrão é percebida como um pai que zela pela sua filha, dá conselhos, procura saber o que está acontecendo. Afinal, apesar de ter tido a sua confiança traída, ele conhece a filha obediente que tem, cumpridora das suas obrigações. Ele fez a parte dele e determinou o castigo: suspendeu os remédios e a possibilidade de emprestar dinheiro, mas ela merecia uma nova chance. “Eles foram pai, sabe? Eles foram pai dos operários. Gente boa mesmo, viu?”<sup>189</sup> O que reforçava essa percepção era o fato de a fábrica, antes mesmo de ser obrigatório o pagamento do 13º salário, pagar no final do ano as “Boas Festas” a todos os trabalhadores da Companhia Industrial Sul Mineira<sup>190</sup>, de vender terrenos “baratinhos” para os seus funcionários e de cobrar um aluguel modesto, segundo os antigos trabalhadores das casas que alugavam. Para os depoentes, foi isso que levou a fábrica à falência. Essa percepção do patrão-pai também está presente nos relatos de dona Benedita, dona Odete e do seu Pompeu.

Aí depois das lei começou ter férias, começou ter férias, ter direito, eles num davam, não era 13º não. A Companhia dava, como é que chama? “Boas Festas”. No Natal eles davam um dinheiro pra gente, chamava Boas Festas, que num tinha 13º. Num tinha essa lei. Eles davam o que eles queriam dar. Aí os Braz com os Pereira, sabe? Davam essa “Boas Festas” pra gente. Todo fim de ano davam pra gente. Pessoal era muito bom, sabe? Essas casa todas aí foram vendidas por eles. A casa da Guida, aqui foi terreno da Companhia, que comprou, a casa que o meu filho também comprou, a que era da minha irmã, tudo, tudo o que era pasto eles vendiam baratinho pros operários, sabe?”<sup>191</sup>

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem

<sup>190</sup> Só com a Lei nº. 4090, de 13 de julho de 1962, que o salário mínimo foi instituído.

<sup>191</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

Isso nos remete a uma outra reflexão, ou seja, a “prática patronal oscila entre os exercícios da repressão direta e o ‘paternalismo’<sup>192</sup>. Segundo Margareth Rago, não era suficiente o patrão usar a repressão e a punição de forma direta. Ele necessitava manter uma unidade no interior da produção tentando neutralizar as diversas formas de resistências do operariado, por isso lançava mão de algumas concessões, como a instalação de clube, farmácia, casas para a moradia dos operários, assistência médica. Nesse sentido, existia algo de específico que fazia com que as relações de dominação extrapolassem os limites dos portões da fábrica e abarcassem o domínio de todo o tecido social, estendendo-se a todos os aspectos da vida cotidiana.

Segundo Paulo Fernandes Keller,<sup>193</sup> as fábricas com vilas operárias apresentam aspectos do mundo operário que são organizados hierarquicamente a partir das relações de produção capitalistas que se encontram sobre o mesmo controle centralizado a produção fabril, tais como: a moradia, as atividades médicas, religiosas e de lazer, cuja estrutura de poder vigente tem o diretor da fábrica como sua figura central. Os depoimentos colhidos dos antigos operários da fábrica de tecidos Codorna nos trazem a fábrica como sendo o centro de todas as suas atividades laborais e recreativas. A partir das suas múltiplas vivências e experiências, esses antigos trabalhadores percebem as relações sociais no universo da produção como relações de exploração, onde as leis trabalhistas nem sempre eram respeitadas, ou então, que favoreciam muito mais aos interesses patronais, como percebemos na fala de dona Odete,

Olha... tinha, tinha carteira sim, mas só que era uma carteira.. não é tão séria como hoje, sabe? E eles faziam serão à noite, então eles obrigavam a ir, se não fosse no serão eles mandavam embora. Uma lei vagabunda, né?

Então mandava embora sem direito nenhum, acabou, acabou. E tinha que fazer hora extra, era obrigado. Então era essa obrigação, tinha que a pessoa... não podia perder o emprego, porque dependia daquele... trabalho. Trabalhava de dia e depois voltava à noite, pra fazer serão.<sup>194</sup>

Por outro lado, apresentando uma certa ambiguidade na percepção dos antigos trabalhadores, trabalhar na fábrica Codorna poderia garantir a possibilidade

---

<sup>192</sup> RAGO, op. cit., p. 33-34.

<sup>193</sup> KELLER, Paulo Fernandes. Cotidiano operário & complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi-RJ. *Revista Enfoques on line*. Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, edição – v. 5, n.1, mar. 2006.

<sup>194</sup> Odete Sales Abranches. Depoimento concedido em sua casa, em 30/07/04.

de ter onde morar, em uma casa própria ou pagando um aluguel, ter carteira de trabalho assinada e de poder usufruir das atividades de lazer proporcionadas pela direção da fábrica. Como diz dona Benedita: “Aqueles casas todas eram da fábrica. Cada qual agora é dono da sua. Acabou que aposentou, comprou, ganharam. [...] Nós tínhamos um pouco de regalia.”<sup>195</sup>

Mas, à medida que compõem as suas reminiscências e que vão detalhando suas lembranças, podemos perceber as dificuldades que enfrentaram para adquirir a casa própria. dona Benedita ainda relata que foi com o dinheiro que recebeu da indenização do acidente de trabalho que ela conseguiu comprar o terreno. Foi falar, pessoalmente, com Wenceslau Braz, o dono do terreno.

Aí ele falou: “Olha minha filha, tá muito difícil terreno, mas eu vou achar pra você, viu? Você escolhe qual que você quer. Tem este e tem outro ali da frente.” Aí voltei lá e disse que tinha escolhido ficar aqui. Ele me passou a carta e me deu um prazo para pagar por mês um tanto, todo mês... demorou pra eu terminar de pagar o terreno... [...] E aí nós construímos devagar... casa ruim, tudo... nós construímos.<sup>196</sup>

Até então, ela morava com a sogra, só que com a chegada dos filhos, a família foi aumentando e a casa começou a ficar pequena. Ao comprar o terreno, começou a construir sua casa com muito sacrifício.

Para dona Genoveva também não foi fácil construir a sua casa.

Trabalhava um ano inteirinho sem perder uma hora, sem perder um dia, bem. Durante esses anos, eu falhei com a Codorna, quando eu operei, aí que eu falhei. Mas antes, não. Tirava férias trabalhando, só tirava em casa quando dava férias coletiva. E já trabalhando, eu ainda tirava um dinheiro e dava uma arrumadinha na minha casa. Com esse dinheiro, sabe? Então não tirava as férias assim em casa. Com esse dinheiro eu fui fazendo a minha casa. E com a ajuda dos companheiros, né? A minha casa foi feita de “ajutório”.<sup>197</sup>

Depois de comprar o terreno, construiu a casa apenas com o salário que recebia e com a ajuda dos colegas que trabalhavam na fábrica. Vendia as férias para comprar o material de construção e não faltava um dia de trabalho. Foi com uma vida toda dedicada ao trabalho que conseguiu realizar seu sonho.

Seu Pompeu também só conseguiu comprar a sua casa “trabalhando, lutando.”<sup>198</sup> Depois que saía da fábrica, pegava a bicicleta e ia vender rádios. “Eu trabalhava na fábrica, e saía da fábrica, eu montava na bicicleta e botava um rádio

---

<sup>195</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>198</sup> Pompeu José Antônio. Depoimento concedido na casa de sua filha Neide, em 28/07/06.

nas costas; era “agenciador” de rádio. O dono dos rádios era [meu] compadre. Então cada rádio que eu vendia eu tinha uma porcentagem.”<sup>199</sup> Diz ter comprado a casa à vista com o dinheiro que pegou emprestado com um primo e que, com a venda dos rádios, conseguiu pagá-lo em pouco mais de um ano.

Esses depoimentos mostram o quanto estava longe a bondade do patrão, apesar de não ser essa a percepção dos antigos operários. Suas lembranças se ajustam, de alguma forma a autoimagem paternalista construída por alguns industriais visando ao reforço de sua autoridade, assentada na figura do pai, objetivando a integração do trabalhador no processo produtivo.<sup>200</sup> A imagem do pai-patrão foi compartilhada pelo grupo social dos antigos trabalhadores da Codorna.

Nesse sentido, o cinema, o clube operário, a igreja, a assistência à saúde do trabalhador, os churrascos oferecidos pela fábrica no Dia do Trabalho e outras atividades ligadas ao lazer foram experimentadas e percebidas como algo para proporcionar o bem-estar dos trabalhadores. Como diz dona Benedita: “Nós tínhamos um pouco de regalia. Tínhamos cinema, clube, hospital, maternidade. Fizeram maternidade e tinha tudo de graça, na Santa Casa era tudo de graça! A fábrica dava aos funcionários dela um certo conforto em tudo que precisasse.”<sup>201</sup> Ao (re)elaborar suas memórias, sua fala indica que a direção da fábrica estava sempre preocupada em oferecer o que era de melhor para os seus trabalhadores. Essa também foi a percepção de dona Genoveva:

Tinha o cinema Para Todos. Mas ele dava ingresso pra ir lá na cidade, sabe? E aqui no Para Todos eles [os outros] compravam ingresso, sabe? O Apolo era um cinema melhor, então eles davam uma coisa melhor pra nós. A gente ia aqui porque queria ir. Comprava, quando tinha filme bom a gente ia aqui, né?<sup>202</sup>

O “melhor”, segundo dona Genoveva, que poderia ser oferecido para o trabalhador da fábrica pelos seus patrões, era o Cine Apolo que ficava na praça central da cidade e se apresentava como um ambiente mais requintado. Segundo Armelim Guimarães, o Apolo marcou uma época importante do teatro em Itajubá. Nele foram montadas importantes companhias teatrais do país, como Mazzaropi e sua Companhia de Comédias, em 1936; Tournée Martins Pena, em 1940, Companhia de Procópio Ferreira, em 1952, e Companhia Dramática Luís Iglesias.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> RAGO, op. cit., p. 32-36.

<sup>201</sup> Benedita de Lourdes Fernandes. Depoimento concedido em sua casa, em 15/01/07.

<sup>202</sup> Genoveva Barros Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

Além disso, foi palco para orquestras, como o Cassino de Sevilha, para Corais, humoristas e cantores populares, como Vicente Celestino, Carlos Galhardo. Era o local de concertos, de recitais e de formaturas. Já o Cine Para todos, localizado em frente à Codorna, era mais frequentado pelos operários da fábrica e pelas suas famílias.

Dona Odete lembra com prazer dos filmes a que assistia no Para Todos e das “fitas em série”, “[...] era igual aí, da televisão [...], passava as séries no cinema e a gente seguia”<sup>203</sup>. Lembra também da sessão do “troco”, da sessão do “operário”, da sessão do “pão-duro”.

[...] você tinha que levar trocado. Setenta, setenta ou vinte, sei lá o que era. Eu sei que era um dinheiro trocadinho. Sessão do “troco”. Eles não voltavam troco. [...] A gente tinha que arrumar os “troquinhos” o dia inteiro pra ir trocado e pagar, se passasse não voltavam... eles não voltavam. Tinha a sessão do “troco”, a sessão do “operário”... a sessão “pão duro”, que era segunda-feira... o dia mais barato era segunda-feira e tinha filme de cawboy.<sup>204</sup>

Na “sessão do operário”, quem trabalhava na Codorna ganhava ingresso, “nós tinha direito a um dia da semana”.<sup>205</sup> E completa: “A única coisa que a gente tinha de divertido na... na vida, era o cinema”.<sup>206</sup> Mas, quando perguntei sobre os bailes no Clube Operário, sua fala encheu-se de uma entonação carregada de dinamismo e as lembranças da sua juventude a remeteram a um período em que ela, a filha caçula da casa, era protegida pelos irmãos mais velhos.

[...] Nossa Senhora, era uma delícia! No começo eu frequentava escondido, porque meus irmãos ficavam de olho em mim, naquele tempo, né? Aí eu ia dançar lá, mas não dançava perto da janela, porque às vezes passava um deles lá, e podia me ver, né? Dançava mais lá pro canto. Eles não gostavam... Oito horas já começava o baile. Meia noite terminava, onze horas, dez horas, eu já ia embora pra casa. Era divertido.. Ah! Levei uma mocidade muito gostosa na Codorna!<sup>207</sup>

Dona Genoveva frequentou os bailes no Clube Operário onde gostava de dançar samba.

Então eu dançava muito bem. Eu nem tamanho tinha mas os moços brigavam pra dançar comigo, viu menina? Então ganhei um aparelhinho de... naquele tempo usava cálice pra tomar, como é que fala, licor, né? Era licor. Então eu ganhei um joguinho

---

<sup>203</sup> Odete Sales Abranches. Depoimento concedido em sua casa, em 30/07/04.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Idem.

daquele. O baile começava 8 horas, quando era meia noite, falava assim: “É a última”. Não precisava pedir que não tinha mais não. E as nossas mães sentavam numas cadeiras em volta... eu não ia sozinha não, sabe? As mães é que levavam. Aquele colosso de velha assim sentada lá no clube, sabe?

Aí casei e logo fiquei grávida, né? [...] Como nove meses e oito dias já tive meu menino. Não aproveitei mais nada.<sup>208</sup>

A Igreja de São José Operário, no bairro Boa Vista, emerge nas falas dos antigos trabalhadores, como uma obra que eles também ajudaram a construir. Todos relatam que nos seus “ordenados” vinham um desconto para a colaboração da construção da igreja.<sup>209</sup> Como relata dona Odete: “[...] nós ajudamos a fazer aquela igreja. Descontou do ordenado da gente um pouquinho... durante bastante tempo. Ali na entrada tem um vitral de São José todo colorido... esse vidro colorido que aparece... São José trabalhando, Menino Jesus, Nossa Senhora, foi oferta da Codorna”.<sup>210</sup> A igreja emerge nas suas lembranças como uma obra que ela ajudou a construir com o seu salário que era “descontado todo mês um pouquinho”.

Podemos perceber pelos relatos dos antigos trabalhadores que cada aspecto desses lugares, a fábrica, o cinema, a casa, a igreja, lhes são inteligíveis porque estabeleceram com eles algum tipo de vínculo. Os antigos trabalhadores da Codorna, na recomposição das suas memórias, sempre buscam nesses pontos os alicerces para tecerem as histórias de suas vidas. São lugares familiares porque se constituíram em espaços de relações sociais onde compartilharam experiências comuns de classe e de gênero, onde o contato entre os membros do grupo produziu e reforçou lembranças comuns e gerou uma coesão identitária.

---

<sup>208</sup> Genoveva Cainé. Depoimento concedido em sua casa, em 17/09/05.

<sup>209</sup> Em 1939, foi efetuada a compra de um terreno ao lado dos trilhos da ferrovia. Em 1940, iniciaram-se as obras para a construção do prédio e 1942 foi a sua inauguração. Antes, porém, a igreja tinha sido instalada provisoriamente em um prédio cedido por Fortunato Pereira, gerente da fábrica, em frente à Codorna.

<sup>210</sup> Odete Sales Abranches. Depoimento concedido em sua casa, em 30/07/04.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao ano de 2009 e continuo fazendo o mesmo trajeto para ir trabalhar. Quase todos os dias, passo pela rua Dona Maria Carneiro. E hoje, só com muito esforço, conseguimos identificar alguns vestígios do prédio onde funcionou a fábrica de tecidos Codorna. A parte que pertencia à Receita Federal foi totalmente reformada e transformada em um pequeno *shopping center* inaugurado no final do ano passado.

Vimos como o Conselho de Patrimônio Histórico do município de Itajubá, nos anos de 1997 e 1998, ao tentar por duas vezes tombar a Codorna como patrimônio cultural da cidade, gerou práticas sociais carregadas de tensões e conflitos. Conflitos que foram estabelecidos no interior do próprio poder público que defendiam interesses de diferentes segmentos sociais da cidade.

Através dos depoimentos dos antigos conselheiros, ao mesmo tempo em que despertava o interesse no tombamento do imóvel como forma de aumentar a arrecadação do ICMS para o município, existia o interesse em preservar o bem, porque ele estava numa área cobiçada pelos interesses imobiliários. Na perspectiva do Conselho, fazia-se necessário protegê-lo contra possíveis descaracterizações. Sendo assim, os membros do Conselho de Patrimônio entenderam que o tombamento seria a melhor forma de proteção. Nas suas práticas, elaboraram justificativas atribuindo ao bem valores arquitetônico e histórico. Era importante a sua preservação como patrimônio cultural do município por se tratar de um marco na história de Itajubá. A Codorna atestava o passado “glorioso da cidade”: o período das grandes indústrias movidas a eletricidade do início do século XX, um dos poucos exemplares da arquitetura industrial inglesa, uma das grandes realizações da Companhia Industrial Sul Mineira e a época da projeção política do município no cenário nacional.

Nesse sentido, impedir a descaracterização ou a demolição do imóvel significaria preservar o testemunho desse passado.

Para reforçar esses valores, o Conselho se apoia em uma memória mais organizada, mais institucionalizada. A concepção de história implícita nos argumentos do Conselho foi a da história no estilo “positivista”, laudatória dos grandes heróis e de seus feitos.

Mas, ao recolhermos as reminiscências de antigos operários da Codorna, as memórias que eles constroem em torno da fábrica ganham outros contornos. São memórias do mundo do trabalho incluindo as atividades produtivas e os processos culturais, sobretudo, quando diz respeito a uma fábrica onde ao seu redor se encontravam casas e vilas operárias construídas pela Companhia Industrial Sul Mineira. Nas suas lembranças, ter trabalhado na fábrica foi muito bom. Ganhavam da gerência ingressos para o cinema e para o circo. Frequentavam de graça os bailes no clube. No dia 1º. de Maio, os patrões ofereciam churrascos para os trabalhadores. Podiam morar nas casas construídas pela Companhia pagando aluguéis baratos e, mais tarde, muitos até conseguiram comprar essas casas ou comprar terrenos da fábrica para construir uma.

Ao mesmo tempo, numa relação complexa e aparentemente contraditória, encontramos momentos em suas narrativas em que podemos perceber o quanto era penoso o trabalho cotidiano na fábrica. Trabalho esse que tomava quase todo o tempo de suas vidas diárias. Era o tempo do trabalho que determinava o tempo da casa, do lazer e do descanso.

O trabalho com a história oral possibilitou a (re)laboração das memórias e das histórias de vida desses sujeitos, os antigos operários da fábrica Codorna. Essas outras memórias e histórias não aparecem nas “histórias oficiais” sobre a fábrica. Nesse sentido, trata-se de uma outra história, na qual são incorporadas as experiências de antigos trabalhadores da Codorna.

O propósito da pesquisa não foi celebrar a existência de uma memória em detrimento de outras. Mas sim o de compreender como determinadas memórias são excluídas ou ocultadas por diversas práticas sociais.

O Conselho de Patrimônio Histórico do Município não conseguiu tombar a fábrica Codorna como patrimônio histórico e arquitetônico local, mesmo atribuindo ao imóvel valores ligados à história das elites econômica e política da primeira metade do século XX da cidade. Não foi essa a memória preservada para a posteridade. No momento, o projeto que impera para a cidade é o projeto dos empresários e dos interesses imobiliários locais que, ao definirem o que preservar e o que demolir, também ocultam e silenciam diversas memórias.

Finalmente, como sugestão para futuros trabalhos, poderíamos apontar uma análise sobre a política de preservação empreendida pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico em Itajubá, entre os anos de 1990 e 2000, para uma melhor

compreensão da concepção de história e memória que permearam os seus trabalhos nesse período.

## DEPOIMENTOS ORAIS

### Antigos operários

Genoveva Barros Cainé nasceu em 1921, em Conceição do Rio Verde e com 5 anos mudou-se para Itajubá de onde nunca mais saiu. Começou a trabalhar na fábrica Codorna aos 15 anos, na seção da tecelagem e saiu da fábrica em 1996. É viúva e mãe de um único filho. Depoimento concedido em 17/09/2005, em sua casa, e conversas sem o gravador.

Odete Sales Abranches nasceu em 1928, em Itajubá, onde reside até hoje. Começou a trabalhar na fábrica Codorna aos 14 anos, na seção de fiação e saiu em 1952, para se casar. É viúva e mãe de 5 filhos. Depoimento concedido em 30/07/2004, em sua casa, e conversas sem o gravador.

Benedita de Lourdes Fernandes nasceu em Itajubá, em 1926, onde reside até hoje. Começou a trabalhar na Codorna aos 14 anos, na seção de fiação e saiu da fábrica em 1966. É viúva e mãe de 4 filhos. Depoimento concedido em 15/01/2007, em sua casa.

Pompeu José Antônio nasceu em 1922, em Brazópolis, cidade do sul de Minas Gerais. Mudou-se para Itajubá em 1934. Trabalhou na fábrica Codorna entre 1944 e 1966. Trabalhou na tecelagem, na fiação e em diversas outras seções da fábrica. Foi diretor por duas vezes do Sindicato dos Tecelões de Itajubá. Foi eleito vereador na cidade em 1962 pelo PTB, sendo cassado em 1964. Pai de 6 filhos e, ao ficar viúvo, casou-se novamente. Atualmente mora em Ouro Fino, também no sul de Minas Gerais. Depoimentos concedidos em 20/05/2006 e 28/07/2006, na casa de sua filha Neide.

### Antigos conselheiros

Luiz Eugênio Gaudino Braga nasceu em 1959 em Itajubá. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Taubaté, UNITAU. Foi membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Começou a trabalhar na prefeitura de Itajubá em 1985 e atualmente trabalha na prefeitura de São José dos Campos. Faz parte do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos. Tem um escritório de arquitetura na mesma cidade. Depoimento concedido em 06/09/2008, no seu escritório em São José dos Campos, SP.

Fernando Antonio Pimentel nasceu em 1955, em Belo Horizonte. Mudou-se para Itajubá em 1978 e foi funcionário do Banco do Brasil. Foi diretor do Departamento de Cultura, em 1997, e membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá. Retornou a Belo Horizonte onde atualmente trabalha em uma empresa de segurança. Depoimento concedido em 16/05/2006, em sua casa, Itajubá.

Maurício José Ferreira nasceu em São Paulo, em 1966. Mudou-se para Itajubá em 1968. Formou-se em engenharia civil pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá. Foi diretor do Departamento de Cultura em 1998 e 1999. É escritor e, atualmente, trabalha com projetos de pequenas centrais hidrelétricas. Também é empresário na área de serviços de saúde, limpeza e higienização. Depoimento concedido em 18/05/2006, em sua casa, Itajubá.

## FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

### Documentos escritos

Documentação referente à Ação Declaratória para o Reconhecimento da Relação Jurídica havida entre os funcionários da Companhia Industrial Sul Mineira, Fábrica de Tecidos Codorna e a Massa Falida. Processo n. 3268. 1ª. Vara Civil da Comarca de Itajubá.

Documentação referente à Companhia Industrial Sul Mineira – 1915 e 1945. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Livro de Tombo Histórico do Município de Itajubá, 20 março de 2008.

Processo da Massa Falida da Companhia Industrial Sul Mineira. Ação Processo n. 01/97 – Processo de Tombamento da Antiga Fábrica de Tecidos Codorna da Companhia Industrial Sul Mineira, 1997.

Processo N. 07/98 – Processo de Tombamento da Antiga Fábrica de Tecidos Codorna da Companhia Industrial Sul Mineira, 1998.

### Palestras

DINIZ, João Otero. *Vida e obra de José Armelino Guimarães*. Palestra proferida na Academia de História de Itajubá, s/d.

SÂMIA, José. *Vida e Obra de Pedro de Alcântara Bernardo Guimarães*. Palestra proferida em 1988, na Academia de História de Itajubá.

Imprensa local: jornais

O Itajubá, Itajubá, ano IX, n. 93, 17 maio. 1931

O Itajubá, Itajubá, ano II, n. 183, 19 jul. 1933

O Itajubá, Itajubá, ano XIV, n. 330, 17 jan. 1937

O Sul de Minas, Itajubá, ano XIX, n. 1.024, 20 nov. 1966

O Sul de Minas, Itajubá, ano LII, n. 2.785, 19 set. 1998

Região Sul, Itajubá, ano V, n. 253, 15 mar. 1998

Leis e Decretos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição Estadual de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989. *Constituição Estadual de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MINAS GERAIS. Lei n. 12040, de 28 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Resolução 01/97, de 18 de fevereiro de 1997. Determina os critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS referente ao Patrimônio Cultural dos municípios de Minas Gerais.

ITAJUBÁ. Lei Orgânica do Município de Itajubá.

ITAJUBÁ. Lei de Uso e Ocupação do Solo, 1988.

ITAJUBÁ. Lei n. 1858 de 18 de maio de 1992. Institui o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal e organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Município.

ITAJUBÁ. Lei n. 2103 de 27, de março de 1997. Altera as disposições da Lei 1858/92, que dispõe sobre o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal e dá outras providências.

ITAJUBÁ. Lei n. 2114, de 15 de maio de 1997. Cria o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá e dá outras providências.

ITAJUBÁ. Lei n. 2185, de 09 de junho de 1998. Institui o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico e dá outras providências.

ITAJUBÁ. Decreto n. 3008, de 03 de setembro de 1997. Nomeia os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá e dá outras providências.

ITAJUBÁ. Decreto n. 3047, de 01 de dezembro de 1997. Nomeia os membros do Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá e dá outras providências.

## **FONTES IMAGÉTICAS**

### Fotografias

Reprodução de fotos encontradas no Arquivo da Foto Ótica São José, Itajubá, MG.

Reprodução de fotos a partir das fotos encontradas no Dossiê para o Processo de Tombamento da Antiga Fábrica de Tecidos Codorna da Companhia Industrial Sul Mineira (fábrica Codorna) de 1998.

Reprodução de fotos a partir das fotos publicadas na obra de 1915, *Município de Itajubá. O Sul do Estado de Minas Gerais – notícia descritiva*, de Pedro de Alcântara Bernardo Guimarães. As fotos encontradas nessa obra são da autoria de Pedro Rebello.

## **LOCAIS DE PESQUISA**

Acervo “João Aldano”, da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

Arquivo do Fórum da Comarca de Itajubá

Arquivo Foto Ótica São José

Arquivo do jornal *O Sul de Minas*

Arquivo da Prefeitura Municipal de Itajubá – Prédio Anexo I.

Arquivo da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajubá.

Bibliotecas: PUC/SP e Unicamp.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. "O conceito de história". In: *Obras escolhidas. Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural e o direito à cultura*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- CRUZ, Heloisa de Faria (Coord.). *Cidade. Pesquisa em História 1*. São Paulo, Programa de Estudos de Pós-Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico e Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura de São Paulo, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- Glossário: O setor têxtil. Fonte: Cia. Hering. Disponível em: <<http://www.previ.com.br/pls/portal/url>>. Acesso em: 27 jan. 2008.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura - IPHAN, 2002.
- \_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: *Cidade: história e desafios*. Lúcia Lippi Oliveira (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 dez. 2008.
- GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Theodomiro Carneiro Santiago*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1999.
- GUIMARÃES, Pedro Bernardo. *O município de Itajubá. Sul de Minas Geraes: notícia descritiva*, 1915.



HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBSABAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ICOMOS/BRASIL. Declaração de Xi'na sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do PATRIMÔNIO Cultural. Adotada em Xi'an, China 21 de outubro de 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – março 2006. Disponível em: <<http://www.internacional.icomos.org/charters/xian-declaration.por.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. *Política de Patrimônio. Diretrizes para a proteção do patrimônio cultural mineiro*. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2006.

JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; AZEVEDO, Sérgio de; & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

KELLER, Paulo Fernandes. Cotidiano operário & complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi-RJ. *Revista Enfoques on line*. Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, edição – v. 5, n.1, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/indexmar06.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias – entrevista com Alessandro Portelli. In: *História & Perspectivas*. Revista dos cursos de graduação e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, ns. 25 e 26, jul. 2001. / jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Narrativas orais na investigação da história social. In: *Projeto História 22*. PUC/SP. São Paulo: EDUC, jun. 2001.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência contemporânea*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. *Trama & poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.

PADRÓS, Enrique Serra. *Usos da memória e do esquecimento na História*. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo. O esquecimento da violência. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, ano 2002, n. 4. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/num4/ass02/pag01.html>>. Acesso em: 27 maio 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2008.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente. In: *Revista Projeto História 14*, São Paulo: EDUC, PUC/SP, fev. 1997.

Prefeitura de Itajubá. Site Oficial, 2009. Disponível em: <<http://www.itajuba.mg.gov.br/itajuba.php>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? In: *Projeto História, 24*. São Paulo: EDUC, 2002.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento: economia e Planejamento*. Hucitec e Editora UNICAMPI, 2000.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

TOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

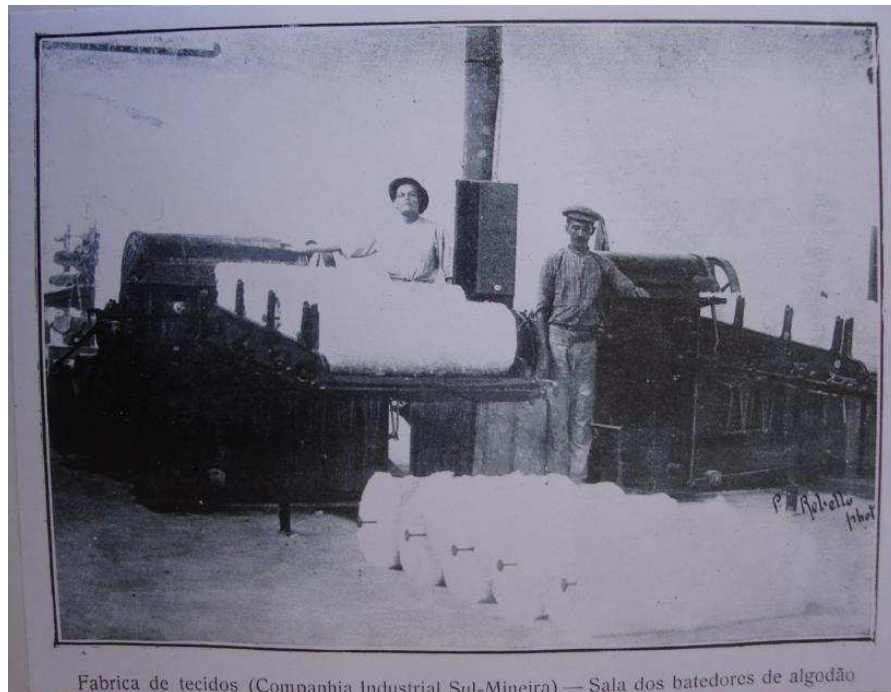
WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

**ANEXOS**

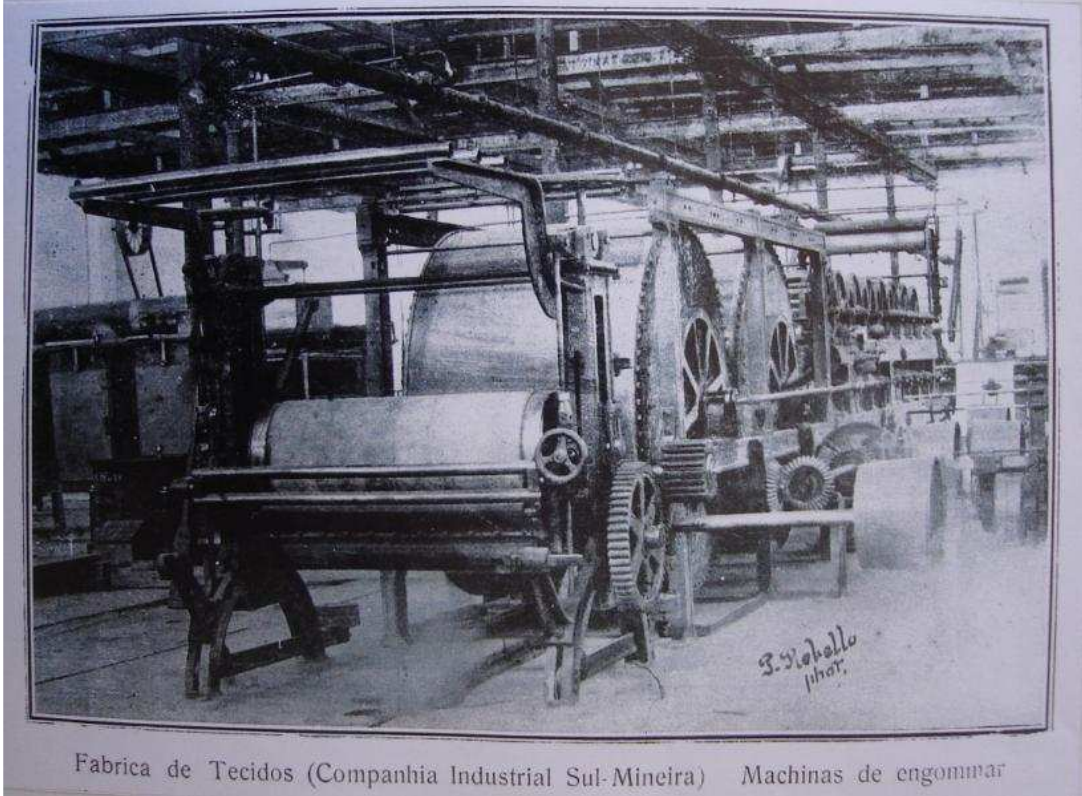
## Anexo A



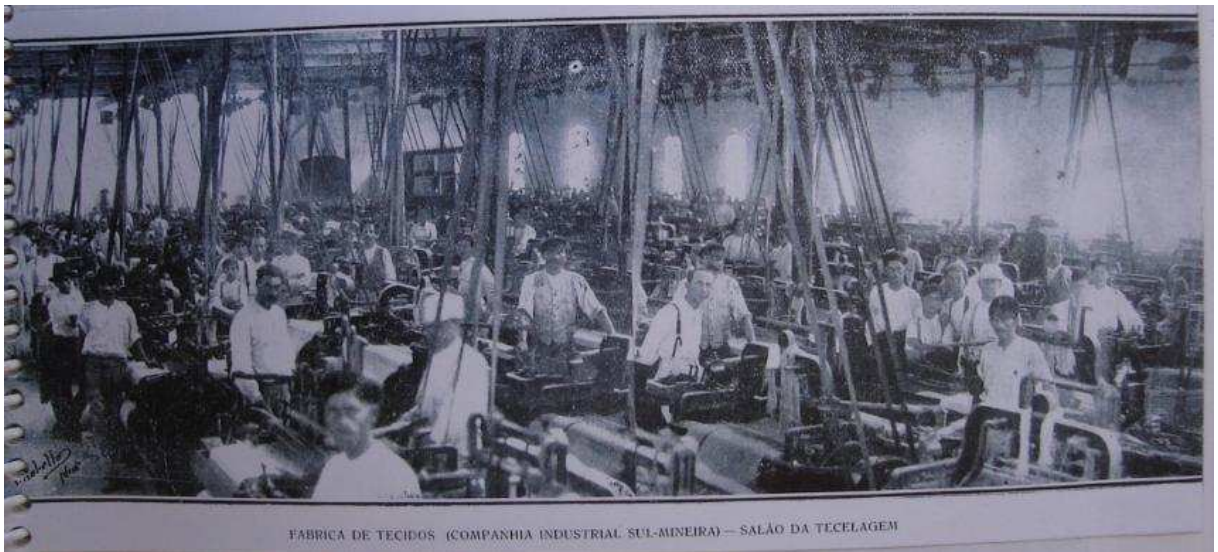
## Anexo B



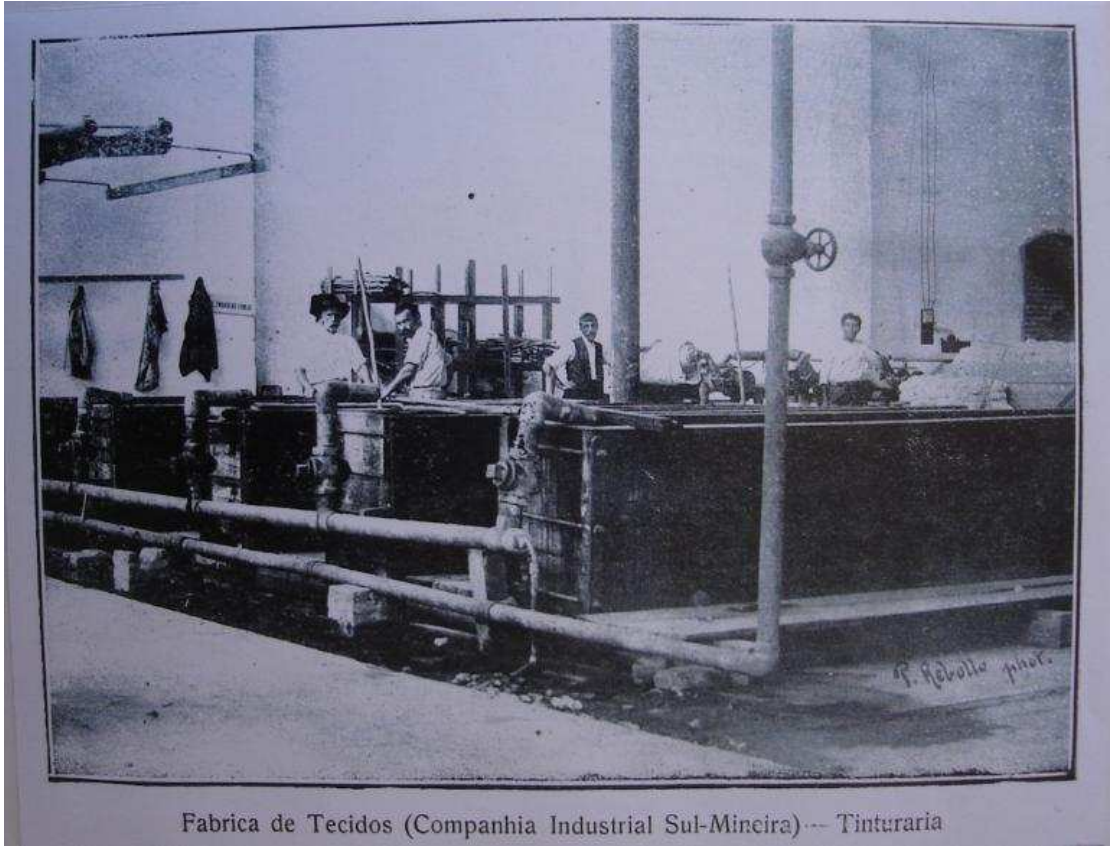
Anexo C



Anexo D



Anexo E



## Anexo F

**CONSELHO CURADOR DO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS**

**RESOLUÇÃO 01/97**

O Conselho Curador do IEPHA/MG, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III da Lei 12.040, de 28/12/95, e considerando:

- \* O previsto nos Artigos 11, 207, 208 e 209 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21/09/89;
- \* A prioridade de descentralização administrativa proposta pelo governo estadual e a conseqüente necessidade de municipalização da política de preservação de bens culturais;
- \* A necessidade de critérios referenciais que permitam uma valorização equânime da atração municipal, com vistas à aplicação do previsto no item 6, do Anexo III da Lei 12.040/95;
- \* O reconhecimento de que, tendo em vista a diversidade sócio-econômica e cultural de Minas Gerais, a implantação das metodologias, práticas e critérios de proteção de bens culturais deverá ocorrer de forma gradual e cumulativa, cabendo ao Estado, através do IEPHA/MG, o papel de assessoramento técnico;
- \* A exiguidade do prazo para conhecimento, adaptação e cumprimento das exigências da Resolução 01/96 pelas administrações municipais cuja gestão se inicia em 1997, resolve modificar a RESOLUÇÃO 01/96, que passa a ter a seguinte redação:

**RESOLUÇÃO 01/97 REFERENTE À LEI N.º 12.040 QUE DEFINE A DISTRIBUIÇÃO DO  
RÉPASSE DO ICMS - CRITÉRIO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**ART. 1º - OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PROTEGIDOS ATRAVÉS DA LEI FEDERAL Nº 3 924, DE 26/07/1961 SERÃO PONTUADOS TENDO COMO REFERÊNCIA OS ATRIBUTOS CP1, CP2, CP3 E CP4.**

**ART. 2º - PARA O EXERCÍCIO DE 1998, O MUNICÍPIO DEVERÁ OBEDECER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA SER PONTUADO:**

**I - ATRIBUTO P C L - EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.**

**a - Possuir legislação municipal referente à política cultural do município e, em especial, à proteção e conservação de seus bens culturais tombados ou de interesse de preservação.**

**• Ex. : Artigo na Lei Orgânica Municipal referente à proteção do patrimônio cultural.  
Lei municipal específica sobre a proteção do patrimônio cultural, conforme modelo proposto pelo IEPHA/MG.**

**b - Despor, em sua estrutura administrativa, da equipe técnica necessária à execução de sua política de preservação.**

**II - FARÁ JUS À PONTUAÇÃO O MUNICÍPIO QUE APRESENTAR, PARA CADA BEM TOMBADO, AS SEGUINTE INFORMAÇÕES:**

**NUCLEO HISTÓRICO – ATRIBUTOS**

NH 21 ( nº de domicílios > 2001 )

NH 22 ( 2000 > nº de dom. > 50 )

**1 - Planta, em escala, contendo o perímetro de tombamento;**

**2 - Número de domicílios englobados pelo perímetro de tombamento;**

**3 - Elementos artísticos integrados e informe histórico;**

**4 - Descrição geral das características do bem, justificando seu valor cultural para o município;**

**5 - Responsabilidade técnica pelas informações;**

**6 - Natureza jurídica do ato de tombamento;**

**7 - Data do ato de tombamento.**



**CONJUNTOS URBANOS, ARQUITETÔNICOS E PAISAGÍSTICOS – ATRIBUTOS**

CP 21 (  $\Sigma$  unid. > 10 e área > 2 ha ).

CP 22 (  $\Sigma$  unid. > 5 e área > 0,2 ha).

- 1 - Planta, em escala, contendo o perímetro de tombamento;
- 2 - Área e número de unidades envolvidas pelo perímetro de tombamento;
- 3 - Elementos artísticos integrados e informe histórico;
- 4 - Descrição geral das características do bem, justificando seu valor cultural para o município;
- 5 - Responsabilidade técnica pelas informações;
- 6 - Natureza jurídica do ato de tombamento;
- 7 - Data do ato de tombamento.

**BENS IMÓVEIS - ATRIBUTOS**

BI 21 ( N° unid. > 10 )

BI 22 ( 10 > N° unid > 5 )

BI 23 ( 5 > N° unid. > 1 ).

- 1 - Endereço completo do bem imóvel tombado isoladamente;
- 2 - Elementos artísticos integrados e informe histórico;
- 3 - Descrição geral das características do bem, justificando seu valor cultural para o município;
- 4 - Responsabilidade técnica pelas informações;
- 5 - Natureza jurídica do ato de tombamento;
- 6 - Data do ato de tombamento.

**BENS MÓVEIS - ATRIBUTO**

BM 21

- 1 - Endereço completo do bem móvel;
- 2 - Descrição geral das características do bem, justificando seu valor cultural para o município;
- 3 - Responsabilidade técnica pelas informações;
- 4 - Natureza jurídica do ato de tombamento;
- 5 - Data do ato de tombamento.

**ART. 3º - AS INFORMAÇÕES DEVERÃO SER PROTOCOLADAS NO IEPH/MG ATÉ 15 DE ABRIL DE 1997.**

**ART. 4º - PARA O EXERCÍCIO DE 1999, FICAM ESTABELECIDOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA A PONTUAÇÃO DO MUNICÍPIO:**

**I - ATRIBUTO PCL - EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:**

a - dispor de Lei de Criação do Conselho Municipal de Cultura ou afin, com seus respectivos instrumentos de regulamentação, contemplando as seguintes características e atribuições:

1 - Atribuição, em caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens de interesse cultural do município;

2 - Atribuição de controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse cultural ou tombados pelo município;

3 - Representação equilibrada do poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil;

4 - Formas de convocação, deliberação e periodicidade das reuniões.

b - Comprovar efetiva atuação da equipe técnica.

c - Comprovar que a legislação urbanística municipal, compreendendo o plano diretor, a legislação de uso e ocupação do solo e o código de posturas e edificações, é compatível com as diretrizes de preservação do patrimônio cultural.

**II - PARÁ JUS À PONTUAÇÃO O MUNICÍPIO QUE APRESENTAR, PARA CADA BEM TOMBADO, UM DOSSIÊ DE TOMBAMENTO CONFORME MODELO, CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:**

1 - INTRODUÇÃO;

2 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO;

3 - HISTÓRICO DO BEM CULTURAL;

4 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM CULTURAL;

5 - DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO;

6 - DELIMITAÇÃO DO ENTORNO OU VIZINHANÇA DO BEM TOMBADO;

4. CADERNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

7 - MEDIDAS COMPLEMENTARES (RECOMENDAÇÕES REFERENTES A USO DO SOLO, TRATAMENTO PAISAGÍSTICO, REVERSÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO);

8 - DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA E FOTOGRÁFICA;

9 - ANEXOS;

10 - FICHA TÉCNICA;

11 - PARECER PARA TOMBAMENTO.

ART. 5º - AS INFORMAÇÕES DEVERÃO SER PROTOCOLADAS NO IEPHA/MG ATÉ O PRAZO MÁXIMO DE 15 DE ABRIL DE 1998.

ART. 6º - O NÃO PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA NÃO ATRIBUIÇÃO DA RESPECTIVA PONTUAÇÃO IMPLICARÁ

ART. 7º - PARA O EXERCÍCIO DE 2000 FICAM ESTABELECIDOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA A PONTUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:

I - FARÁ JUS À PONTUAÇÃO - ATRIBUTO PCL - EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, O MUNICÍPIO QUE:

a - Apresentar lei de criação de Conselho Municipal de Cultura ou afim;

b - Comprovar o funcionamento regular do Conselho Municipal de Cultura, através das cópias das atas de suas reuniões, assinadas pelos conselheiros presentes;

c - Elaborar o Inventário Municipal de Bens Culturais de Interesse de Preservação, conforme metodologia a ser divulgada pelo IEPHA/MG (Ver Modelo 4);

d - Relacionar os investimentos em bens culturais realizados pelo município, diretamente ou através de parcerias e convênios;

e - Comprovar a disponibilidade e atuação da equipe técnica.

II - FARÁ JUS À PONTUAÇÃO O MUNICÍPIO QUE APRESENTAR, PARA CADA BEM TOMBADO:

a - Dossiê de tombamento conforme modelo estipulado, referendado pelo Conselho Municipal (Ver Modelo 6);

b - Ata do Conselho Municipal sobre o tombamento;

5

c - Inscrição nos Livros de Tombo dos bens culturais específicos;

d - Laudo técnico que comprove o bom estado de conservação do bem cultural tombado pelo município, conforme modelo a ser divulgado pelo IEPHA/MG (Ver Modelo 10)

**ART. 8º - AS INFORMAÇÕES DEVERÃO SER PROTOCOLADAS NO IEPHA/MG ATÉ O PRAZO MÁXIMO DE 15 DE ABRIL DE 1999.**

**ART. 9º - O NÃO PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS, IMPLICARÁ NA NÃO ATRIBUIÇÃO DA RESPECTIVA PONTUAÇÃO, AINDA QUE NO ANO DE 1999 O MUNICÍPIO TENHA SIDO PONTUADO NAQUELE ATRIBUTO.**

**ART. 10 - PARA OS ANOS SUBSEQUENTES PREVALECERÃO OS CRITÉRIOS PREVISTOS PARA O ANO 2000.**

**ART. 11 - O IEPHA/MG MONTARÁ ARQUIVO INDIVIDUALIZADO PARA CADA MUNICÍPIO, DE FORMA QUE, PARA OS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES A 2000, OS MUNICÍPIOS SÓ NECESSITARÃO APRESENTAR, ANUALMENTE, AS INFORMAÇÕES NÃO APRESENTADAS NOS ANOS ANTERIORES, A SABER:**

a - As eventuais alterações referentes às condições previstas para o ano de 2000.

b - A atualização das informações referentes:

- ao funcionamento do Conselho Municipal;
- aos investimentos em bens culturais realizados pelo município;
- a laudos técnicos que comprovem o bom estado de conservação do bem cultural tombado pelo município.

**ART. 12 - OS CASOS OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS PELO CONSELHO CURADOR DO IEPHA/MG NA SUA FORMA REGIMENTAL.**

**ART. 13 - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.**

BELO HORIZONTE, 18 DE FEVEREIRO DE 1997

## Anexo G

UOL Mail - Entrada (72 não lidas)

<http://mail.uol.com.br/muin>**RES: RES: Fale Conosco**

**De:** FaleConosco +  
**Para:** 'luciene.taveira' +  
**Assunto:** RES: RES: Fale Conosco  
**Data:** 27/02/2009 10:18

[image001.png](#) 15.23 KB

Sra. Luciene, a Resolução 01/97, de 18 de fevereiro de 1997 continha os critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS referente ao Patrimônio Cultural. Não se aplicando a pedidos de tombamento. Essa resolução não existe mais, pois foi substituída pela Deliberação/2005. Qualquer dúvida você pode entrar em contato com nosso diretor de Promoção pelo telefone 3235-2886

Atenciosamente,

Érika Santos

Jornalista

IEPHA / MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Tel.: (31) 3235-2813



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)